



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Pedro Henrique Rocha Robaina

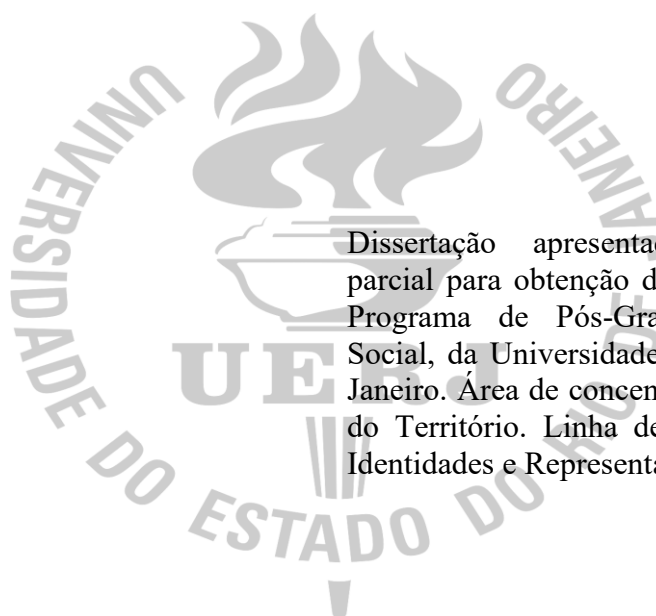
Corpus Christi, ontem e hoje: a Festa do Corpo de Deus em terras gonçalenses

São Gonçalo

2026

Pedro Henrique Rocha Robaina

Corpus Christi, ontem e hoje: a Festa do Corpo de Deus em terras gonçalenses



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território. Linha de Pesquisa: Território, Identidades e Representações.

Orientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

São Gonçalo

2026

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

R629 TESE	Robaina, Pedro Henrique Rocha. Engesa do milagre ao livre comércio, os percursos de uma empresa na periferia do capitalismo / Pedro Henrique Rocha Robaina. – 2026. 115 f.: il. Orientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 1. Corpus Christi – São Gonçalo (RJ) – Teses. 2. São Gonçalo (RJ) – História local – Teses. 3. Identidade social – São Gonçalo (RJ) – Teses. I. Fernandes, Rui Aniceto Nascimento. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título. CRB/7 - 4994 CDU 264-941.72(815.3)
--------------	--

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Pedro Henrique Rocha Robaina

Corpus Christi, ontem e hoje: a Festa do Corpo de Deus em terras gonçalenses

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território. Linha de Pesquisa: Território, Identidades e Representações.

Aprovada em 03 de março de 2026.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof. Dr. Luís Reznik
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Profª Dra. Martha Campos Abreu
Universidade Federal Fluminense

Profª Dra. Luciene Carris
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)

São Gonçalo

2026

DEDICATÓRIA

Dedico a meu afilhado, Vitor de Rezende Vieira, falecido no decorrer da escrita desta dissertação. Que ele, do lado de Deus, interceda por mim!

AGRADECIMENTOS

Toda pesquisa é um caminho, que se quer percorrer para se alcançar uma meta, e, no mais das vezes, é inatingível, pois ela, em si, não se esgota. Nesse caminho, em diversos momentos, nos deparamos com o sofrimento, com incertezas, esgotamentos, próprios da subjetividade humana. Assim, ao revisitar o percurso feito é preciso reconhecer que nenhuma etapa dessa pesquisa teria sido possível sem a escuta, o auxílio e a presença amiga de tantas pessoas que se fizeram próximas. É bem verdade que apenas duas mãos escrevem uma dissertação, mas tantas outras ajudam a sustentá-la.

Meu primeiro reconhecimento é da minha dependência total a Deus, em cada uma de suas três pessoas divinas: Pai, Filho e Espírito Santo. Ele é fonte de todo bem, de toda graça e, sustentando-me, tornou possível a realização deste trabalho. Sem sua intercessão paternal e sem o consentimento de sua perfeitíssima vontade, nem uma linha seria possível escrever. Agradeço também os cuidados maternos e a proteção da bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus e dos homens, da intercessão de São José, seu esposo, e de minha santa de devoção, Santa Teresinha do Menino Jesus.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes. Desde que apresentei a minha proposta de trabalho, adentrando os estudos sobre a história local da cidade de São Gonçalo, Rui demonstrou-se próximo, cordial e solícito. Tão logo me aceitou como orientando e membro no Grupo de Pesquisa “História de São Gonçalo: Memória e Identidade”, ações fundamentais para o amadurecimento e reflexões do meu projeto, bem como o desenvolvimento desta pesquisa. Sua presença não se limitou às exigências acadêmicas, sugestões bibliográficas ou revisões: se fez presente de forma genuína, sempre oferecendo uma escuta atenta e um constante incentivo a este tímido pesquisador.

Agradeço a assistência do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ/FFP, principalmente aos professores que me acompanharam no decorrer desta pesquisa: Gelson Rozentino, Célia Cristina da Silva Tavares, Rafael Brandão e Ana Paula Barcelos. Suas contribuições foram fundamentais para o amadurecimento teórico do meu trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço também aos professores Martha Abreu e Luís Reznik, que compuseram a minha banca de qualificação e defesa. Suas contribuições também foram essenciais.

Aos meus familiares, vocês são os meus maiores incentivadores. A minha mãe, Glaciele, que tudo fez por mim e por meu irmão. A Bernardo, meu irmão. Minha avó, meus tios e primos. Minha gratidão!

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos. Eles não têm noção de como foram essenciais para essa pesquisa. Foram, certamente, uns desses auxílios enviados pela Providência Divina, surgindo nos momentos mais desafiadores, com palavras carinhosas, gestos e até mesmo com uma presença. Desde já, gostaria de pedir desculpas pelos possíveis esquecimentos. Porém, alguns precisam ser destacados e, em nome deles, quero agradecer aos demais. Aos amigos da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São José Operário, nas pessoas dos padres Lucas Pereira e Tiago Pimentel. Àquelas amizades feitas no período da graduação, que efetivamente somaram para a realização desta dissertação: André Vinicius, Raquel Ritton, Gracione Pimentel e tantos outros. À minha turma de Mestrado (2024), na pessoa de Joyce Quintanilha e Tainã Ventura. Vanessa Nofuentes, Charles Prado, Rafaella, José Guilherme e Guilherme. Meu muito obrigado!

Estendo também os agradecimentos a todos aqueles que aceitaram contribuir com seus registros orais para a realização deste trabalho: André Araújo, Carmen Santana, Ana Leda Vergetti, Selma Alvim e Miguel Moraes. Aos padres Ademar Hermelindo, José Osmar, André Siqueira. Muito obrigado! Vocês foram importantes para a construção desta pesquisa, pois cada relato, somados a experiências, memórias, enriqueceram a nossa análise e contribuíram para o entendimento do objeto.

Ao longo do processo de escrita, fui profundamente marcado pela perda dolorosa e partida de um grande amigo e afilhado, Vitor de Rezende Vieira. Vitinho, como carinhosamente o chamava, lutou bravamente e com muita dignidade contra um câncer que lhe ceifou a vida. Na fé que professamos, carrego com seriedade que a sua intercessão, agora do céu, me acompanhou nesse tempo. A este filho muito querido, gerado pela fé, deixo registrada essa homenagem, com a certeza que a morte não é o fim, mas o despertar para a eternidade.

Pela comunhão neste sublime sacramento, a todos nutris e santificais. Fazeis de todos um só coração, iluminais os povos com a luz da mesma fé e congregais os cristãos na mesma caridade. Aproximamo-nos da mesa de tão grande mistério para encontrar, por vossa graça, a garantia da vida eterna

Prefácio da Solenidade do Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo

RESUMO

ROBAINA, Pedro Henrique Rocha. **Corpus Christi, ontem e hoje: a Festa do Corpo de Deus em terras gonçalenses**. 2026. 115 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2026.

A presente dissertação tem por objetivo investigar a história da celebração de Corpus Christi, patrimônio histórico, cultural e religioso da cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. O recorte temporal da pesquisa parte do ano de 1994, data em que os festejos são unificados na Igreja Matriz de São Gonçalo de Amarante. À vista disso, a partir da análise de editoriais de jornais do município, da legislação municipal em relação às celebrações, bem como da coleta de discursos dos atores sociais envolvidos, objetivamos construir um histórico sobre a festa, afirmando sua importância histórica e cultural para a cidade. Ademais, iremos ilustrar a histórica proximidade do poder público da cidade e dos grupos religiosos existentes. Fundado nessas perspectivas, destacamos como fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa os conceitos de patrimônio e memória, parte integrante do nosso aporte teórico, relacionando-o com a História Local. Com base nisso, a celebração de Corpus Christi passou a incorporar como um dos eventos mais importantes do calendário da cidade. Ela tem por momentos principais a confecção dos tapetes de sal, produzidos por religiosos e outros membros da sociedade, bem como da procissão eucarística, onde o Bispo local carrega o ostensório com o Santíssimo Sacramento pelas ruas do centro da cidade. Por se tratar de uma das manifestações culturais mais evidentes da cidade, os festejos contam com uma intensa participação do poder público e da sociedade civil. Sendo assim, objetivamos enfatizar a importância das celebrações de Corpus Christi para a História Local do município de São Gonçalo como uma das referências históricas da cidade, bem como a caracterizando como um dos elementos identitários do município.

Palavras-chaves: Corpus Christi, identidades, história local, Patrimônio.

ABSTRACT

ROBAINA, Pedro Henrique Rocha. **Corpus Christi, yesterday and today**: the Feast of the Body of God in Gonçalense lands. 2026. 115 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2026.

This dissertation aims to investigate the history of the celebration of Corpus Christi, a historical, cultural, and religious heritage of the city of São Gonçalo, in the state of Rio de Janeiro. The temporal scope of the research begins in 1994, the year in which the festivities were unified at the Parish Church of São Gonçalo de Amarante. Accordingly, through the analysis of newspaper editorials from the municipality, municipal legislation related to the celebrations, as well as the collection of discourses from the social actors involved, this study seeks to construct a historical account of the festival, affirming its historical and cultural importance for the city. Furthermore, the research aims to illustrate the longstanding proximity between the city's public authorities and existing religious groups.

Based on these perspectives, the concepts of heritage and memory are highlighted as fundamental to the development of the research and form an integral part of the theoretical framework, in dialogue with Local History. In this context, the celebration of Corpus Christi has come to be recognized as one of the most important events in the city's calendar. Its main moments include the making of the salt carpets, produced by religious participants and other members of society, as well as the Eucharistic procession, during which the local Bishop carries the monstrance containing the Blessed Sacrament through the streets of the city center. As one of the most visible cultural manifestations of the city, the festivities involve intense participation by both public authorities and civil society. Thus, this study seeks to emphasize the importance of the Corpus Christi celebrations for the Local History of the municipality of São Gonçalo, recognizing them as one of the city's historical references and characterizing them as an element of municipal identity.

Keywords: Corpus Christi, identities, local history, heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Corpus Christi (1994)	47
Figura 2 –	Tapete da Prefeitura (2024)	50
Figura 3 –	Corpus Christi (2001)	53
Figura 4 –	Organização do palco, frente a Igreja Matriz (2024)	54
Figura 5 –	Corpus Christi (2022)	56
Tabela 1 –	Tabela 1 – População residente no município: religiões cristãs- tradicionais e outras (SG)	64
Figura 6 –	Assina da lei de patrimonialização	90
Figura 7 –	Cartilha do Miguel Moraes	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Campanha da Fraternidade
CIgC	Catecismo da Igreja Católica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPP	Conselho Pastoral Paroquial
EAC	Encontro de Adolescentes com Cristo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCC	Movimento de Cursinhos de Cristandade
MEJ	Movimento Eucarístico Jovem
MESC	Ministério da Sagrada Comunhão Eucarística
ONG	Organização Não Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
RCC	Renovação Carismática Católica
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TdL	Teologia da Libertação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	O CORPUS CHRISTI, ONTEM E HOJE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA	16
1.1	A construção histórica da Festa do Corpo de Deus	19
1.2	Corpus Christi em Portugal, suas características e estruturas	25
1.3	A Festa do Corpo de Deus no Brasil, em perspectiva: heranças da tradição Luso-Brasileira	29
2	NOS TAPETES DA FÉ, UMA HISTÓRIA É CONTADA: A IGREJA CATÓLICA PARA ALÉM DOS TEMPLOS	39
2.1	O espaço local	40
2.2	A Festa Eucarística do Corpo de Deus em São Gonçalo	45
2.3	Religiões e disputas simbólicas na cidade de São Gonçalo	57
2.4	A emblemática década de 1990 a 2000	64
2.5	O conceito de “Identidade”	68
3	ENTRE FÉ E SALVAGUARDA: O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS TAPETES DE SAL E A PROCISSÃO EUCARÍSTICA	75
3.1	O conceito de patrimônio	76
3.2	O processo de patrimonialização e a legislação patrimonial	84
3.3	Os usos do patrimônio na construção de sentidos	94
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS.....	109

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por finalidade estudar a História da Festa de *Corpus Christi*, que ocorre na cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Os festejos de *Corpus Christi*, patrimônio cultural do município, estão presentes no município – nas atuais conjunturas – desde os finais do século XX e se enquadram como uma forma efetiva de demonstração pública da fé católica, além de ser um dos eventos do calendário da cidade com maior índice de participação da população. No entanto, apesar de sua consolidação recente no contexto contemporâneo gonçalense, essa celebração possui raízes medievais, relacionadas às tradições litúrgicas da Igreja Católica e a devoção ao Sacramento da Eucaristia.

A partir da análise de editoriais de jornais da região e adjacências, dos discursos dos atores sintagmáticos que estão diretamente envolvidos e da bibliografia pertinente e da legislação patrimonial, constituímos um trabalho que contribua para a formação de um histórico da festa, ressaltando as suas implicações para a cidade e para o contexto urbano. Desta forma, estabelece-se como marco temporal o ano de 1994, quando os festejos de *Corpus Christi* passaram a ser unificados e celebrados de forma conjunta pelas paróquias da região de São Gonçalo, até o ano de 2024, quando se celebraram os 30 anos dessa nova configuração celebrativa. Assim, demonstraremos o crescimento da festa com o decorrer do tempo, ilustrando a participação do poder público, da sociedade civil e da população em geral.

A Festa de *Corpus Christi* é uma das manifestações culturais e religiosas mais significativas e emblemáticas da cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, reunindo fiéis, visitantes, comerciantes, entre outros perfis sociais, em uma tradição já consolidada na identidade local. Celebrada, tradicionalmente, na primeira quinta-feira após o domingo da solenidade litúrgica da Santíssima Trindade, a festa tem por centralidade a devoção popular ao Sacramento da Eucaristia, que para os católicos representa a presença real e substancial de Jesus Cristo nas espécies do pão e do vinho.

Para eles, apoiados em sua interpretação da narrativa bíblica, nas vésperas de sua morte, Jesus teria abençoado o pão ázimo e o vinho, de modo a pedir que seus apóstolos repetissem seu gesto continuamente. Esses gestos de Jesus, ressignificados no decorrer do tempo, são apreendidos pela Igreja Católica na celebração da Missa, por meio da consagração da hóstia e do vinho. Portanto, a Festa de *Corpus Christi* representa uma manifestação visível dessa devoção, reunindo os católicos das paróquias locais em uma celebração cujo cume é a Eucaristia.

Transposta da Europa Medieval para os trópicos com os processos de colonização, a festa de *Corpus Christi* foi uma das celebrações do calendário litúrgico mais proeminentes no Brasil. Em São Gonçalo, ela surgiu em 1994, quando o clero local optou por substituir a celebração coletiva da Caminhada da Ressurreição¹ pela celebração de *Corpus Christi*. Desde então, a celebração consolidou-se como um importante evento cultural, social e religioso, tendo atingido recorde de público com o passar dos anos.

Além dos seus aspectos religiosos, a Festa de *Corpus Christi* é uma manifestação cultural que é intrínseca à identidade da cidade. As principais vias públicas da região são fechadas pela guarda municipal para a confecção de um dos componentes mais evidentes da celebração: os Tapetes de Sal. Instituídos pela Lei Nº 12/2005 na categoria de Patrimônio Público, Cultural e Religioso da cidade, os tapetes são produzidos pelos fiéis com diversos materiais, tais como, serragem, sal tingido, folhas e borra de café. Os desenhos, cuidadosamente preparados, carregam significados religiosos, sendo reflexo da participação popular na celebração.

Os festejos integram diferentes grupos sociais que estão diretamente envolvidos com a culminâncias da celebração. Os padres são os principais responsáveis pela coordenação do evento, sob a responsabilidade dos vigários episcopais dos Vicariatos² Alcântara e São Gonçalo. Depois deles, uma comissão é instituída com os representantes paroquiais das 29 paróquias que são mobilizadas. Catequistas e catequizandos, acólitos, ministros, agentes de pastorais, cristãos leigos em geral, comerciantes e voluntários, todos participam ativamente dos festejos. Essa multiplicidade de participantes demonstra o caráter comunitário da celebração, com perfis de variadas categorias.

O poder público é um ator político fundamental para a organização do evento, sendo o principal responsável pela concessão e organização da infraestrutura necessária, pelo controle do trânsito, pela ordem do evento, pela limpeza das vias e pelo cuidado com a saúde dos participantes. Essa organização é feita em contato direto com as comissões eclesiais, garantindo que toda logística proceda conforme o esperado. Tal atuação institucional não garante apenas o bom funcionamento da celebração, mas também intensifica o reconhecimento

¹ Como veremos mais à diante, a Caminhada da Ressurreição era celebrada no Domingo de Páscoa. Na ocasião, católicos de São Gonçalo se reuniam em torno da hóstia consagrada, para louvar a Jesus pela crença na sua Ressurreição. A substituição da festa para a celebração de *Corpus Christi* ocorreu em 1994, motivados pela ideia de que a hóstia consagrada representa tanto a Carne de Cristo, quanto a Igreja (que para os católicos, também é o Corpo de Cristo).

² O termo Vicariato corresponde a uma parcela menor do território de uma Arquidiocese, reunindo paróquias adjacentes em um mesmo grupo. Geralmente, o Vicariato é administrado por um Vigário Episcopal, que tem a função de representar o Bispo Diocesano naquele território

jurídico, político e social da Festa de *Corpus Christi*, demonstrando a articulação entre poder religioso e secular.

A escolha do tema teve como ponto de partida uma conversa espontânea com algumas amigas estagiárias do Arquivo Nacional. À época, aproximava-se os festejos de *Corpus Christi* e uma dessas amigas, a Gracione, comentou sobre alguns incômodos na edição de 2005. Segundo o seu relato, nesta edição, a Prefeitura Municipal não teria viabilizado o necessário para o evento, atitude que promoveu uma intensa mobilização dos católicos da região, bem como de parte da população.

Nesta conversa, fora apresentada a figura do ex-vereador Miguel Moraes, principal articulador do processo de patrimonialização dos Tapetes de Sal e da Procissão Eucarística. Após aceitar o convite para uma entrevista, Miguel Moraes me narrou uma história intrigante, até então pouco estudada. A entrevista foi feita sem ambição inicial de transformar a temática em objeto de um futuro mestrado. Só havia aquela eventual curiosidade pelo fato ocorrido, tão cara ao ofício do historiador. As nuances em torno do processo de patrimonialização, a recepção da imprensa, as estratégias de articulação do poder público e religioso, revelaram um campo de estudo com diversas possibilidades.

Desta entrevista, ocorrida no ano de 2023, levantou-se a possibilidade de entrevistar diversos atores políticos, indicados pelo Miguel Moraes como essenciais para o entendimento dos acontecimentos. Membros do clero local, representantes das paróquias, autoridades civis e lideranças comunitárias, foram indicações fundamentais para entender a dimensão simbólica, política e religiosa da celebração. Tais proposições possibilitaram o alargamento do campo de pesquisa, permitindo compreender as inúmeras percepções sobre a festa. Dessas opções, algumas não foram possíveis por falta de agenda, como no caso da ex-prefeita Aparecida Panisset, do ex-vereador Roberto Ferreira e do Padre Fausto Rodrigues, cujos relatos seriam importantes para as investigações.

Além dessa prerrogativa, o trabalho se justifica a partir do reconhecimento social do seu objeto para a cidade de São Gonçalo, haja vista a amplitude dos festejos de *Corpus Christi*. Há uma mobilização interna e externa por todo o município, seja por parte do poder público ou pelas outras instâncias governamentais, cuja participação expressa a importância social do evento. Em síntese, a dissertação endossa a necessidade de trabalhos que busquem explorar e valorizar esse patrimônio cultural, até então pouco estudado pela historiografia local.

Outrossim, a seleção temática justifica-se também por uma vinculação pessoal ao objeto. Por longos anos, desde a infância até a minha juventude, pude participar diretamente das etapas de preparação e culminância de algumas edições da festa. Foram anos dedicados a

participação nas comissões paroquiais e vicariais, na busca por doações dos subsídios necessários e da confecção dos tapetes. Essas ações, que estão inseridas na minha identidade pessoal católica, me fizeram despertar para a possibilidade relacionar o objeto de pesquisa, a minha subjetividade e a vida acadêmica.

Desse modo, esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, “O Corpus Christi, ontem e hoje: uma construção histórica” tem por finalidade o estudo das origens da festa litúrgica, ocorrido por influência de Santa Juliana de Mont Cornillon, em Liège e por mandato do Papa Urbano IV. Por meio da bula papal “Transiturus de Hoc Mundo” o pontífice insistiu na criação de uma festa litúrgica que fosse inserida no calendário romano e que promovesse diretamente a devoção ao Sacramento da Eucaristia. No capítulo, abordamos também como essa celebração se desenvolveu historicamente, se estendeu aos reinos europeus e como esta chegou ao Brasil, com o advento dos processos de colonização. No Brasil, a festa foi alvo de misturas, união de costumes populares e ortodoxos, espaço de disputas de poder e aquisição de capital simbólico.

No segundo capítulo, denominado “Nos tapetes da fé, uma história é contada: A Igreja Católica para além dos templos”, buscamos compreender como os grupos religiosos disputam representatividade e reconhecimento na cidade. São eles – somados a outros movimentos sociais – que territorializam o espaço, ao passo que criam seus costumes, formam suas identidades e dinamizam a vida urbana do município. Esta parte configura-se como um capítulo descritivo, no qual buscamos adentrar na história dos festejos, na descrição dos rituais e seus sentidos e das características dos tapetes. A análise concentra-se compreensão das narrativas construídas pelos jornais e por sujeitos entrevistados.

Já o terceiro capítulo é denominado “O processo de patrimonialização dos Tapetes de Sal e da Procissão Eucarística”. Nele, buscamos compreender o processo de patrimonialização de ambos, analisando os caminhos percorridos, as lutas e negociações políticas, bem como a importância do reconhecimento patrimonial. Nesse contexto, investigamos as articulações políticas entre poder público e religioso, assim como as disputas simbólicas envolvidas. Para tanto, será válido também utilizar os discursos recolhidos por meio das entrevistas produzidas, cujos participantes estão inseridos tanto nas elites quanto nas classes populares.

1 O *CORPUS CHRISTI* ONTEM E HOJE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

A doutrina da Igreja Católica sobre o *Corpus Christi*, ou seja, o Sacramento da Eucaristia, é uma construção histórica do passado, que se perpetua no presente de modos distintos. A segunda metade do século XX foi inaugurada com dois documentos eclesiais que buscam reafirmar a doutrina sacramental da Igreja Católica sobre o sacramento estudado. João Paulo II, que esteve à frente do governo pastoral e administrativo do Vaticano entre os anos de 1978 a 2005, contribuiu para a doutrina da disciplina dos Sacramentos. Desse modo, o pontífice promulgou, no decorrer do seu papado, os seguintes documentos: a Constituição Apostólica *Sacrae Disciplinae Leges* (As Leis da Sagrada Disciplina), em 25 de janeiro de 1973, e a Constituição Apostólica *Fides Depositum* (Depósito da Fé), em 11 de outubro de 1993.

Na primeira constituição, o papa instituiu o *Codex Iuris Canonici* (Código de Direito Canônico) que atualizou a burocracia pastoral e administrativa da Igreja Católica, assim como as diretrizes jurídicas das quais ela se sustenta. Pelo segundo documento foi instituído o Catecismo da Igreja Católica (CIGC), após diversos trabalhos em torno da questão doutrinal do catolicismo, com o auxílio da Congregação para a Doutrina da Fé, sob a orientação do Cardeal Joseph Ratzinger. Este documento sintetizou os mistérios da fé católica em um grande compêndio, utilizado tanto para a catequese, quanto para o estudo dos fiéis.

Estes dois documentos foram os que mais voltaram a questão da temática teológica da “Eucaristia”, um dos sete sacramentos da fé católica. Sobre ela, o Código de Direito Canônico afirmou na redação do cânon 897, como o “Augustíssimo Sacramento” e a “fonte de todo o culto e da vida cristã”³. O Catecismo da Igreja Católica, promulgado posteriormente, segue o mesmo raciocínio no seu número 1324, quando afirmou que a Eucaristia é a fonte que “contém todo o bem espiritual da Igreja, a saber, o próprio Cristo, nossa Páscoa”⁴.

A palavra Eucaristia tem seu sentido etimológico a partir do grego arcaico, cuja forma original pode ser destacada pela palavra *eukharistia*. Na prática, esse conceito tem o significado de “o ato de dar ação de graças”, utilizados pelos gregos para estabelecer um agradecimento entre o principiante da fé à divindade, pelos privilégios e graças concedidas. Essa conceituação

³ CÓDIGO de Direito Canônico. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

⁴ CATECISMO da Igreja Católica. Vaticano: 1992. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html. Acesso em: 5 fev. 2025.

foi absorvida pela cristandade primitiva, sendo utilizada para dar a significação à celebração do culto cristão, por meio de uma ceia. Pela Eucaristia, eles eram chamados a se unir em espírito de oração e de unidade, partilhar seus bens com os pobres e dividir, simbolicamente, o pão e o vinho consagrados.

Seguindo os preceitos da tradição judaica e trazendo à tona as adaptações feitas no decorrer do seu ministério, Jesus Cristo buscou dar novo sentido à Ceia Pascal – que já era celebrada pelos judeus – às vésperas do seu assassinato, promovido pelos chefes das sinagogas, pelas autoridades judaicas e romanas. Os escritos evangélicos produzidos por João e Lucas possuem os relatos mais detalhados sobre esse acontecimento. No Evangelho de João, consta:

Disse-lhes (Jesus): “Tenho desejado ardentemente comer convosco esta Páscoa, antes de sofrer. Pois vos digo: não tornarei a comê-la, até que ela se cumpra no Reino de Deus”. Pegando o cálice, deu graças e disse: “Tomai este cálice e distribuí-o entre vós. Pois vos digo: já não tornarei a beber do fruto da videira, até que venha o Reino de Deus”. Tomou em seguida o pão e depois de ter dado graças, partiu-o e deu-lhes, dizendo: “Isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim”. Do mesmo modo tomou também o cálice, depois de cear, dizendo: “Este cálice é a Nova Aliança em meu sangue, que é derramado por vós (...)”⁵

Em linhas gerais, os cristãos professam que ao ser entregue, Jesus conferiu aos seus apóstolos o mandato de celebrarem, com certa frequência, a ceia pascal em sua memória. Não mais para recordar a passagem do anjo exterminador⁶, mas, agora, da sua própria transição, de sua morte para a vida eterna. Ou seja, para a fé católica, Jesus instituiu na sua Última Ceia o sacramento da Eucaristia, quando afirmou a presença real do seu Corpo e Sangue nas espécies do pão e do vinho. Para eles, é essa, por excelência, a primeira Missa, celebrada pelo próprio Cristo. Dessa forma, os padres são convidados a consagrar com frequência e repetir com frequência os mesmos gestos.

A partir das interpretações da narrativa bíblica, foi-se criando uma nova tradição, um novo costume cristão, mantido no decorrer do tempo, apesar das alterações nas circunstâncias temporais. Esse procedimento é um ato de memória, uma atitude intencional, uma tentativa de reviver no tempo presente os acontecimentos do passado, em memória dos sofrimentos de Cristo. No caso do cristianismo, reviver a experiência individual de Jesus, seja pelas celebrações da Páscoa, do Natal ou de outras festas litúrgicas, a partir da composição de um ordenamento

⁵ São Lucas 22, 15-20

⁶ Segundo a narrativa veterotestamentária, a Páscoa Judaica fazia memória da passagem do anjo da morte na casa dos hebreus, este que, por sua vez, assassinaria os filhos primogênitos, cumprindo assim a última praga do Egito antigo. Além disso, simboliza também a passagem dos hebreus pelo mar vermelho, guiados por Moisés. A partir de uma rica ritualística composta por cantos, gestos simbólicos e orações, os judeus buscam, com constância, rememorar esses acontecimentos, a partir da celebração da ceia.

litúrgico, é atualizar os mistérios da fé no tempo presente e no espaço. É a tentativa da reconstituição de um passado vivido, transmitido por gerações e gerações e que se legitimou e é trazido à tona no presente. Assim se forma a *traditio*, a tradição, o “ato de entregar”.

O conceito de tradição tem sido amplamente explorado por uma historiografia recente, que ao questionar as grandes narrativas históricas, amplificou os objetivos da investigação científica, incorporando novas abordagens, os estudos das representações e das experiências dos grupos populares. A tradição é transmitida a *posteriori*, por meio de uma dinâmica de contato e herança, se relacionando com o conceito de identidades sociais, que será analisado mais adiante. A marca da tradição popular, transmitida muitas vezes oralmente, marcou o início do cristianismo primitivo. As grandes estruturas da religião católica, reivindicam a tradição como pilar. Historicamente, porém, sabemos que costumes e crenças estão diretamente ligados as estruturas temporais e espaciais.

Entre o compêndio de historiadores que se debruçaram sobre o estudo dessa chave conceitual, podemos destacar os trabalhos de Eric Hobsbawn e Terence Ranger. De acordo com as perspectivas desses autores, as tradições são resultadas de um longo processo de criação e incremento, porém, seu maior objetivo é manter as estruturas de um determinado acontecimento do passado no tempo presente. Esse movimento permite que as ações atuais de certos grupos sociais busquem legitimidade pelo mecanismo histórico da antiguidade, intensificando um ambiente de aparente coesão, coerência e reforçando a validade por meio da experiência vivida emanada da memória histórica.

Segundo Hobsbawn e Terence, o movimento agregador que proporciona a invenção das tradições é estabelecido por meio da incorporação de práticas simbólicas e rituais que imprimem valores, a partir da repetição, rompendo a ideia de naturalidade e endossando seu caráter intencional. O recurso ao passado constitui uma expressão, uma estratégia discursiva que, como afirmado anteriormente, sinaliza para a validade a continuidade. Para efetivar esse deslocamento, torna-se necessário conduzir os atos e práticas humanos por um fio condutor obstinado a atingir diretamente o futuro⁷.

No caso do catolicismo romano, a tradição é um fator notável para a solidificação dos seus costumes. A Igreja Católica busca, com frequência, rememorar os acontecimentos da vida de Jesus por meio de uma extensa ritualística e pelas celebrações do calendário litúrgico. Há uma vasta variedade de festas litúrgicas que fazem memória da experiência vivida, seja por

⁷ HOBBSAWM, Eric; RAGER, Terence (Eds.). *La Invención de la Tradición*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 9

meio dos acontecimentos da narrativa bíblica, seja por meio das experiências dos primeiros cristãos. A Festa de *Corpus Christi*, assim, é uma das muitas celebrações inseridas no calendário litúrgico da Igreja, cuja origem histórica está relacionada ao Sacramento da Eucaristia

1.1 A construção histórica da festa do Corpo de Deus

Os anos compreendidos entre os séculos XI e XII potencializaram um novo ambiente de rupturas e modificações entre as manifestações litúrgicas da Igreja Católica. Essa análise não nega as evidentes alterações rituais dos séculos anteriores, mas pretende enfatizar a importância dos séculos mencionados, uma vez que os preceitos litúrgicos, os gestos celebrativos e a estrutura do culto sagrado foram sendo alterados ao longo da história. Os muitos concílios⁸ presididos pela Igreja Católica, tiveram como base o incremento da vida pastoral da Igreja, que repercutiu, em certa medida, em determinados aspectos da sua estrutura litúrgica.

Esse procedimento nega, desta forma, as suposições de que as concepções litúrgicas da vida eclesial sejam manifestações estáticas, resistentes a mudanças estruturais e substanciais. A marca desse processo se originou a partir das tentativas da Igreja Católica de abandonar o caráter improvisado, marcas da sua era primitiva. A improvisação ritual, como marca da Igreja primitiva, foi abandonada por ocasião de um longo processo de burocratização das estruturas eclesiásticas. Em detrimento disso, surge um novo *modus operandi* eclesiástico, progressivamente alinhado às ritualísticas utilizadas na corte papal, cada vez mais afastado da grande massa dos fiéis.

A formalização burocrática do ordenamento litúrgico intensificou a distância entre o fiel leigo – cristão que recebeu os sacramentos e, como tal, participava ativamente da ação litúrgica – e o ministro ordenado – o sacerdote que por preceito litúrgico, celebra os sacramentos *In persona Christi capitis*⁹, (na Pessoa de Cristo Cabeça, do Corpo Eclesial). O sacerdote recebe a autorização do seu bispo para que presida, junto à sua comunidade e em nome da Igreja, os

⁸ O Catecismo da Igreja Católica (1992) definiu mediante o número 884, que os concílios se tratavam de reuniões entre os bispos das diversas igrejas particulares que compõe o catolicismo, em união com o Pontífice Romano. Essas reuniões tem caráter dogmático, ou seja, todas as definições emanadas de um Concílio, devem ser aceitas pelos fiéis católicos como verdade autêntica da fé cristã.

⁹ O termo faz referência à doutrina católica quanto ao ministro ordinário, aquele que preside os sacramentos. Para eles, o ministro age na pessoa de Cristo Cabeça (da Igreja) e, por esse motivo, os sacramentos se tornam sinais sensíveis da sua presença.

sacramentos. O movimento citado anteriormente é pautado, principalmente, pela adoção do ritual pontifício pelas igrejas locais, que era celebrado na Sé Romana na forma latina.

Desse modo, Julián Lopez Martín denominou o período entre os séculos XI e XIV como o tempo da decadência¹⁰ da vida litúrgica, pastoral e eclesiológica. O autor justifica tal interpretação a partir das constantes crises políticas e administrativas sofridas pela Igreja Católica, que acabaram por influenciar as elaborações dos rituais romanos. Foi o período da decadência da escolástica, de aprofundamento da deterioração da vida clerical e monacal, das cismas de Avignon na França e, posteriormente, dos abalos europeus promovidos pela Reforma Protestante.

No entanto, estes períodos também marcam um novo estilo de liturgia, caracterizado pela distância entre a sociedade dos fiéis e o presbitério, o altar. A alteração mais evidente desse novo *ars* litúrgico foi o fim da participação ativa dos fiéis e da improvisação. Os cristãos passaram a ser participantes passivos nas celebrações sacramentais. O presidente da celebração, na pessoa do padre, passou a ser o *pontifex*, a ponte entre Deus e os homens. A partir disso, a postura da assembleia dos fiéis foi marcada pela passividade, como sujeitos subordinados, e, como tal, não eram necessários para a efetivação e a validade das ações sacramentais.

Consequentemente, esse comportamento aproximou os fiéis de um apego mais contrito aos elementos tangíveis, às pequenas devoções, ao culto das relíquias, às procissões e a contemplação dos mistérios do rosário de Nossa Senhora. Adriana da Silva Lopes reforçou esse entendimento, definindo dois modelos devocionais presentes no período da Idade Média, em relação à Igreja Católica. Havia uma cultura clerical, marcada pela participação da alta nobreza, na instituição de ritos e liturgias, os quais muitas vezes os fiéis não compreendiam. O segundo modelo consiste na presença de aspectos culturais populares, marcados pela participação ativa dos fiéis na criação de mitos que reforçam o apelo simbólico e emocional da religião.¹¹ A esse respeito, Julián esclareceu:

A liturgia impregnava a vida do povo no nível social e religioso, mas não acontecia o mesmo com a espiritualidade, cada dia mais concentrada em aspectos secundários e nas devoções particulares. A assembleia litúrgica se havia desintegrado. Os fiéis assistiam com gosto as celebrações, mas cada vez mais afastados do presbitério, passivos e silenciosos. O esplendor do culto eucarístico não vinha acompanhado da

¹⁰ MARTÍN, Julián López. A liturgia da Igreja: Teologia, história, espiritualidade e pastoral. Trad. Gentil Avelino Tilton. Petrópolis: Vozes, 2022, p. 113

¹¹ LOPES, Adriana da Silva. O Corpus Christi na bula *transisturus de hoc mundo*: A relação entre o sagrado e o profano e sua Tradução Cultural nas imagens dos tapetes da procissão em Capanema-PA BRAGANÇA. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, São Paulo, 2016, p. 24

participação sacramental e se orientava para a contemplação e adoração da presença real, deixando em segundo plano o aspecto do sacrifício. A piedade popular preenchia quase tudo¹²

Esse apagamento permitiu o conformismo e a passividade, conforme destacamos. À medida em que a massa dos fiéis foram aderindo ao novo *modus operandi* da vivência da fé litúrgica, sacramental e eclesial, alguns outros elementos estruturais foram sendo desenvolvidos para que a participação ativa da grande massa fosse minimamente estimulada. Os toques dos sinos na consagração do pão e do vinho, por exemplo, foram mecanismos inseridos na liturgia por exigência dos fiéis leigos, uma vez que, estando o padre de costas ao povo e utilizando do latim para a comunicação, eles não conseguiriam identificar o momento da Transubstanciação¹³. Além disso, a partir do século XIII foi inserida a elevação da hóstia e do cálice, permitindo aos fiéis contemplarem a Eucaristia¹⁴.

Nesse ínterim e estabelecido esse introito histórico, destacamos as origens dos festejos de *Corpus Christi*, que estão relacionados a dois fenômenos místicos ocorridos no século XIII, que proporcionaram caracterizar esse período como o “século eucarístico”. Esses acontecimentos foram fundamentais para o incremento da devoção eucarística na parte ocidental do globo, bem como para conter a decadência litúrgica e religiosa dos séculos anteriores.

Um destes fenômenos foi o Milagre de Bolsena, ocorrido na comuna italiana do Lácio, no ano de 1263. Conta a tradição católica que o presbítero Pedro, natural da atual República Checa, esteve visitando algumas regiões da Itália. Todavia, o sacerdote manifestou dúvidas em relação ao Sacramento da Eucaristia, ao questionar a presença real de Jesus no pão e no vinho.¹⁵ Essa realidade já havia acontecido com outros padres no decorrer da história, a exemplo dos monges de Lenciano, no século VIII.

Ao se preparar para a celebração eucarística, presidida por ele na Catedral de Santa Cristina em Bolsena, o padre teria sido acometido por outra crise de fé. Essas dúvidas o acompanharam até o momento da consagração, uma vez que, ao sustentar a hóstia consagrada, teria ela começado a sangrar, caindo algumas gotas de sangue nas toalhas que cobriam o altar. Os que estavam presentes na celebração prontamente avisaram ao emissário do Papa Urbano

¹² MARTÍN, *op. cit.*, p. 114

¹³ Segundo a Doutrina Católica, por Transubstanciação entende-se ao momento da conversão da matéria do pão e do vinho no Corpo e Sangue de Jesus Cristo, na celebração da Santa Missa.

¹⁴ FRANCO, Jr., Hilário. A Idade média: nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 141.

IV, o Bispo Giácomo, que posteriormente foi encarregado de conduzir as investigações sobre o caso.

Outro acontecimento importante foram as visões místicas ocorridas com a irmã Juliana de Mont Cornillon ou Juliana de Liège, posteriormente canonizada pela Igreja Católica, no século XVI. Juliana nasceu em 1193 em Retinne, uma região do extinto Império Romano-Germânico. No início do século XIII, aos 13 anos de idade, Juliana foi conduzida à vida religiosa na ordem conventual dos agostinianos. Aos 16 anos, a mística teria tido algumas visões, posteriormente reveladas aos seus superiores, afirmando que se comunicava com o próprio Jesus Cristo em sonhos. A religiosa, porém, partilhava tais visões com suas duas amigas mais próximas: a Beata Eva e Isabel.

Simultaneamente, a tradição cristã narra que a primeira visão mística foi a mais significativa e guarda relações profundas com a festa de *Corpus Christi*, a qual, inclusive, podemos caracterizar como o ato fundante da celebração¹⁶. O Papa Bento XVI, mais recentemente, em audiência geral celebrada na Praça de São Pedro, no Vaticano, narrou esta primeira visão aos fiéis:

Com a idade de 16 anos teve uma primeira visão, que depois se repetiu várias vezes nas suas adorações eucarísticas. A visão apresentava a lua no seu mais completo esplendor, com uma faixa escura que a atravessava diametralmente. O Senhor levou-a a compreender o significado daquilo que lhe tinha aparecido. A lua simbolizava a vida da Igreja na terra, a linha opaca representava, ao contrário, a ausência de uma festa litúrgica, para cuja instituição se pedia a Juliana que trabalhasse de maneira eficaz: ou seja, uma festa em que os fiéis pudessem adorar a Eucaristia para aumentar a fé, prosperar na prática das virtudes e reparar as ofensas ao Santíssimo Sacramento¹⁷

Essas duas experiências, repletas de misticismo, foram levadas ao conhecimento do Arquidiácono de Liège, Jacques Pantaleón, que desempenhava um papel de destaque frente a administração da diocese. De forma particular, Juliana de Cornillon relatava essas experiências a Jacques, a fim de mantê-lo informado dos acontecimentos. Posteriormente, iniciado o período de Sede Vacante na Diocese de Roma, após a morte do Papa Alexandre IV, Jacques foi eleito para o pontificado romano, adotando o nome de Urbano IV.

A proximidade do pontífice tanto com a irmã Juliana quanto com o milagre eucarístico de Bolsena, foi um fator crucial para a promulgação da Solenidade de *Corpus Christi*, haja vista

¹⁶ CORRIGAN, Vicent; RICKETTS, Peter T.; WALTERS, Barbara R. *The Feats of Corpus Christi*. The Pennsylvania State University Press: Pennsylvania, 2006, p. 3

¹⁷ BENTO XVI, Papa. Audiência Geral: 17 de novembro de 2010. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2010/documents/hf_ben-xvi_aud_20101117.html

o reconhecimento eclesiástico das manifestações sobrenaturais. Por isso, no dia 11 de agosto de 1264, Urbano IV no uso de suas atribuições, instituiu a Solenidade de *Corpus Christi*, por meio da bula pontifícia *Transiturus de hoc mundo*. A assinatura desta bula possibilitou tanto o incremento da fé eucarística, quanto o estabelecimento de uma festa que reconhecesse a especificidade teológica deste sacramento. Além disso, proporcionou a sua inserção no calendário litúrgico, determinando sua celebração obrigatória em todas as igrejas de rito latino.

Segundo as normativas litúrgicas fixadas na bula de Orvieto, o Papa Urbano IV estabeleceu as diretrizes para esta celebração:

Por isso, recomendamos e exortamos no Senhor e por meio desta Bula Apostólica ordenamos, em virtude da Santa Obediência, com um rigoroso preceito, impondo-o como remissão dos vossos pecados, que celebres devota e solenemente esta festa tão solene, festa exaltada e gloriosa e vos esforçais com todo o cuidado para celebrá-la em todas as igrejas de vossas cidades e dioceses na quinta-feira acima mencionada de cada ano, com as novas lições, respostas, versículos, antífonas, salmos, hinos e orações próprias a ela, que incluímos em nossa Bula juntamente com as partes próprias da missa; Também vos ordenamos que, no domingo que precede a quinta-feira acima mencionada, exorteis os vossos fiéis com recomendações salutares, directamente ou por intermédio de outros, para que, com uma confissão verdadeira e pura, com esmolas generosas, com orações atentas e assíduas e outras obras de devoção e piedade, se preparem de tal modo que possam participar, com a ajuda de Deus, deste precioso sacramento e possam recebê-lo com reverência na dita quinta-feira e assim obter, com a Sua ajuda, um aumento de graça¹⁸

Ademais, de Liège e Orvieto, difundiram-se pelo ocidente as normativas que regularam as celebrações de *Corpus Christi*, muitas das quais são utilizadas até a atualidade. Foram compostos pelo frei Tomás de Aquino, amigo pessoal de Urbano IV, todos os textos litúrgicos que deveriam ser utilizados para o ofício da celebração da Missa, os breviários das horas canônicas, o ofício das leituras, bem como alguns manuais de devoções¹⁹. Entre as suas principais obras, encontram-se a sequência de *Corpus Christi*, um canto devocional em forma de poema utilizado para a missa solene e o canto do *Tantum Ergo*, que se firmou como um canto de exaltação à presença real de Jesus Cristo no sacramento eucarístico:

Tão sublime Sacramento, adoremos neste altar, pois o Antigo Testamento, deu ao novo seu lugar. Venha à fé por suplemento, os sentidos completar. Ao eterno Pai cantemos, e a Jesus o Salvador. Ao Espírito exaltemos, na Trindade eterno amor. Ao Deus Uno e Trino demos, a alegria do louvor. Amém.²⁰

¹⁸ Urbano IV, Papa. Bula *Transiturus de hoc mundo*. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/urbanus-iv/es/documents/bulla-transiturus-de-mundo-11-aug-1264.html>.

¹⁹ CORRIGAN, Vicent; RICKETTS, Peter T.; WALTERS, Barbara R. *op. cit.* p. 35

²⁰ PENITENCIARIA APOSTÓLICA. *Enchiridion Indulgentiarum: normae et concessiones*. 4. ed. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1999.

Os encargos da eleição de um papa mais idoso logo recaíram sobre a Igreja Católica e, em 2 de outubro de 1264, Urbano faleceu. Não obstante, apesar do curto papado, podemos destacar algumas ações: as tentativas de uma nova cruzada e as constantes investidas de conquista a cidade de Constantinopla, sede do Império Bizantino. Além do mais, os esforços pela estabilização da festa de *Corpus Christi* também foram insuficientes, de modo que, após a morte do Papa, a festa foi limitada apenas a Liège, sendo necessárias novas investidas dos seus sucessores, a fim de promover os festejos.

Entre essas medidas podemos destacar o Concílio de Viena, em 1311. Além de ter estabelecido o fim do apoio pontifício à causa dos templários, o concílio corroborou com os esforços de Urbano IV em reforçar a importância das celebrações de *Corpus Christi*. Junto as adesões de Clemente V, somaram-se os esforços de Eugênio IV na incrementação das celebrações, que garantiu a possibilidade de ganho de indulgências plenárias²¹ para os seus participantes.

Apesar disso, as maiores dificuldades encontraram força com o advento da Reforma Protestante, no século XVI, abalando as estruturas jurídicas e sociais do catolicismo. As oposições do monge Martinho Lutero, seja por suas posturas de rompimento à Igreja face à sociedade, seja pelo endossamento das críticas ao compêndio dogmático católico, revolucionaram o ocidente. As contestações do monge agostiniano eram relacionadas à doutrina das indulgências, ao culto à Virgem Maria, aos santos e a disciplina sacramental da Igreja, contestando, dessa forma, a validade teológica de alguns sacramentos entre os quais a Eucaristia. Ademais, é preciso destacar sua oposição à deterioração da moralidade e da ética entre os membros dos cleros secular e regular.

Lutero, em continuidade com as outras controvérsias medievais e em consonâncias com as heresias modernas, difundiu pelos principados germânicos uma nova doutrina sobre a transubstanciação eucarística. Para ele, ao consagrarem o pão e o vinho na missa, esses elementos canônicos eram mantidos em sua integral substância. Embora ele mesmo não usasse esse termo, tal concepção se definiu no decorrer como a doutrina da consubstanciação²² que admitia a união do pão e do vinho com o corpo e sangue de Cristo. Desse modo, Lutero considerava a Eucaristia como um mero simbolismo.

²¹ Segundo a doutrina católica, as indulgências plenárias correspondem ao apagamento das penas temporais que os pecados mortais fazem na alma. Para que sejam apagadas, o fiel católico deve adotar diversos procedimentos penitenciais, sejam procissões, a oração do rosário, ladainhas, entre outros.

²² SANTOS, João Henrique dos. Da conciliação possível à ruptura: uma análise dos documentos de 1520 de Martinho Lutero. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009, p. 134

À disseminação dos preceitos reformistas, a Igreja Católica respondeu com a convocação do Concílio de Trento, no século XVI, um concílio de caráter reformista. Além de reagir às objeções protestantes em suas variadas ramificações (calvinistas, anglicanas...) o concílio confirmou a doutrina sacramental da Igreja, destacando a validade e licitude das ações sacramentais, como doutrinas instituídas pelo Cristo, e como tal, dignas de fé. A tais procedimentos, somam-se as orientações jurídicas emanadas da sessão XIII, celebrada no dia 11 de outubro de 1551, que estabeleceu, de *ipso jure*, mais precisamente no cânon 888:

Se alguém disser que não se deve adorar com culto de latria também externo o Unigênito Filho de Deus no santo Sacramento da Eucaristia; e que por isso também não se deve venerar com festividade particular, nem levar solenemente em procissão, segundo o louvável rito e costume da Igreja universal; ou que não se deve expor publicamente ao povo para ser adorado, e que seus adoradores são idólatras — seja excomungado²³

Assim sendo, o Concílio de Trento que buscou reafirmar a doutrina católica sobre o Sacramento da Eucaristia. Outras medidas foram tomadas a fim de conter o aparecimento dos novos grupos religiosos da Idade Moderna. Sendo assim, face a diminuição quantitativa de adeptos ao catolicismo, tornou-se imprescindível a busca por novos cristãos católicos. O marco efetivo dessa busca caracterizou-se pelo apoio da Igreja Católica aos processos coloniais da América, uma vez que, junto aos impérios europeus – principalmente com a Espanha e Portugal – a Igreja Católica buscou expandir as suas fronteiras institucionais, estendendo seus preceitos jurídicos e litúrgicos nos novos domínios coloniais.

Não obstante a essas preposições, dado a proximidade relacional entre a Igreja Católica e algumas monarquias europeias, torna-se viável destacar, ainda, como os festejos de *Corpus Christi* se desenvolveram em Portugal e, em seguida, nos seus limites coloniais na América, antes propriamente de adentrar ao marco temporal do nosso objeto.

1.2 Corpus Christi em Portugal, suas características e estruturas:

A Igreja Católica, por meio da forte atuação da sua hierarquia administrativa, buscou consolidar a celebração dos festejos de *Corpus Christi* nos impérios europeus. É preciso

²³ Concílio Ecumênico de Trento (1545-1563). Disponível em: <https://www.montfort.org.br/bra/documentos/concilios/trento/> . Acesso em 04 fev. 2025

destacar que a Igreja é uma instituição cujo ordenamento litúrgico – ou seja, as suas formas e manifestações rituais – foi sendo intensamente solidificada no decorrer dos séculos. Evidentemente, com o advento dos processos de colonização dos domínios coloniais portugueses na América, torna-se possível destacar as semelhanças entre as experiências em torno da festa de *Corpus Christi* na sede do Reino Ultramarino e das suas manifestações na colônia. No entanto, é válido afirmar que os elementos religiosos são sempre alvos de adaptações, levando em consideração os *modus operandis* e os *modus vivendis* de cada localidade, fundados nas dinâmicas sociais vigentes, nos costumes locais, nas identidades sociais, nas relações e disputas que englobam o poder.

Antes de tudo, é viável enfatizar os laços de proximidade que unem a Igreja Católica e a coroa portuguesa, principalmente na Idade Moderna, período marcado pela instituição do Padroado Régio. O *Patronatus Regius* (Patronato Régio) ou Padroado Ultramarino foi um dispositivo jurídico criado no século XV que concedia aos reis de Portugal a autoridade sobre os assuntos relativos aos âmbitos pastorais e administrativos da Igreja Católica em suas respectivas áreas de atuação pastoral e missionária. Esse dispositivo jurídico foi amplamente utilizado para legitimar a atuação da coroa nos domínios coloniais e foi fortalecido pelas bulas pontificias *Romanus Pontifex* (1455) e *Inter caetera* (1456).

Dessa forma, a outorga do Padroado Real possibilitou a inserção da Igreja Católica na dinâmica do poder, tanto nos limites do Império Português como nos seus domínios ultramarinos. Tal prerrogativa contribuiu para que todas as manifestações religiosas – sejam elas de cunho público ou privado – tivessem a coroa portuguesa como principal tutora, financiadora e organizadora. Os princípios católicos passaram a ser valorizados como preceitos civis e a recepção dos sacramentos era tida como forma reconhecida para a inserção individual na sociedade, outrora marcada fortemente pela presença da religiosidade cristã católica.

Nessa conjuntura, o poder público atuava como ator ativo nas celebrações religiosas, exercendo, em muitos casos, a função de principal financiador dos atos litúrgicos. Sua presença se notava desde a aquisição dos paramentos litúrgicos utilizados nas celebrações, nos ornamentos dispostos no altar, na compra das flores, alfaías e dos objetos litúrgicos destinados às celebrações. Outro procedimento adotado era a organização das ruas, a mobilização das guardas, o calçamento e decoração das vias-públicas, a estruturação dos cortejos processionais

e do pagamento das espórtulas²⁴ destinadas ao corpo de sacerdotes, haja vista que parte da arrecadação da Igreja era destinada ao Estado.

Observada a presença do Estado sob a égide do Patronato Real, torna-se fundamental ressaltar o caráter cívico das celebrações católicas. Haja vista a aproximação entre os poderes constituídos e os princípios da religião, o Estado cobrava de seus súditos, por meio de mecanismos de coerções, a devida participação e reverência nos preceitos religiosos. Se abster de participar das ações sacramentais da Igreja Católica era negar a comunhão com a sociedade dos fiéis católicos, bem como ultrajar à autoridade e soberania do Estado.

Nessa perspectiva, em 1538, foram promulgadas pelo Arcebispo de Braga, D. Manuel de Souza, as Constituições do Arcebispado de Braga. Nesse documento, o bispo consagrou a obrigatoriedade da participação de todos os fiéis católicos, confreiros e habitantes da cidade de Braga à participação nas procissões católicas, principalmente a referida Festa do Corpo de Deus²⁵, o *Corpus Christi*.

O Estado nutria, igualmente, especial relação com as confrarias religiosas, que na maioria das vezes exerciam funções administrativas nas igrejas locais, principalmente na Época Moderna. As confrarias eram associações de leigos – ou seja, de cristãos batizados – que se reuniam constantemente para a oração e para o auxílio das paróquias. Os confrades eram distinguidos dos demais paroquianos da comunidade local por meio da utilização de indumentárias – um conjunto de vestes, acessórios e orações próprias – que eram restritas aos membros das confrarias. Essas indumentárias eram uma forma utilizada para a identificação pessoal do confrade, bem como simbolizavam a sua adesão ao grupo religioso.

As confrarias – que eram conhecidas, em muitas situações, como detentoras de forte capital econômico – se enquadravam como uma das principais subsidiadoras das procissões, sobretudo a de *Corpus Christi*, considerada como a principal procissão do calendário litúrgico. Amândio Jorge Morais Barros investigou a atuação das confrarias na cidade do Porto, nas celebrações do Corpus Christi. A partir da investigação documental de parte dos acervos do

²⁴ A espórtula é o pagamento destinado aos clérigos, pela participação em determinada celebração sacramental. Há de se ressaltar a diferença entre a cônica e espórtula, conceitos muitas vezes confundidos. A cônica é um auxílio financeiro mensal que é retirado das esmolas das igrejas locais, para o sustento do sacerdote.

²⁵ ARQUIDIOCESE DE BRAGA. *Constituições do Arcebispado de Braga*. Braga: [s.n.], 1537. Disponível em: <https://purl.pt/14701>. Acesso em: 6 jul. 2025. [f. 65v]

Arquivo Histórico Municipal do Porto, Barros datou o início da participação das confrarias nos festejos de *Corpus Christi*, no âmbito do Reino de Portugal, para o ano de 1621²⁶.

A primeira confraria cuja participação foi registrada em documentos é a de São Pedro de Miragaia, localizada na região portuária da cidade do Porto. O corpo de associados dessa confraria se destacava por aceitar apenas homens que trabalhassem nas atividades marítimas nas proximidades da paróquia. Eles eram responsáveis pelo desenvolvimento da economia local, movida pela intensa atividade pesqueira. Com base nisso, tinham ativa participação nos festejos, provendo as preparações dos andores – principalmente o de São Jorge, padroeiro de Portugal – e dos demais subsídios de que a festa carece.²⁷

Outra característica importante das celebrações de *Corpus Christi* em Portugal é a sua função como encenação simbólica da ordem social, sendo uma evidente possibilidade de desfile público, reflexo de uma sociedade fortemente marcada pela hierarquização. A exibição da ordem social tripartida da sociedade (entre os que governam, os que rezam e os que trabalham) era um elemento fundamental para a procissão. A dignidade do corpo social era medida, sobretudo, pela proximidade física em relação ao arcebispo local, responsável por elevar a Hóstia consagrada. Quanto mais próximo dele, maior era seu prestígio.

Beatriz Catão Cruz Santos, ao examinar disposições dos ofícios mecânicos – ou seja, das funções litúrgicas e operacionais – das celebrações de *Corpus Christi*, destacou a importância dessa dimensão estratificadora da procissão. No que tange a esse entendimento, a autora esclareceu a variabilidade da hierarquização das procissões, de uma cidade a outra. Ao que tudo indica, as disputas por precedência nas fileiras da procissão são variáveis, levando em consideração as relações de poder, as tradições e costumes de cada cidade²⁸. Ou seja, não é possível definir que todas as procissões se posicionassem da mesma maneira. Além disso, as posições eram definidas por editais emitidos pelo Senado da Câmara de cada cidade.

A elite reivindicava os privilégios não só de participar da procissão, mas ostentar sua presença no cortejo. Essa reivindicação não se fundamentava apenas na posse de capital político e social, tão importante para as políticas de afirmação do poder. Elas, costumeiramente, utilizavam-se das noções de tempo, do passado heroico dos seus ancestrais, para legitimar sua

²⁶ BARROS, Amândio Jorge Morais. A procissão do Corpo de Deus do Porto nos séculos XV e XVI: a participação de uma confraria. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, [S. l.], v. 10, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5680>. Acesso em: 5 jul. 2025, p. 122

²⁷ *Ibidem.*, p. 124.

²⁸ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Os ofícios mecânicos e a procissão de Corpus Christi no Arquivo Municipal de Lisboa – séculos XVII e XVIII. *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 21, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20807>. Acesso em: 6 jul. 2025, p. 467

força e garantir o prevalecimento do seu espaço social. Em outro texto, Beatriz Santos destacou essa perspectiva quando definiu o tempo pela expressão “criado da autoridade”²⁹, refletindo sobre os usos do passado como manifestação da força política.

Sendo assim, o *Corpus Christi* da sociedade portuguesa moderna reflete as dinâmicas culturais e sociais do Império Português. Tais dinâmicas, porém, foram sendo vistas pelos colonos das Terras d’além mar como modelo preciso a ser seguido. No caso da colônia portuguesa da América, hoje Brasil, podemos observar uma série de mecanismos que tentaram igualar as celebrações de *Corpus* que ocorriam na colônia, com os *modus operandis* das que ocorriam na sede do Reino Português. No entanto, apesar de conjunturas semelhantes, o *Corpus Christi* no Brasil colonial adquiriu feições próprias, em função das dinâmicas e tradições locais.

1.3 A Festa do Corpo de Deus no Brasil, em perspectiva: heranças da tradição Luso-Brasileira

A chegada das primeiras caravelas do Império Português às Américas acompanha, como é evidente, uma ambição direta de fomento aos processos coloniais e expansionistas do Novo Mundo. Somadas a essa intenção, podemos colocar as intenções da Igreja Católica no envio de missionários, que tinham por função fomentar a concretude da missão evangelizadora. Separar essas duas intenções é um exercício difícil, haja vista a religiosidade ser uma marca expressiva na vida dos colonos europeus. Os primeiros colonos que vieram habitar as Américas tinham como atribuição a expansão dos seus impérios de origem, bem como a clara intenção de adquirir novos adeptos para o catolicismo decadente do século XVI.

Luís de Camões, poeta da corte portuguesa, em seu livro *Os Lusíadas* construiu um discurso sobre o caráter sagrado da expansão. Ao narrar em seu livro sobre as heroicas aventuras dos navegadores portugueses na Índia, o poeta escreveu uma ode ao Império Marítimo Português. Em seus versos, Camões afirmou que a glória de Portugal é devida aos esforços de seus colonos combatentes que navegam com o auxílio da força divina³⁰. Ou seja, os colonizadores do século XVI tinham a convicção de que o serviço prestado à coroa era também um serviço prestado à sua Santa Madre Igreja.

²⁹ SANTOS, *op. cit.* p. 264

³⁰ CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. 3a ed. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto Camões.

Outrossim, embora não nos caiba ressaltar apenas o aspecto religioso da expansão, porquanto sabe-se que há uma pluralidade de circunstâncias que delimitaram esses processos. Porém, haja vista os esforços dos colonos na colonização do território, o caráter evangelizador, proselitista e missionário são motivações que devem ser destacadas. Segundo Riolando Azzi, os atos dos colonos estão diretamente ligados à expansão das fronteiras do império e do catolicismo. Desse modo, o autor enfatiza o caráter missionário da expansão, ao destacar as experiências de Pero Vaz de Caminha, que, em carta enviada à corte portuguesa, declarou que a maior função do homem colonizador seria salvar as almas dos nativos encontrados.³¹

Os favores prestados a ação missionária em prol da Igreja e do papado de Roma seriam recompensados, seja por privilégios humanos, seja pela garantia da entrada no Reino dos Céus. Semelhantes ponderações foram registradas por Laura de Mello e Souza, quando afirmou:

A expansão ocidental caracterizou-se pela bifrontalidade: por um lado, incorporavam-se novas terras, sujeitando-se ao poder temporal dos monarcas europeus; por outro, ganhavam-se novas ovelhas para a religião e para o papa (...) portanto, sem que os propósitos materiais fossem acanhados, cristianizar era, de fato, parte integrante do programa colonizador dos portugueses, diante do Novo Mundo. Mais do que isto: parte importante, dado o destaque que tinha a religião na vida do homem quinhentista³²

Ademais, é convém afirmar que a existência de um corpo pastoral requer igualmente a constituição de um corpo burocrático, com a criação de normativas jurídicas que delimitem a ação evangelizadora do ponto de vista administrativo. De modo a estreitar os laços entre os poderes e resguardar os interesses políticos, econômicos e sociais, a Santa Sé e o Império Português estabeleceram a instituição do Padroado Régio, no século XV. Por meio desta concordata, o Papa de Roma conferia ao Rei de Portugal e aos seus representantes os direitos plenos, nas dimensões políticas, pastorais e espirituais da Igreja colonial, intensificando, deste modo, a influência do poder secular na administração do projeto colonial e religioso.

A dupla missão dos colonos portugueses nas terras de além-mar, identificada e caracterizada acima, acarretou duas consequências para o catolicismo colonial: a primeira consistiu no assenhoreamento do território, muitas vezes comandados pelas ordens religiosas, das quais podemos destacar os Carmelitas, Beneditinos e Franciscanos e a da Companhia de

³¹ AZZI, Riolando. O Padroado Portugues. In: HOONAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Brenno. História da Igreja no Brasil. Tomo 2/1. Petropolis: Edições Paulinas e Vozes, 1977, p. 164

³² SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 32 e 33

Jesus, atuando em diversas áreas da colônia. A segunda consequência consistiu na organização administrativa da igreja, no que tange à esfera espacial. Essa segunda consequência pode ser notada pela criação da primeira província eclesiástica do Brasil, a Diocese de São Salvador da Bahia, que teve Dom Pero Fernandes Sardinha, o Bispo Sardinha, como seu primeiro prelado.

Não obstante, a *práti*x evangelizadora não foi suficientemente eficiente para conter os avanços de um catolicismo marcado pela fusão entre ortodoxia, tradições culturais e costumes locais, o que muitas vezes dificultava os trabalhos dos padres missionários, sob a ótica ortodoxa. Segundo Laura de Mello e Souza, a atuação jesuítica e secular na colônia resultou na formação de um tipo de católico pouco instruído na doutrina, da disciplina dos sacramentos e dos gestos litúrgicos. Porém, a semelhança com o sentido europeu dá-se, justamente, pelo apego às devoções particulares, às práticas litúrgicas exteriores, às procissões e aos misticismos, elementos que se tornaram expressões constitutivas da religiosidade popular³³.

O primeiro relato de que se tem notícia sobre a Festa de *Corpus Christi* no Brasil colonial data de 9 de agosto de 1549. Na ocasião, o Padre Manoel de Nóbrega havia estabelecido uma comunicação com o superior da Companhia de Jesus na sede do reino português, transmitindo ao seu receptor os relatórios das celebrações litúrgicas que ocorriam na colônia. Na narrativa, Nóbrega comparou as festas coloniais com aquelas que eram celebradas no reino:

Outra procissão se fez dia de Corpus Christi, mui solemne, em que jogou toda a artilharia, que estava na cerca, as ruas muito enramadas, houve danças e invenções à maneira de Portugal (...) O padre Navarro faz muito fruto entre estes gentios, lá está toda a semana³⁴

Diante da oposição clerical ao caráter improvisado do ordo litúrgico do catolicismo colonial, adaptados, como afirmamos, pela fusão de gestos litúrgicos e cultura popular, bem como no incremento da organização territorial, o clero secular e regular buscou constituir um ordenamento burocrático que viabilizasse a organização litúrgica, pastoral e administrativa da Igreja Católica colonial. A Arquidiocese de São Salvador da Bahia celebrou no século XVIII um sínodo cujo conteúdo foi sistematizado nas chamadas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

³³ SOUZA, *op. cit.* p. 91

³⁴ NÓBREGA, Manoel. Cartas do Brasil, do padre Manoel da Nobrega (1549-1560). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886

A assinatura deste documento foi um elemento facilitador para a atuação eclesiástica no Brasil pois viabilizou a organização da burocracia eclesial, no que tange os aspectos litúrgicos, jurídicos e institucionais. Uma dessas chancelas foi a adaptação da Igreja colonial ao Concílio Tridentino, celebrado na Europa, no século XVI. Na questão litúrgica, o sínodo foi o responsável pela organização do compêndio das festas litúrgicas do calendário romano, bem como difundiu as orientações para a correta celebração do ordo. Organizou-se, entre muitas celebrações a Festa de *Corpus Christi*, que havia sido alvo de diversas adaptações e inculturações no contexto da atuação católica na colônia.

No Título XVI das Constituições Primeiras, entre os cânones 496 e 501, é possível encontrar as diretrizes destinadas aos sacerdotes sobre as rubricas a serem adotadas, por ocasião da Festa do Corpo de Deus:

A principal de todas as Procissões é a grande, e festival Procissão do Corpo de Deos, que em cada anno se faz na Quinta Feira depois do Domingo da Trindade, tão encommendada pelos Sagrados Canones, e Concílio Tridentino, e ainda pelas Leis do Reino. Foi ordenada pela Igreja para a exaltação do Divino Sacramento, manjar sagrado em que se nos dá o mesmo Christo nosso Senhor, para honra de Deos, gloria dos Catholicos, confusão dos hereges e para os fieis lembrados deste immenso beneficio, com fervoso affecto se movão a render o obsequio devido a tão Divina Magestade, e a dar as gralas Christo, nosso Senhor, tão liberalissimo bemfeitor, que se nos dá a si mesmo em iguaria da vida espiritual. Pelo que mandamos, que nesta Cidade se faça esta solemne Procissão com o ornato possivel de pompa, e magestade, assim como até agora se fez, na Quinta Feira de Corpus Christi pela manhã, acabada a celebridade da Missa, na forma que dispoem o Cerimonial dos Bispos e sahirá da nossa Sé, e Nós, e nossos sucessores levaremos a custodia do Santissimo Sacramento (...) E mandamos outro-sim a todos os nossos subditos, que no dia em que se fizer esta solmene Procissão, tenham as ruas e lugares de onde houver de passar limpos e ordenados com ramos, e flores, as janellas e paredes concertadas e armadas com sedas, panos, tapeçarias, quadros, imagens de Santos, e outras pinturas, quanto lhes for possível³⁵

Dentre os estudos mais recentes que se destacam, na historiografia brasileira, sobre as festas religiosas no contexto colonial, é fundamental mencionar os trabalhos de Beatriz Catão Cruz Santos. Nas diversas abordagens levantadas pela autora, destacamos a menção a dimensão política e social das organizações litúrgicas dos festejos de *Corpus Christi*³⁶. Beatriz Santos, apoiada nas contribuições de outros autores, afirmou a existência de dois corpos reais, presentes nas procissões eucarísticas. Em primeiro plano, havia um corpo eucaristizado, a hóstia

³⁵ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. pp. 194 e 195

³⁶ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. O Corpo de Deus na América. São Paulo: Annablume, 2005, p. 27

consagrada, sustentada nas mãos do bispo local. Em segundo plano, estava o corpo social, a sociedade, que por diferentes modos se apropria dos preceitos religiosos.

De fato, o caráter político das celebrações litúrgicas é uma realidade que precisa ser evidenciado. Reservadas as medidas proporções, mas, para destacar o recorte espacial de nosso trabalho, a participação dos poderes políticos constituídos nas celebrações de *Corpus* em São Gonçalo, reflete um modo histórico de atuação, com ênfase nas relações entre Igreja e Estado. Já no período colonial, o Estado era o principal financiador das celebrações e obrigava a sociedade a participar ativamente dos festejos.

Uma portaria publicada em 1826 no *Diário do Rio de Janeiro* convocava a população, em nome do Imperador Dom Pedro I, para a participação da celebração de *Corpus Christi*, sob pena de multa. Posturas como essa ilustram a proximidade entre poder secular e religioso:

DECLARAÇÕES – O Porteiro da Imperial Camara, em consequencia das Ordens de Sua Magestade O Imperador, faz saber a todos os criados do mesmo Augusto Senhor, que he costume tomarem as opas da Irmandade do Santissimo Sacramento, que devem comparecer na Capela dos Terceiros o Carmo em dia 25 do corrente as 10 horas da manhã, a fim de assistirem a procissão do Corpo de Deos desta cidade; devendo, aquele que tiver motivo que o impossibilite de comparecer fazer legalmente a sua participação ao referido Porteiro da Camara. Rio de Janeiro 20 de maio de 1826. João Valentim de Faria Souza Lobatto³⁷

Outro caso foi o de José Rodrigues Pereira de Almeida, Barão de Ubá que, em determinada ocasião, precisou justificar a sua ausência nos festejos de Corpus Christi ao Senado da Câmara³⁸. A ocorrência ilustrada demonstra como as celebrações religiosas eram vistas como obrigações civis, sendo, por esta razão, consideradas de participação obrigatória por toda a sociedade.

Essa justificativa fundamenta-se no entendimento de que a participação nas procissões não era apenas um preceito religioso. O caráter civil das festas católicas era uma situação constantemente observável. A ausência nessas celebrações, segundo Beatriz Catão, era uma situação periculosa. Para ela, a recusa formal ou informal da participação no cortejo equivalia negar a comunhão com a Igreja, com o Corpo de Cristo.³⁹ Acrescentamos, ademais, que negar a participação da procissão é negar a comunhão com outro corpo, o corpo civil, a sociedade.

³⁷ Declarações. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 22/05/1826, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional

³⁸ Fundo diversos, código: BR RJANRIO 2H.0.0.857

³⁹ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. A procissão de Corpus Christi no império português: discursos sobre as "faltas" e o tempo (século XVIII). In: HERMANN, Jacqueline; MARTINS, William (Org.). *Poderes do Sagrado: Europa Católica, América ibérica, África e Oriente portugueses (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016. v. 1, p. 259

Em *Corpus Christi*, não temos apenas a exposição do Corpo de Cristo, da hóstia consagrada, mas também a ostentação do poder público, da sociedade e das suas representações.

Maria Lúcia Bastos também destacou o caráter cívico dos festejos religiosos. Segundo a autora, a partir do desfile imagético emanado das ações litúrgicas dos ofícios católicos, tinha-se a reprodução da sociedade, dividida entre nobres e servos. Para ela, fica claro que a utilização das pompas litúrgicas, dos paramentos ornados, das flores, incensos, entre outros adornos, são formas de expressar o poder e a grandiosidade do Estado, em face ao sentimento e misticismo religioso⁴⁰. Outrossim, as celebrações religiosas coloniais serviam como forma de sacralizar o poder secular, constituído, segundo os preceitos da religião, por Deus e para o povo.

Entretanto, havia diversas formas de consolidar a hierarquia da sociedade no decorrer das celebrações. As posições ocupadas pela sociedade na procissão demonstravam o grau de importância dos agentes envolvidos, visto que quanto mais próximo da custódia com a hóstia consagrada o indivíduo estivesse, maior era a sua importância na hierarquia do corpo social. Outro cargo de suma importância estava relacionado ao púlpito litúrgico, que consistia em uma longa faixa de linha bordada e elevada em cima do Santíssimo Sacramento. Essa faixa era hasteada por algumas varas, cujo erguimento era destinado apenas à alta nobreza e às autoridades civis.

Beatriz Catão destacou esse aspecto quando mencionou que:

A importância daquele na ordem do cortejo pode ser medida de diversas formas: quanto mais próximo um dos diversos corpos participantes se posicionasse em relação à hóstia consagrada, maior era a sua importância na sociedade. Assim como segurar as varas do púlpito sob o qual o Santíssimo Sacramento percorria as ruas da cidade era, há muito, privilégio das autoridades e constituía ocasião de disputas⁴¹

Na Igreja Católica, a procissão é uma forma de expressar publicamente os preceitos da fé, realizada de maneiras distintas. Algumas fazem parte diretamente do ordenamento litúrgico, como as procissões do Domingo de Ramos e de *Corpus Christi*. Há, também, outros tipos de procissões, feitas em louvor aos Santos, a Virgem Maria e a São José. A procissão possui um caráter tanto festivo quanto penitencial. No auge do catolicismo barroco, a procissão expressava tanto uma manifestação religiosa quanto ostentação de potestade. Para Ricardo Luiz de Souza,

⁴⁰ MONTES, Maria Lucia Bastos. *As figuras do Sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 52

⁴¹ SANTOS, *op. cit.*, p. 110.

a procissão é uma forma da Igreja Católica incorporar à sua identidade, elementos profanos, de modo a contribuir para a sacralização local. A esse respeito, o autor afirmou:

A procissão simboliza o pertencimento dos fiéis à Igreja, mas é feita no espaço externo ao templo, nas ruas e não em seu interior, o que demonstra a ambiguidade inerente ao ritual: cerimônia ao mesmo tempo eclesiástica e profana, controlada pela Igreja e absorvendo elementos profanos. Ao mesmo tempo, a procissão afirma a autoridade da fé sobre o espaço profano, incorpora-o à autoridade da Igreja e faz com que a identidade cristã dos que dela participam seja afirmada perante eles próprios e perante quem se mantenha alheio à fé⁴²

Mais tarde, no período Imperial, ao narrar sobre suas memórias em uma festa religiosa, Melo Moraes Filho construiu uma narrativa que possibilitasse esse entendimento:

Fechando o séquito, formava a retaguarda um piquete de cavalaria de linha, de espadas desembainhadas – o Estado de São Jorge (...) aos guiões sucediam-se todas as irmandades. As ordens terceiras precedia o clero regular; o cura da Capela, aos padres da diocese. Compareciam os escrivães do corpo eclesiástico, de calção e capa romana, a cruz do cabido e o pessoal da capela; e, entre as ordens terceiras e o clero, a Câmara Municipal, representada pelos vereadores (...) Nisso passava o pálio, que abrigava o bispo com o Santíssimo, monsenhores, cônegos e sacristas, tendo as varas o Imperador com o manto de Cristo, e os ministros fardados em grande gala. Os grandes do império, os cavaleiros do Cruzeiro e de Cristo, com as insígnias de suas ordens, a nobreza e os arqueiros ultimavam o cortejo⁴³

Ademais, outros elementos litúrgicos foram fundamentais para destacar a presença da coroa portuguesa nos festejos da colônia. Entre eles, destacava-se o Estado de São Jorge, andor preparado para o Santo Capadócio e protetor de Portugal, sendo o único autorizado a desfilar entre os fiéis. A tradição lusa consagrava São Jorge como protetor do império, haja vista o reconhecimento da sua intercessão na vitória portuguesa da Batalha de Aljubarrota, no século XIV. A imagem de Jesus Cristo e São Jorge⁴⁴, ambos expostos na procissão, demonstravam, segundo a tradição cristã, a vitória da fé sobre as potestades das trevas.

Uma situação ocorrida no século XIX pode ilustrar esse procedimento. Segundo os *Annaes do Senado da Câmara*, foi apresentado um projeto de lei na 74ª sessão da Câmara, no dia 4 de agosto de 1827, para apreciação dos parlamentares. O conteúdo desse projeto tratava da proibição da realização de festas (religiosas) às custas dos bens das Câmaras Municipais.

⁴² SOUZA, Ricardo Luiz de. Procissões: ritos religiosos, expressões de poder, discursos sociais. In: _____. Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular. Natal: IFRN, 2013. p. 44

⁴³ FILHO, Mello Moraes. Festas e Tradições Populares do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 204

⁴⁴ Com o passar do tempo, a participação da imagem de São Jorge nas procissões de *Corpus Christi* foi sendo reduzida, à medida em que a Igreja passava a dar mais centralizada a figura do Cristo Eucarístico, a hóstia consagrada.

Este projeto, por sua vez, foi objeto de intensos debates, entre os quais podemos destacar o discurso de oposição feito por Antônio Vieira Soledade, padre e presidente da Província do Rio Grande do Sul:

Não posso approvar esta lei, uma vez que ella prohibe aos conselhos o concorrerem para estas festas, e não designa uma outra classe que as faça. Esta prohibição equivale a uma abolição de taes festas, e por consequencia do culto, que pelo contrario, devemos manter. Quaes são estas festas? A do Corpo de Deus, que é o triumpho da religião (...) Estas festividades têm por objecto manter a fê e a religião catholica; abolil-as é abrir o passo a que se tornem indifferentes e venham finalmente a cahir; portanto, voto contra a lei, visto que ella não traspassa este encargo das camaras para alguma outra corporação⁴⁵

Na ocasião, os debates foram seguidos pela assinatura e aprovação do projeto de lei. No entanto, entre as festas que foram excluídas desta lei orçamentária, encontra-se a Festa do Corpo de Deus (*Corpus Christi*):

Em seguimento foram lidos e sucessivamente approvados os artigos seguintes, taes quaes estavam redigidos: Art. 2º – Não farão festa á custa das camaras senão a de Corpo de Deus, e aquellas que por lei lhes forem expressamente ordenadas; mas em nenhuma dellas se darão propinas, brandões, tochas ou velas, e só se despenderá o que fôr necessário para o culto divino⁴⁶

Desse modo, essa situação evidencia o caráter político da celebração de *Corpus Christi* no Brasil, que, de certa maneira, estava relacionado com a presença ativa do poder político nos momentos de culto. Não é apenas o corpo eucarístico que desfilava pelas ruas com esplendor, mas também o corpo social, representado pela nobreza, pelas autoridades civis e pelas partes mais abastardas da população. Além disso, foi possível notar a importância dada pela sociedade à referida celebração religiosa, refletindo, desse modo, uma sociedade cujo *modus vivendis* e *modus operantis* estão profundamente conectadas com as práticas religiosas. Em outras palavras, as estruturas sociais do Brasil nos três primeiros séculos foram marcadas pelo protagonismo da religião e tais procedimentos foram responsáveis pela consolidação de uma estrutura social, cujas marcas ainda fazem sentir na sociedade brasileira contemporânea.

⁴⁵ BRASIL. Senado Federal. Annaes do Senado do Império do Brazil: anno de 1827. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1827. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1827/1827%20Livro%202.pdf Acesso em: 17 de fev. 2025.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 27

Com o advento da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, sobretudo após alguns conflitos entre os poderes político e religioso⁴⁷, rompe-se, oficialmente, com o Padroado Régio, estabelecendo, juridicamente, a separação total entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica. Em 1891, no contexto da consolidação do regime político da República e de reorganização jurídica, foi promulgada a segunda Constituição brasileira. Na primeira parte, onde trata das disposições gerais da organização federal, o texto constitucional alude à relação entre o Estado nascente e os grupos religiosos.

Na redação do artigo 12, item 2 do corpo constitucional, há uma clara objeção quanto à participação do Estado no que se refere a subvenção das práticas e manifestações religiosas. Nela, é expressamente proibido a utilização de recursos públicos para fins de manutenção de bens religiosos. Essa proibição ilustra o posicionamento do Estado nascente quanto aos grupos religiosos, que valorizou o afastamento destes face dos princípios da laicidade⁴⁸. Em nenhum dos outros textos constitucionais esta proibição foi preterida, embora alguns políticos tenham tentado criar brechas no ordenamento jurídico para conter essa decisão.

Mesmo com o advento da República e as alterações constitucionais do novo Estado, o esplendor da Festa de *Corpus Christi* permaneceu, apesar das dificuldades em torno do financiamento. A participação dos fiéis leigos, dos membros consagrados das confrarias religiosas e de outras categoriais dos fiéis, mobilizavam não apenas a participação espiritual na festa, mas também a aquisição do indispensável para sua celebração. Além desses, muitos provedores particulares participavam dos financiamentos, pois era uma forma de se conseguir prestígio político e social.

O Jornal *O Apóstolo*, em matéria produzida no dia 11 de junho de 1890, especificou a primeira Festa de *Corpus Christi* na Matriz de Nossa Senhora da Glória no Rio de Janeiro. Segundo consta no editorial, a Festa foi marcada pela continuidade de toda pomba da qual carece, financiada pelo recém-eleito provedor da irmandade, Luiz Bernardo de Albernaz. Na sequência, observa-se uma crítica ao novo governo, salientando que apesar da sua ausência na celebração, a festa se seguiu conforme o costume:

⁴⁷ As relações entre Estado e Igreja Católica, principalmente no século XIX, foram marcadas por diversos conflitos políticos. Entre esses, podemos destacar as dissidências envolvendo o Imperador, Dom Pedro II e o Bispo de Olinda e Recife, Dom Vital Maria Gonçalves, entre os anos de 1872 a 1875, que originou os conflitos em torno da Questão Religiosa.

⁴⁸ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891). Art. 12. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/72010>. Acesso em: 7 jul. 2025.

Era indescriptivel o jubilo popular em todos os arredores da matriz, como era deslumbrante o brilhantissimo interno daquelle magestosissimo templo, onde parecia que tudo revestia um ar de encantadora novidade, ha tantos annos não se fazia alli uma festividade. Não fallando nos apparatus exteriores, coretos de musica na praça Duque de Caxias, vistoso embadeiramento, e tudo quanto se harmonisava tão brilhantemente com o sentimento popular das alegrias religiosas diante das pompas do culto catholico, no interior do templo tudo era magestoso, tudo encantava (...) E' justo e é preciso dizel-o: nunca vimos em occasiões analogas tantas demonstrações de veneração e absoluta reverencia na passagem de Jesus Sacramento, em procissão pelas ruas por onde foi levado á adoração dos fieis. Como aquilo era cordial, impotente, consolador, protestativo de repulsão a essas medidas impias de um governo que julgou derrubar de um golpe o throno que Deos tem no coração de seu povo!⁴⁹

Ao considerarmos a celebração de Corpus Christi, observa-se que, após a separação entre Estado e Igreja, a celebração passou a ser organizada sob a responsabilidade as paróquias de cada localidade, dentro da sua estrutura pastoral. Se durante o Império a festa detinha o caráter oficial, a partir da laicização a organização e condução passaram a prerrogativa da Igreja Católica. Entretanto, em casos como São Gonçalo, observa-se que com o passar dos anos, a celebração extrapolou o âmbito estritamente religioso, incorporando formas de se articular com o poder público e com a sociedade civil.

No entanto, ao referir-se às manifestações religiosas que pertencem ao rico patrimônio cultural brasileiro, é preciso destacar tanto os seus aspectos religiosos quanto os culturais. A participação do poder público nas cerimônias de quaisquer grupos religiosos deve ser considerada a partir do reconhecimento social que determinada manifestação religiosa pode conter. Esse fator ganhou força com a Constituição de 1988, quando o Estado ampliou a noção de patrimônio cultural. A subvenção a partir deste ponto de vista é lícita, pois, dessa forma, reconhece-se o empenho dos grupos religiosos no incremento ao aporte identitário de cada local e da possibilidade de acesso à cultura e a educação para o patrimônio, como consta na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215⁵⁰.

⁴⁹ "Uma festa excepcional". O Apostolo: Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (RJ) - 1866 a 1901. 11 de junho de 1890, edição 66, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/343951/12334?pesq=%22Corpo%20de%20Deos%22>

⁵⁰ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 215. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 jul. 2025.

2 NOS TAPETES DA FÉ, UMA HISTÓRIA É CONTADA: A IGREJA CATÓLICA PARA ALÉM DOS TEMPLOS

Antes propriamente de destacar o papel religioso, social, político, com ênfase no caráter identitário das celebrações de *Corpus Christi*, ocorridas na cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, é necessário destacar a amplitude do conceito de local. O local é o espaço da vivência, pois nele os indivíduos se estabelecem, criam seus costumes e preceitos e fragmentam o território, criando malhas territoriais. Igualmente, o local é o espaço da convivência e da sobrevivência, lugar do convívio com os outros e de possíveis confrontos entre os pares. É o lugar das identidades, dos grupos sociais e religiosos, das estruturas e superestruturas.

Os diversos grupos sociais que compõem a sociedade difundem, a partir das liturgias, costumes, identidades, posicionamentos e preceitos das suas perspectivas sociais, mecanismos que possibilitam a fragmentação do território em malhas territoriais. De fato, a partir de uma vastidão de movimentos de apropriações físicas e simbólicas, criações de identidades sociais, disputas pelo poder e pelo capital simbólico, rivalidades entre grupos distintos, entre outros fatores, esses grupos territorializam o espaço local, até então pouco apropriado. Esse movimento contribui para o favorecimento das estruturas que modelam a sociedade como um todo.

Em vista disso, a conceituação do espaço local, antecedendo a análise da celebração de *Corpus Christi*, sua contribuição à história local, importância histórica e relevância social, é primordial para destacar a Igreja Católica como uma instituição agregadora do aporte identitário da cidade. Os festejos são celebrados em uma localidade, na principal via pública da cidade e é promovido por um dos grupos religiosos mais influentes da sociedade civil gonçalense. Portanto, explorando o conceito mencionado, será viável analisar as implicações da atuação de grupos religiosos na cidade e destacar a importância dos festejos de *Corpus* para a História local municipal.

Assim sendo, a análise de algumas disputas entre os distintos grupos religiosos e sociais da cidade, favorece a observância do espaço local como o lugar da convivência e de disputa. Esses grupos, como afirmamos anteriormente, tecem o território, buscando o reconhecimento social de suas manifestações e preceitos, destacando a criação de um espaço social, onde todos buscam pelo direito à existência. Evidentemente, para a análise dos conceitos supracitados, é viável estabelecer uma relação dialética entre as definições propriamente utilizadas, em outras esferas das ciências humanas. Os estudos em torno da Geografia, da Sociologia e da História,

por exemplo, possibilitam consolidar a definição dos conceitos, estabelecendo diversos tipos de conexões.

2.1 O espaço local

Etimologicamente, a palavra “local” deriva do latim *localis*, que se caracteriza por ser um adjetivo formado por um substantivo - *locus* (lugar) - somado ao sufixo *-alis*, que indica vinculação. Sendo assim, *localis* significa, *ipsis litteris*, "relativo ao lugar". Esse termo se aproxima do conceito de *spatium* (espaço), que pode ser entendido como o "lugar onde as coisas acontecem". Embora os significados etimológicos de tais palavras não remetam ao plural na língua latina, elas carregam em si uma noção subentendida de diversidade, visto que o espaço e o local são perpassados por acontecimentos variados.

Nesse sentido, torna-se viável destacar a amplitude deste conceito, a partir de específicas áreas do saber das ciências humanas. Tais abordagens, certamente, procuram destacar a amplitude conceitual do conceito levantado, as semelhanças e as discrepâncias das abordagens conceituais e metodológicas, salientando as especificidades características de cada disciplina, mas que, no geral, contribuem para o diálogo entre os campos das ciências humanas.

Na perspectiva geográfica, podemos considerar as fundamentações teóricas sobre a noção de local como uma construção social. O espaço, teoricamente neutro, é influenciado e condicionado a partir dos processos de territorialização, mediante a atuação dos atores sociais. Milton Santos, um dos principais geógrafos do país e um dos responsáveis pela renovação do pensamento geográfico crítico, endossou amplamente essa questão em suas obras. Para o autor, o espaço é, antes de mais nada, o estágio anterior ao movimento da territorialização⁵¹ e somente por meio da atuação dos atores sociais é que um espaço hipotético adquire densidade e transforma-se em território.

Em outros momentos, o autor destacou o território como espaço onde a história humana se realiza plenamente e localidade em que esta, por sua vez, se manifesta de maneira concreta.

⁵¹ A territorialização é um processo pelo qual os grupos sociais, componentes primordiais da apropriação, se inserem em um determinado espaço, o transformando em território. Esse processo pode ser revisto a partir da dinâmica da desterritorialização (ou desterritorialidade) onde os atores sintagmáticos deixam de pertencer a um hipotético território, e onde, possivelmente, outros atores serão responsáveis pela reterritorialização.

Nesse contexto, Santos afirmou que o processo de territorialização se solidifica a partir das apropriações físicas e simbólicas do espaço. Com base nisso, sugeriu que:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza, a partir das manifestações da sua existência (...) O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida⁵²

Sob a ótica de Santos, o local é um espaço intencionalmente produzido – um lugar das interações, onde os grupos sociais se estabelecem, se confrontam, expõem e expressam as suas convicções, a sua realidade pessoal, bem como as ideologias que constroem coletivamente. A atuação dos grupos religiosos, de movimentos sociais, da classe política e de suas militâncias, pode ser observada tanto por meio da criação de estruturas físicas, pela concretude das disputas políticas e até mesmo pela força. Essas dinâmicas são fundamentais para as implicações sobre o território, haja vista que possibilitam a formação de valores sociais, da constituição de identidades, dentre outras formas de diferenciação, a partir de um movimento contínuo de reprodução e repetição.

Esses sujeitos correspondem ao que por Claude Raffestin denominou como atores sintagmáticos⁵³. São os responsáveis pelas modificações diretas do território, nas mais variadas formas de atuação. A classe política, os grupos religiosos, movimentos sociais, sindicatos, as instituições de Estado, todos esses mencionados – e outros – são responsáveis diretos pelas transformações e modificações espaciais. Por conseguinte, são consideradas modificações desde a construção de prédios, estradas - que favorecem as interações e circulações humanas – a criação de grandes empresas, chegando às amplas redes de informações globais, aos sistemas econômicos e financeiros e as forças invisíveis que regem o corpo social local.

Rogério Haesbaert também contribuiu para os estudos da geografia urbana, no que tange às questões territoriais. O autor identificou uma classificação que possibilitasse destacar os diferentes tipos de fragmentações simbólicas e físicas de um dado território, por meio de diferentes movimentos e processos sociais. São eles: a política: que está relacionada às relações de poder; a cultural: que se insere nas perspectivas simbólicas; a econômica: resguardada no campo das questões financeiras e, por fim, a naturalista: que engloba a atuação dos homens e

⁵² SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, Márcio P.; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: PPGEU/UFF, 2002, p. 13

⁵³ RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993, p. 152.

animais no território.⁵⁴ Com base nessas considerações é possível concluir que o conjunto das atuações humanas, como atores intermediários, de distintas maneiras, territorializam o espaço. Desse modo, o local se fundamenta como o reflexo de uma população que é convocada a viver na pluralidade, por mais que alguns persistam em não aceitar esse *status*⁵⁵.

Na perspectiva sociológica, que, assim como os estudos geográficos, buscou reforçar a relação entre o homem social e o espaço, podemos destacar as contribuições de Pierre Bourdieu. De acordo com seus escritos, o autor sustentou a noção de espaço social, que está atrelado às relações de poder vigentes em cada local, seja em um espaço físico regional ou nas grandes corporações e instituições. Essas relações perpassam o campo da ideologia, sustentada pela dinâmica dos capitais, que são os mecanismos responsáveis pela estruturação do espaço social. Esses capitais, segundo o autor, podem ser classificados em quatro campos específicos, sendo eles denominados como econômico, cultural, social ou simbólico⁵⁶.

Outro trabalho que encontrou destaque no campo da sociologia são os escritos de Alain Bourdin. Ao desenvolver sobre a questão local em um de seus trabalhos, Bourdin sugeriu uma desnaturalização do conceito de local, que não se caracteriza como um espaço pré-construído, mas, em constante construção, edificado pelas relações de poder, pelas instituições e por outros segmentos da sociedade⁵⁷. Sendo assim, o espaço não pode ser pensado a partir de um dado geográfico, mas como um conjunto de estruturas sociais que são estruturadas pelos atores sociais, responsáveis pela territorialização do espaço local.

Essas considerações podem ser reforçadas pelas contribuições de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, cujas abordagens contribuem para o aprofundamento da compreensão das relações entre o espaço e as práticas sociais. Ele, ao expor suas considerações sobre os processos de disputa em um espaço local, nos forneceu um estudo de caso preciso, para ilustrar tais dinâmicas. Durante uma visita a Catedral de *Notre-Dame*, em Paris, havia uma senhora que pouco antes de uma celebração litúrgica, rezava em um dos bancos do templo, percorrendo com as mãos as continhas de seu terço. Pouco tempo se passou e a senhora se encolerizou com um

⁵⁴ HAESBAERT, Rogerio. O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 40.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 218

⁵⁶ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. [Trad.]. Lisboa, DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 135

⁵⁷ BOURDIN, Alain. A questão local. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 20 e 21

grupo de turistas que, alvoroçados, faziam registros fotográficos da grandiosidade artística e patrimonial do templo.

A reação dos turistas é uma atitude costumeira, uma realidade que impacta a maioria dos bens culturais, principalmente os prédios históricos. Em um tempo marcado pelo avanço cada vez mais intensificado dos meios tecnológicos, conseguir a melhor fotografia é sempre uma das primeiras atitudes que aqueles que visitam um ambiente marcado pela arte e pela história tendem a manifestar. Esse exemplo, contudo, contrapõe duas reações distintas quanto ao local: a da fiel idosa, que estava dedicando alguns minutos de seu tempo a uma prática devocional comumente realizada nas igrejas e a dos visitantes que, provavelmente, foram autorizados pelo pároco local a tirar algumas fotos do ambiente:

Uma palavra quanto aos turistas. Seria perverso pretender negar acesso a valores que podem ser partilhados e cuja partilha, aliás, deveria ser incentivada. O que é bom é pra ser dividido – e se trouxer benefícios econômicos, tanto melhor. Da mesma forma, porém, seria perverso admitir que o regional, o nacional ou o universal, para se realizarem, esvaziem outros legítimos sentidos e práticas originais locais, que não correspondem mais a uma nova ordem de interesse.⁵⁸

Esse desconforto, que contrapõe dois campos que legitimamente se apropriam daquele espaço, nos permite definir o local a partir de uma situação que é costumeira em diversos contextos urbanos. Quando definimos, anteriormente, que o local é um espaço desordenado, o fazemos por considerá-lo um espaço de confrontos, das disputas por poder e capital simbólico, da ascensão e queda de determinados grupos e do imediatismo dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Além disso, a situação ilustrada possibilitou tornar manifestas as disputas culturais que podem aparecer entre os atores sociais que dividem o mesmo recinto. Ambos estão validamente disputando espaço no local, seja o turista que reivindica o direito à melhor foto ou a da senhora orante. Essa ideia de duas visões de mundos distintos – representadas, neste caso, pela oposição entre o sagrado e o profano – gera desconfortos e, em muitos casos, o anseio pela erradicação do próximo.

No campo da história, é possível reafirmar a relação dialógica entre tempo e espaço. O espaço local é o eixo pelo qual a história se desenvolve enquanto matéria do conhecimento, cuja animosidade encontra razão no fato ocorrido, consumado, desenvolvido substancialmente

⁵⁸ MENESES, Ulpiano Toledo B. de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012, p. 29

em um território. Além disso, é de praxe afirmar que a história contribui para os estudos das rupturas e permanências, essenciais à compreensão das estruturas que regem o espaço. Assim sendo, a história adquire dimensões sociais extensas, que, no entanto, é perpassada em um espaço local. Essa consideração parte, inclusive, do reconhecimento acadêmico de um campo historiográfico dedicado ao endossamento do local à história.

Do ponto de vista metodológico, a construção do campo da história local ocorreu, principalmente, a partir da revolução historiográfica produzida pelas diferentes gerações da Escola dos Annales. Os historiadores vinculados à Escola dos Annales, como Lucien Febvre e Marc Bloch, intensificaram as críticas aos modelos historiográficos vigentes, propondo novas perspectivas de análise, mesmo que tal empreitada não significasse o fim das abordagens tradicionais, aprofundando a reflexão sobre o proceder da escola metódica e do antiquariado. Esses autores intensificaram as críticas a um *modus operandi* de história tipicamente factual, apoiada no método quantitativo de análise, no endossamento dos grandes personagens, frutos de uma narrativa histórica tradicional, muito utilizada antes do século XIX. Em seu lugar, passaram a ocupar espaço as narrativas locais, o cotidiano do homem simples, que, de distintos modos, é protagonista dos eventos históricos.

Com esse intuito, eles propuseram uma história-problema, que reconhecesse o papel dos sujeitos individuais e coletivos no processo histórico, na adoção da relação dialética entre outras disciplinas e no reconhecimento do local enquanto esfera de reprodução histórica. Entre autores influenciados por essa nova corrente historiográfica, podemos destacar os trabalhos de Pierre Goubert. Em adição à sua defesa da história local e contra qualquer tipo de regionalismo com caráter determinista, o autor sugeriu uma reflexão sobre a importância da localidade para a história e uma definição, propriamente dita, do campo em questão:

Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um condado inglês, um contado italiano, uma Land alemã, um bailiwick ou play francês). Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a histórica local foi mais tarde desprezada – principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX – pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada⁵⁹

⁵⁹ GOUBERT, Pierre. História Local. História & Perspectivas, Uberlândia, n° 6, jan/jun, 1992, p. 70

Em síntese, o território se torna não apenas o espaço modificado ou usado, mas o espaço da convivência ou da sobrevivência⁶⁰. O diálogo entre os diferentes campos do saber é um fator importante que possibilita a amplitude do conhecimento. Podemos, dessa forma, concluir que o território é o espaço da criação das identidades, das interações socioculturais e humanas, uma vez que é o local onde os atores sociais estão inseridos. A partir dessas manifestações e relações, esses grupos se desenvolvem, crescem e, possivelmente e se enraízam no território. Marcelo José Souza destacou essas ideias ao afirmar que a atuação de grupos sociais no espaço deve ser compreendida como um processo de produção de vínculos, laços de pertencimentos, tradições culturais e religiosos e de apropriação territorial, marcados pelas dinâmicas socioculturais.

Desse modo, afirmados nas contribuições deste autor, podemos afirmar que:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem). E mais: os limites do território não seria, é bem verdade, imutáveis - pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta - mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade (...)⁶¹

Sendo assim, a Festa de Corpus Christi apesar do seu carisma cultural, expressa os preceitos religiosos contundentes a uma instituição local e revela práticas e símbolos no espaço urbano. Além de materializar a fé católica de forma pública, a festa reafirmar os laços de pertencimentos, memória e consolida a identidade e a representatividade de um catolicismo que está profundamente enraizado na história da cidade.

2.2 A Festa Eucarística do Corpo de Deus em São Gonçalo

Os festejos de *Corpus Christi* podem ser considerados como um espaço de devoção, alinhado aos preceitos da fé católica, que buscam prestar culto a presença de Jesus Cristo na hóstia consagrada. Essa celebração desenvolveu-se no Brasil nas mais variadas formas,

⁶⁰ Apesar das relevantes contribuições oferecidas por Pierre Goubert à História Local, suas interpretações apresentam limites, pois o autor circunscreve esse campo, em grande medida, à análise de espaços territorialmente menores.

⁶¹ SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.84.

expressando, assim, um fenômeno de natureza religiosa, mas que também incorpora características culturais e sociais. Em São Gonçalo, os festejos se fazem presentes desde os processos de colonização da cidade, passando a receber uma nova configuração a partir do ano de 1994⁶². Entre as hipóteses levantadas para fundamentar a formação dos festejos em sua atual conjuntura, a partir de 1994, destaca-se a possibilidade da constituição de uma frente que viabilizasse uma política de afirmação da identidade católica, em face do aumento exponencial de cristãos evangélicos⁶³.

Segundo o Padre José Osmar de Medeiros, o Padre Dé, em entrevista concedida no dia 31 de julho de 2025, a Festa de *Corpus Christi* é derivada de uma outra celebração, comum no Vicariato São Gonçalo, denominada “Caminhada da Ressurreição”. Essa caminhada ocorria sempre aos domingos de Páscoa. Era ocasião em que algumas paróquias do Vicariato São Gonçalo se reuniam para expor o Santíssimo Sacramento e para celebrar a memória da Ressurreição de Jesus Cristo. Com o tempo, segundo sugestão do clero local ao bispado, na época liderado por Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro, foi levantada a possibilidade de trocar a Caminhada da Ressurreição por outra festa litúrgica, de maneira a abraçar novos fiéis. A solenidade escolhida foi a de *Corpus Christi*⁶⁴:

Nesse período da Caminhada da Ressurreição, que juntava muita gente, teve uma reunião em que o bispo da época estava presente, que era o Dom Carlos e houve a ideia de fazer o *Corpus Christi* também em São Gonçalo, pois era só em Niterói. E ele não queria fazer em São Gonçalo para não perder o público na Catedral (localizada em Niterói), pois o público maior vinha de São Gonçalo. Então por acaso, sabe lá porquê ou providência divina, ele (Padre Diniz) não quis assumir a coordenação, então eu acabei pegando. Então passamos a fazer esse movimento de um *Corpus Christi* em São Gonçalo e foi uma maravilha!⁶⁵

⁶² Na realidade, as análises das fontes dos jornais afirmam que os festejos são retomados após 20 anos de ausência, no ano de 1994. No entanto, em diálogo com alguns paroquianos locais, afirmaram não ter conhecimento da existência deste tipo de celebração antes de 1994. A hipótese que sugerimos, deste modo, é que os tapetes anteriores a 1994 tenham sido produzidos apenas no âmbito paroquial, sem a união das paróquias dos Vicariatos São Gonçalo e Alcântara, no decorrer da Alameda Pio XII, no entorno da Igreja Matriz de São Gonçalo de Amarante.

⁶³ É válido ressaltar que, atualmente, a festa se encontra em sua 30ª edição, uma vez que a edição de 2000 não foi realizada. Uma das possíveis razões para o cancelamento dos festejos foi a celebração do Jubileu dos 2000 anos do nascimento de Jesus Cristo, celebrado em Niterói na mesma data. Durante a pandemia da COVID-19, a celebração também foi interrompida por causa das medidas sanitárias, no entanto, os grupos de juventude das paróquias se mobilizaram para a realização de um tapete virtual.

⁶⁴ A escolha dessa festa, em detrimento de outras, pode se dar por inúmeros fatores. Para a fé católica, a Eucaristia, além de simbolizar o Corpo de Cristo consagrado, também represente a Igreja Católica, que para eles, é o Corpo de Místico de Cristo. Dessa forma, ao concentrar o maior número de adeptos em uma mesma celebração, a Igreja exponencia a sacralidade desses dois corpos: o da hóstia consagrada e o da sociedade dos fiéis.

⁶⁵ José Osmar de Medeiros. 63 anos, padre. Fundador do Rincão do Senhor. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. São Gonçalo. 31 de julho de 2025.

A foto seguinte (Figura 1), retirada do Jornal *O São Gonçalo*, registra a primeira edição dos festejos, celebrado em 2 de junho de 1994. Assim, o registro demonstra um momento embrionário da celebração, unificada na Igreja Matriz de São Gonçalo de Amarante, sede do Vicariato de São Gonçalo. É marcada por uma menor complexidade e por uma pequena adesão de partícipes, contrastando com a atual dimensão do evento. Teve-se, de forma sucessiva, diversas alterações na estrutura, na organização e na participação dos fiéis, na medida em que os festejos foram se consolidando. A alta demanda de público, por exemplo, foi um fator importante para pensar uma nova estruturação da festa: aparelhos de som mais potentes, palcos maiores, assim como uma maior mobilização de equipes para ordenar o espaço urbano e promover a segurança dos participantes.

Figura 1 – Corpus Christi (1994)



Fonte: Primeira procissão eucarística. O São Gonçalo. 3 de junho de 1994.

Na fotografia, é possível notar a presença do Padre Ademar (o primeiro, à esquerda) um dos nossos entrevistados, tal como a de outros padres do Vicariato São Gonçalo. Os tapetes são menores e a hóstia consagrada é conduzida sob um carro. Atualmente, por conta da quantidade de participantes, uma equipe organizada pelas paróquias para fazer a guarda de todo o perímetro, o que não ocorre na foto anterior, visto ainda a pequena participação de fiéis.

Para exemplificar as possibilidades de mudanças, entre os anos de 1994 a 2024, 4 padres estiveram à frente da chefia do Vicariato São Gonçalo. São eles: O cônego Manoel Eugênio Moreira (esteve à frente de 3 edições de *Corpus*. Seu ministério perdurou pelos anos de 1966 – 1997), Padre Fausto Rodrigues dos Santos (1997 – 2004), Padre Ademar Ermelindo Pimenta

(2004 – 2014) e Pe. André Luís Siqueira (2014 – 2025)⁶⁶. As sucessivas mudanças na liderança do Vicariato são um dos fatores que contribuem para as transformações na celebração, uma vez que cada sacerdote governa com suas prioridades pastorais e gestão específica.

Assim, ao longo do tempo, mecanismos foram sendo construídos de modo a enriquecer os festejos, como a adesão do Vicariato Alcântara, as constantes mudanças do trajeto da procissão por conta da extensão do número de participantes, entre outros fatores. Esses elementos contribuíram para a formação de laços de pertencimentos, proporcionando um ambiente agregador, onde diferentes pessoas se encontram, reforçando sua identidade comunitária. Ao longo deste capítulo, perceberemos alguns desses mecanismos que foram sendo alterados com o tempo, enquanto outros foram incorporados gradualmente e podem ser considerados recentes, como a participação da Orquestra Filarmônica, as exposições visuais e apresentações artísticas. Assim, a festa tem sido ressignificada no contexto contemporâneo, demonstrando a sua capacidade de adaptação.

A data da Festa de *Corpus Christi* é móvel, acompanhando as variabilidades do calendário litúrgico católico, fator que contribui para que todos templos católicos do Ocidente celebrem a festividade simultaneamente. Em linhas gerais, a festa é celebrada na quinta-feira seguinte à Solenidade da Santíssima Trindade, em alusão à tradição católica que relaciona a instituição da Eucaristia à Quinta-feira Santa. Ademais, essa solenidade é uma celebração de preceito, de modo que todos os católicos são obrigados a participar da celebração litúrgica. No entanto, como em alguns lugares a festa de *Corpus Christi* não se enquadra como feriado, tal solenidade pode ser transferida para o domingo mais próximo.

A festa reúne os Vicariatos de São Gonçalo e Alcântara, unindo os clérigos, os fiéis e os representantes paroquiais das 28 paróquias que compõem a região. As preparações para a Semana de *Corpus Christi* se iniciam no perímetro paroquial, onde os membros dos respectivos Conselhos de Pastorais Paroquiais (CPP) se reúnem para as organizações das confecções dos tapetes. De forma externa, é criada uma comissão vicarial, que, amiúde, é organizada pelos Ministros Extraordinários da Sagrada Comunhão (MESC)⁶⁷. Há, ainda, uma comissão criada pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, chefiada pelos integrantes do corpo político da cidade, nomeadas pelo Poder Executivo.

⁶⁶ Atualmente, o cargo de Vigário Episcopal pertence ao Padre Douglas Alves Fontes.

⁶⁷ Os Ministros Extraordinários da Sagrada Comunhão são os responsáveis por conduzirem, dominicalmente, a hóstia consagrada aos enfermos dos territórios paroquiais. Eles também possuem um papel ligado diretamente a liturgia, pois são aqueles que auxiliam o sacerdote na distribuição da comunhão, quando ocorre a celebração da Missa. Portanto, seus serviços estão relacionados com todos os eventos que, de alguma forma, envolvem o Sacramento da Eucaristia.

Os festejos são estruturados a partir de uma extensa programação, que, costumeiramente se iniciam na segunda-feira, com a apresentação da Orquestra Filarmônica, finalizando na quinta-feira, dia do *Corpus Christi*, com a procissão eucarística, na principal avenida da cidade⁶⁸. No decorrer da semana ocorrem outras festividades, como palestras, ciclos formativos nas paróquias e horas santas.

As comissões paroquiais são mecanismos essenciais para a organização dos festejos, visto que, partes dos que colaboram para a confecção dos tapetes são os paroquianos das 28 paróquias da região. São eles, igualmente, os responsáveis pela aquisição de boa parte dos subsídios necessários à culminância da celebração, como os materiais para o tapete, da compra de água mineral para os voluntários e de outros contributos. Outra função das comissões paroquiais é eleger 15 voluntários entre os paroquianos de cada paróquia que estarão diretamente ligados à organização da missa, guiando o cortejo dos sacerdotes, orientando a coleta financeira da celebração e dirigindo os MESCs para a distribuição da comunhão.

Há, ainda, uma relação de proximidade entre a comissão vicarial, chefiada pelo Vigário Episcopal, a Secretaria de Turismo e Cultura e o Poder Executivo, na pessoa do prefeito. À Prefeitura destina-se os ofícios produzidos pela vigararia e pela comissão vicarial que são analisados pela Secretaria de Turismo e Cultura. A subsidiação de todos os materiais necessários para a culminância do evento é garantida pela lei de patrimonialização que será analisada posteriormente. Em acréscimo, a Prefeitura dispõe do oferecimento dos trabalhos da Polícia Municipal, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e da Secretaria de Transporte. Aos agentes públicos cabem, igualmente, a confecção do último tapete, cujo desenho comumente é o brasão de armas do município, fechando, assim, os mais de 240 painéis produzidos pelos fiéis. Foi possível registrar, pela seguinte foto, o tapete produzido por equipes da prefeitura, na edição de 2024

⁶⁸ A apresentação da Orquestra entrou para a programação oficial dos festejos em 2017.

Figura 2 – Tapete da Prefeitura (2024)



Fonte: Último tapete de Corpus Christi. Arquivo pessoal. São Gonçalo. 30 de maio de 2024

A articulação entre poder público e a instituição religiosa demonstra-se imprescindível para o êxito de todo o processo de celebração. No contexto das celebrações da cidade, a relação entre a Igreja Católica e Prefeitura municipal é estabelecida por meio da cooperação institucional, na qual o poder público atua no apoio do evento. No entanto, essa relação mútua não é isenta de situações conflituosas, considerando que, no decorrer das edições passadas, já foram registrados momentos sensíveis. Podemos ilustrar um exemplo, exposto pelo Padre Ademar Pimenta em uma entrevista.

O sacerdote foi nomeado Vigário Episcopal e desempenhou essa função entre os anos de 2004 a 2014. Henry Charles (PMDB) exerceu a função de prefeito de São Gonçalo entre os anos de 2001 a 2004 e assumia, com constância, a sua identidade de católico. Em uma das edições do *Corpus Christi*, o padre relatou que havia solicitado por ofício, o quantitativo referente a 3 palcos destinados ao uso celebrativo: um destinado à celebração da Missa, outro para a acomodação da banda e um outro para o corpo político local. Entretanto, nas vésperas da celebração foram disponibilizados apenas dois palcos, o que impediu que a prefeitura ficasse em destaque, visto que o sacerdote exigiu que a banda ocupasse o espaço reservado.⁶⁹ Essa situação contraria a aparência de uma suposta harmonia, presumida nas celebrações religiosas.

No contexto hodierno, a maior expressão dos festejos é a confecção dos tapetes de sal. Esses tapetes são painéis desenhados no chão que correspondem às cenas dos mistérios principais da fé católica, como os acontecimentos da vida de Jesus, da Virgem Maria e dos Santos. Eles também ilustram a participação da Igreja Católica na sociedade e às vezes reproduzem críticas sociais, a partir das produções de painéis sobre a Campanha da Fraternidade

⁶⁹ Ademar Ermelindo Pimenta. 74 anos, Padre. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ. Maricá. Setembro de 2024.

(CF), sobre as pautas reivindicadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e dos aspectos sociais como a fome e miséria.

O sal tem uma importância genuína para a maioria das religiões, pois carrega em si o simbolismo da pureza, à expulsa de forças negativas e a incorruptibilidade. A fé cristã nutriu este elemento de significados. Semelhantemente a comida, onde o sal é utilizado como condimento primordial, o cristão é convidado a ser o sal da terra, aquele que saboriza o mundo pela pregação da mensagem evangélica⁷⁰. O costume de sua utilização para a confecções dos tapetes veio de Portugal e foi inserido nos muitos costumes trazidos no processo de colonização. Além disso, a sua praticidade, a facilidade no tingimento e o seu baixo custo, são fatores que norteiam a escolha.

Outra particularidade é que os tapetes de *Corpus Christi* produzidos em São Gonçalo são conhecidos como os maiores da América Latina⁷¹, mesmo não tendo sido medidos por qualquer órgão público. São mais de 240 painéis, medindo, cada um, 5,50 metros de comprimento por 3 metros de largura. A partir da manchete do jornal *O São Gonçalo*, publicada por ocasião da primeira edição do tapete, em 06 de junho de 1994, é possível notar a amplitude dos tapetes. Na ocasião foram montados 100 painéis, confeccionados pelos paroquianos e pelos municípios.⁷² Com o crescimento estrutural do evento foram aumentando progressivamente os números dos painéis.

Atualmente, eles são produzidos de forma crescente, no decorrer das ruas Coronel Moreira César, Dr. Feliciano Sodré e Dr. Nilo Peçanha, se estendendo até a altura do Clube Mauá, sede de um antigo espaço de convivência para os funcionários da fábrica de cimento Mauá. Porém, o cortejo já foi alterado diversas vezes. Houve épocas que a procissão percorria até a Praça Dr. Luiz Palmier, conhecida popularmente como a “Praça da Mariza”. Já em outras, como registrado pelo Jornal *O Fluminense* em 2001, a procissão ocorria sentido decrescente, ou seja, iniciava na Igreja São José (Abrigo Cristo Redentor) e se movimentava até a Igreja Matriz de São Gonçalo de Amarante, onde findava a procissão⁷³.

⁷⁰ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. p. 797

⁷¹ Trabalhamos com a hipótese que, afirmar com tamanha precisão esse título – mesmo tendo outras cidades que também exigem para si tal prerrogativa – em uma cidade cada vez mais protestante, é salientar a presença católica no município, como uma política de afirmação.

⁷² COSTA, Pedro. Padre Eugênio: o povo mostrou sua fé. *O São Gonçalo*. São Gonçalo, 06/06/1994, p. 3. Acervo da Universidade Salgado de Oliveira

⁷³ MEDEIROS, Sany. *Corpus Christi*. Niterói e São Gonçalo preparam os tapetes. *O Fluminense*. Niterói, 14/06/2001, p. 7. Acervo da Biblioteca Nacional.

Uma mudança adicional no decorrer da história do *Corpus Christi* gonçalense foi a alteração do horário da confecção e da missa. Era antigo o costume das ruas serem isoladas às 19h, na noite da quarta-feira anterior, com as confecções programadas para serem realizadas a partir das 20h, prolongando-se pelo período da madrugada da quinta-feira, seguida de missa às 08h. No entanto, havia uma reivindicação antiga das paróquias que compunham o Vicariato Alcântara, tal como dos paroquianos das áreas mais isoladas, de promover a alteração do horário da confecção para a parte da manhã, tendo em vista os altos índices de violência na madrugada. Essa demanda foi atendida em 2022, quando a confecção passou a ser realizada a partir das 08h da quinta-feira e a missa passou a ser celebrada às 16h.

A celebração conta com uma extensa participação de fiéis, civis e até mesmo religiosos de outras denominações. Esse público é atraído por diversos motivos, onde podemos destacar o sentimento religioso, o interesse cultural e até políticos. Muitos jornais demonstraram com o passar dos anos, a forte adesão do público em geral. Um desses jornais foi *O Nosso Jornal de Notícias*.

Na edição de 2001, o editorial relatou uma participação de 40 mil pessoas⁷⁴, número que cresceu na edição seguinte, quando divulgaram um público de mais de 50 mil participantes⁷⁵. Entre as matérias dos jornais consultados para a realização desta pesquisa, a saber, *O Nosso Jornal de Notícias*, *O São Gonçalo* e *O Fluminense*, o *Nosso Jornal de Notícias* foi o primeiro a caracterizar os tapetes de São Gonçalo como os maiores do país⁷⁶. Segundo dados mais recentes da Prefeitura de São Gonçalo, mais precisamente da edição de 2023, o evento foi marcado pela participação de mais de 100 mil pessoas e de 6 mil voluntários⁷⁷.

⁷⁴ Tapetes de Corpus Christi foram recordes. *O Nosso Jornal de Notícias*. São Gonçalo, 15/06/2001, p. 1. Acervo do Grupo de Pesquisa "História de São Gonçalo: Memória e Identidade"

⁷⁵ Corpus Christi atrai mais de 50 mil em São Gonçalo. *O Nosso Jornal de Notícias*. São Gonçalo, 05/06/2002, p. 3. Acervo do Grupo de Pesquisa "História de São Gonçalo: Memória e Identidade"

⁷⁶ Tapete de Cristo é o maior do país. *O Nosso Jornal de Notícias*. São Gonçalo, 30/05/2002, p.1. Acervo do Grupo de Pesquisa "História de São Gonçalo: Memória e Identidade"

⁷⁷ "São Gonçalo se prepara para a celebração de *Corpus Christi*." 01 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo-se-prepara-para-a-celebracao-de-corpus-christi/>

Figura 3 – Corpus Christi (2001)



Fonte: 40 mil pessoas participaram da festa dos tapetes de Cristo. *O Nosso Jornal de Notícias*. 14 de junho de 2001

A festa de *Corpus Christi*, na contemporaneidade, se inicia com o isolamento das vias principais da cidade, organizado pela Secretaria Municipal de Transporte⁷⁸, após o horário das 20h. Feito esse procedimento, inicia-se a montagem dos palcos utilizados pelos cantores e do palco principal, onde é celebrada a Eucaristia, no dia seguinte.

Dias antes é feita a recepção das 40 toneladas de sal que ficam armazenadas no pátio da Igreja Matriz, sendo distribuídas de noite nas principais esquinas das ruas Cel. Moreira César, Dr. Feliciano Sodré e Dr. Nilo Peçanha. Ademais, a Avenida Presidente Kennedy, que costumeiramente se constitui como uma via de mão única com 4 faixas em sentido Niterói, se torna uma via de mão dupla, dividindo o trânsito em direção à Alcântara. Ainda, uma estrutura metálica de aproximadamente 25 metros suportada com rodinhas é colocada no final do trajeto. Essa placa é utilizada para a marcação dos tapetes, que comumente se inicia às 05h da quinta-feira. Na foto seguinte, é possível notar a organização do espaço celebrativo, com a locomoção das cadeiras destinadas aos idosos, dos objetos litúrgicos e da movimentação da banda.

⁷⁸ Segundo fontes da prefeitura, são isoladas as seguintes vias: ruas Lara Vilela e Sá Carvalho, entre a Avenida Presidente Kennedy e a Rua Coronel Moreira César; Travessa Zeferino Reis entre a Avenida Presidente Kennedy e a Rua Dr. Nilo Peçanha; Rua Salvatori entre a Rua Feliciano Sodré e Aluisio Neiva; Rua Eduardo Vieira, Travessa Jorge Soares e Rua Antônio dos Santos Figueiredo entre as Ruas Dr. Nilo Peçanha e Aluisio Neiva; Rua Coronel Moreira César e Dr. Feliciano Sodré em toda sua extensão; Rua Dr. Nilo Peçanha entre a Praça Dr. Luiz Palmier e a interseção com a Rua Gal. Antônio Rodrigues.

Figura 4 – Organização do palco, frente a Igreja Matriz (2024)



Fonte: Fachada da Igreja-Matriz. Acervo pessoal. São Gonçalo. 30 de maio de 2024

Na noite da quarta-feira é celebrada uma Missa de vésperas, na Igreja Matriz de São Gonçalo de Amarante, de modo a preparar espiritualmente a comunidade católica local à celebração do dia seguinte. Essa celebração é imprescindível, uma vez que nela são consagradas mais de 8 mil partículas (hóstias), que serão distribuídas para os fiéis na celebração da Missa de *Corpus*. Por uma questão de logística, a comunidade católica nutriu esse costume, de forma a facilitar os movimentos litúrgicos na celebração de *Corpus Christi* e atender a alta demanda dos fiéis participantes.

As paróquias iniciam as confecções na quinta-feira, a partir das 06h da manhã. Cada igreja recebe o quantitativo de 8 a 10 tapetes. Outros grupos também participam diretamente da confecção dos tapetes, como as comunidades religiosas, escolas públicas e privadas (sejam confessionais ou não), a prefeitura, entre outras instituições. Para a confecção, cada tapete é produzido com 5 a 6 sacos de sal que pesam em torno de 25 kg. Diversos materiais são utilizados para a sua realização, como borra de café, tampinhas de garrafas, papéis coloridos e até mesmo grafites. Há uma exigência vicarial que não se utilize alimentos para a confecção, à vista de não gerar desperdícios.

No decorrer do dia há uma extensa participação de pessoas, que são atraídas tanto por convicções religiosas ou por meio do reconhecimento social e cultural dos tapetes. Políticos, atrizes e atores, professores, religiosos de outras denominações, influenciadores digitais, católicos e crianças, todos participam ativamente do festejo. Nas últimas edições, há uma tímida presença dos “Testemunhas de Jeová” que aproveitam da amplitude do evento para promover a sua religião. Comumente, eles estão em alguns dias da semana nos arredores da rua Dr. Nilo

Peçanha, porém, no dia de *Corpus*, a sua participação é estendida até pouco antes do horário da Missa.

Desse modo, torna-se possível relacionar os festejos de *Corpus Christi* com o conceito de “Fato Social Total” proposto por Marcel Mauss em seu *Ensaio sobre a Dádiva*. O autor estabeleceu o conceito em questão ao analisar a ideia de trocas, reciprocidade, presentes, a partir de um ambiente de socialização nas sociedades arcaicas. Para ele, existem fenômenos nas sociedades arcaicas – aplicáveis na maioria das experiências humanas – que constituem como um fato, uma experiência empírica, capaz de expressar e influenciar os diferentes âmbitos da sociedade, incluindo a economia, a religião e as relações pessoais.

Segundo Mauss:

Existe aí [nas sociedades arcaicas] um enorme conjunto de fatos. E fatos que são muito complexos. Neles, tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até às da proto-história. Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam estes fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam⁷⁹

Desse modo, a Festa de *Corpus Christi* também se enquadra como um Fato Social Total, pois estabelece uma relação diversificada com as distintas realidades sociais. A presença de elementos seculares, como a participação de escolas e movimentos sociais, a presença de pessoas dos mais variados tipos específicos, a mobilização do poder público, ilustram esse procedimento. Além disso, é uma manifestação cultural que projeta o município e impulsiona a economia da localidade, uma vez que os comércios se mantêm abertos, mesmo sendo feriado.

O ápice do festejo é a celebração da missa solene, realizada normalmente às 16h da quinta-feira de *Corpus*. A celebração conta com a presença de todos os sacerdotes locais, dos diáconos e seminaristas, dos MESC's e de dos fiéis participantes. É presidida, habitualmente, pelo arcebispo da Arquidiocese de Niterói, ou ainda por algum representante por ele selecionado. Ela, por sua vez, encontra seu lugar à frente da Paróquia São Gonçalo de Amarante, em um palco montado na via principal.

⁷⁹ MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naif, 2003, p. 187

Figura 5 – Corpus Christi (2022)



Fonte: O tradicional tapete de sal de Corpus Christi em São Gonçalo alcançou mais de dois quilômetros, passando por três bairros: Zé Garoto, Centro e Estrela do Norte. São Gonçalo. O Dia. 31 de maio de 2018

A celebração termina com uma das maiores expressões de fé dos católicos da cidade: a Procissão Eucarística, que juntamente com os tapetes, foi instituída na categoria de patrimônio imaterial. A foto anterior, retirada do Jornal *O Dia*, podemos notar a extensa participação de público. À frente da procissão se encontram os coroinhas portando as velas, a cruz processional e o turíbulo com incenso, seguidos dos padres e diáconos. Logo após, um carro ornado transporta o Bispo e a hóstia consagrada exposta em um ostensório⁸⁰ dourado. Entre o cortejo de sacerdotes, estão àqueles que prestam serviço no isolamento dos tapetes (com coletes amarelos). Algumas irmandades religiosas carregam suas bandeiras, como o Apostolado da Oração e a Congregação Mariana. Findada a procissão, os tapetes são descartados por agentes da coleta seletiva municipal.

Por conseguinte, podemos caracterizar a Festa de *Corpus Christi* como uma das manifestações religiosas e culturais mais promissoras da cidade de São Gonçalo. Expressa, de modos distintos, a fé do povo católico no Sacramento da Eucaristia, que para eles é sinal visível da presença de Jesus Cristo no pão e no vinho. Porém, essa manifestação se insere em um contexto mais amplo de diversidade religiosa e disputas, evidenciando como distintas expressões religiosas coexistem na cidade, interagem e, não poucas vezes, tensionam-se.

⁸⁰ O ostensório é um objeto litúrgico utilizado para a exposição pública da hóstia consagrada.

2.3 Religiões e disputas simbólicas na cidade de São Gonçalo

São Gonçalo é uma cidade cuja história está profundamente vinculada à fé católica. Essa afirmação se legitima, entre tantas evidências, a partir do fato de seu nome carregar o orago (santo de devoção) de um dos primeiros sesmeiros, Gonçalo Gonçalves. Entretanto, outra das possíveis causas para exemplificar a vinculação da cidade com o catolicismo na gênese de sua composição, foi a fundação da primeira capela⁸¹ por Gonçalves, cumprindo, desse modo, os seus encargos de sesmeiro. O templo foi criado em honra a São Gonçalo de Amarante, no século XVII⁸². Desse modo, Rui Aniceto Fernandes destacou que:

Apesar de não ter sido o primeiro sesmeiro a ocupar suas terras no território que hoje faz parte do município de São Gonçalo, Gonçalo Gonçalves passou a ser considerado seu fundador, pois teria sido aquele que ordenara a construção da capela dedicada ao seu santo de devoção pessoal, São Gonçalo de Amarante, que foi elevada à condição de sede da freguesia em 1644⁸³

O forte apego pela devoção ao santo português, refletia o nível da aproximação entre o grupo social, os preceitos e costumes da fé católica. A Igreja estava presente em todos os aspectos da vida pública e privada das pessoas, desde os pequenos oratórios nos cantos das casas, da participação das obrigações litúrgicas, até a participação no corpo político e social da sociedade. O fiel católico que recebia, por exemplo, o sacramento do Batismo, além de alcançar o perdão do pecado original e a possibilidade de herdar o reino de Deus, conquistava o reconhecimento da alcunha de sua cidadania jurídica.

O passado histórico da atual cidade de São Gonçalo serve como exemplo para caracterizar o cenário social do país em um ambiente em que os aspectos religiosos se ocuparam por estar à frente. A Igreja Católica, em determinada medida, juntamente com os colonos portugueses, se apropriou dos espaços sociais correspondentes à América portuguesa, de forma a permitir o estabelecimento de referências simbólicas e institucionais que sustentassem a fé e

⁸¹ Sobre a Paróquia São Gonçalo de Amarante, em São Gonçalo, Rio de Janeiro Cf. FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; SIQUEIRA, André Luis Bastos. Igreja Matriz de São Gonçalo. História e ações de recuperação. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ/FFP, 2016. v. 1. 80p.

⁸² Considerado beato pela ortodoxia católica e santo por tradição popular, São Gonçalo de Amarante foi um dominicano português do século XII. Buscou viver em vida os preceitos da fé católica e, por isso, foi canonizado. A tradição fez com que o santo amarantino disputasse o título de patrono dos casamenteiros com Santo Antônio, além de ser conhecido por ser o padroeiro dos violeiros.

⁸³ FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Um ilustre desconhecido. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabaras e identidade local. 1. ed. Cabo Frio: Visão Editora, 2020, p. 21

os costumes na posteridade. Ela estava inserida de forma específica as grandes estruturas de poder, solidificadas no período colonial.

Essas conclusões são evidenciadas por exemplo nas correspondências de Pero Vaz de Caminha, que já no século XVI concluiu que o Brasil era o espaço fundamental para a apropriação espacial⁸⁴. Desta forma, o assenhoreamento do território por grupos políticos e religiosos foi um movimento fundamental para a manutenção e permanência das estruturas políticas e sociais da colônia portuguesa, principalmente entre os séculos XVI e XIX.

Contudo, torna-se necessário dar enfoque à apropriação dos espaços físicos pelo campo religioso. Esse movimento apropriador ocorreu de diferentes maneiras, de forma a mover a empresa evangelizadora e colonial. Entre tais possibilidades de desenvolver esses mecanismos, encontram-se a criação das arquidioceses e dioceses, que demonstram uma possibilidade de organização das áreas territorializadas pela Igreja Católica, do ponto de vista administrativo e pastoral. Essa ordenação do espaço se justifica pela quantidade de igrejas que são criadas no decorrer do tempo, como forma de arrebanhar pessoas à fé cristã, que irmanados em uma mesma fé, se disponham ao serviço da Santa Madre Igreja.

Um exemplo próximo foi a criação da Diocese de Niterói, fundada em 1892 pelo decreto *Ad universas orbis Ecclesias* do Papa Leão XIII, cuja dimensão territorial inclui a cidade de São Gonçalo. Assente neste documento, foi desmembrada a província eclesiástica de Niterói, do território diocesano correspondente à Diocese do Rio de Janeiro. Como consequência desse ato, reorganizou-se o território pastoral nas terras guanabarrinas sob a autoridade de um bispado. Posteriormente, com o crescimento dos trabalhos pastorais, a Diocese foi elevada ao título de Arquidiocese de Niterói, em 1960.

Tomando por referências esses desmembramentos e ocupações, o século XX inaugurou em São Gonçalo uma extensão no que tange aos processos de criação de paróquias⁸⁵. A princípio, é possível concluir que esse movimento religioso de ocupação traduziu uma clara

⁸⁴ Segundo o Caminha: “Em tal maneira é graciosa que (esta terra), querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar” (cf. CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El-Rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil. 1500. Manuscrito. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Fundo Gavetas, Gaveta 8, maço 2, documento 8. Código de referência: PT/TT/GAV/8/2/8.)

⁸⁵ Foram criadas as seguintes paróquias no século XX: Santo Antônio na Covanca (1940), Nossa Senhora das Graças no Porto Velho (1947), Nossa Senhora de Fátima no Barro Vermelho (1957), Sagrado Coração de Jesus no Mutuá (1956), Nossa Senhora da Conceição (1966), São José em Estrela do Norte (1967), Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São José Operário no Gradim (1967), Nossa Senhora Aparecida no Galo Branco (1967), Nossa Senhora Aparecida no Patronato (1971), Sant’Ana em Itaúna (1975), Nossa Senhora do Pilar (1979) e Nossa Senhora das Naves em Neves (1984). (cf. Arquidiocese de Niterói, 2023. Disponível em: <https://arqnit.org.br/portal/municipios/>. Acesso em: 04 de julho de 2025)

intenção da Igreja em se aproximar da população, principalmente em uma sociedade marcada pela vulnerabilidade social. No entanto, no século XX, sobretudo a partir da década de 1940, o protestantismo passou a se destacar na cidade, como um movimento agregador de uma nova configuração religiosa.

No decorrer do século XX, o cenário religioso brasileiro passou por intensas mudanças, marcadas pela diversificação dos grupos de fé cristã. O primeiro movimento é o aparecimento de grupos protestantes, se fazendo medir pela presença das igrejas históricas (como os batistas e presbiterianos). Essas manifestações inauguraram um cenário de pluralismo religioso, em espaços até então ocupados pela Igreja Católica. A partir da década de 1970, observa-se, porém, um novo modo de experienciar a fé cristã protestante, com ênfase no caráter neopentecostal, ou seja, uma vivência marcada por uma dimensão carismática.

Sob a perspectiva de Maria Nelma Braga, a presença do protestantismo na cidade de São Gonçalo foi inaugurada pela criação da primeira congregação batista do município com reuniões em uma casa residencial, em 1919, no primeiro distrito, na rua Coronel Moreira César. A partir desse movimento primacial, o movimento evangélico se expandiu.⁸⁶ Posteriormente, em 1940, foi fundado o primeiro templo batista, nas antigas dependências da casa do Cônego João Ferreira Goulart, pároco da Matriz de São Gonçalo de Amarante.

Diante desse novo cenário, a Igreja Católica passou a estabelecer formas distintas de renovação interna. O Concílio Vaticano II, celebrado em Roma, na década de 1960, buscou reformular a compreensão do papel da Igreja no mundo e nas questões sociais, ao incentivar sua inserção na sociedade, a valorização da participação dos católicos na dimensão pastoral e missionária. Além disso, para alinhar a Igreja Católica da América Latina as novas diretrizes conciliares, o episcopado latino-americano buscou refletir sobre as especificidades pastorais de cada lugar, se reunindo em conferências gerais.

Desse modo, com o ressurgimento do movimento evangélico, com forte carisma neopentecostal, o *modus operandi* da fé católica precisou se renovar, principalmente com o advento das novas visões de Igreja. Nesse contexto, a Teologia da Libertação surgiu como uma ideia teológico-pastoral crítica, voltada para a realidade social latino-americana, destacando o compromisso da Igreja Católica com os pobres. De forma paralela, a Renovação Carismática Católica - movimento de espiritualidade carismática - aproximou o catolicismo da vivência pentecostal, tão cara a algumas vertentes evangélicas.

⁸⁶ BRAGA, Maria Nelma Carvalho. O município de São Gonçalo e sua história. 4º ed. São Gonçalo: Apologia Brasil, 2023, p. 337

Entretanto, no século XX, foi o neopentecostalismo evangélico que influenciou tanto católicos, como protestantes. Este, por sua vez, encontrou espaço profícuo em São Gonçalo para se solidificar. O aparecimento do fenômeno evangélico adentrou no território já solidamente habitado pela Igreja Católica e disputou, por meio de diversas formas, a adesão de novos convertidos. Com o tempo, o catolicismo, que até então era a religião majoritária da cidade, viu-se obrigado a compartilhar seu espaço com a fé protestante, com forte influência neopentecostal.

A esse respeito, Marcelo José Souza responde:

Em todos os casos os atores se verão confrontados com necessidades que passam pela defesa de um território, enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência do grupo, de uma identidade ou de liberdade de ação⁸⁷

Maurício Mendes de Oliveira em seus estudos referentes ao município, também comentou sobre as tensões entre a Renovação Carismática e o fenômeno neopentecostal protestante. Ambos utilizam da emoção, das expressões corporais, do apego ao subjetivo para a adesão de novos adeptos. Esses movimentos buscam ampliar seus quadros de fiéis e fortalecer a permanências dos que foram convertidos a partir de estratégias discursivas e rituais que viabilizem experiências emocionais e subjetivas, com destaque às narrativas de cura e libertação. A Renovação Carismática Católica se configurou, dessa forma, como uma tentativa de aproximar de novos cristãos, como mais uma opção emotiva, utilizando das orações de cura e libertação, a prática do repouso e da glossolalia⁸⁸.

A utilização desses mecanismos favorece a recepção e a adesão da comunidade, uma vez que mexe diretamente com o cognitivo subjetivo humano. Para ele:

Apesar de dever o seu crescimento à derrota da Teologia da Libertação, à desmoralização do socialismo e à ascensão do neoliberalismo, o neopentecostalismo nega a pós-modernidade, pois necessita de um contingente de indivíduos hipossuficientes para justificar a sua mensagem assistencialista espiritual, que a igreja católica e a renovação carismática em seu conservadorismo são incapazes de oferecer a seus fiéis⁸⁹

⁸⁷ SOUZA, *op. cit.*, p. 110

⁸⁸ Glossolalia é um fenômeno religioso onde a pessoa acredita estar falando em línguas diferentes, por conta da manifestação espiritual de uma entidade. No caso do catolicismo, a glossolalia reflete uma relação entre o indivíduo com a força do Espírito Santo.

⁸⁹ OLIVEIRA, Mauricio Mendes. A república abençoada de São Gonçalo. 2º ed. São Gonçalo: Apologia Brasil, 2023, p. 26.

Além da persuasão neopentecostal que foi propagada por parte das igrejas protestantes, verifica-se, igualmente, o crescimento evangélico na cidade em função de outros fatores. Alan Capriles, missionário evangélico do município, afirmou que entre tantas razões, podem ser destacadas, o forte apego ao sentimentalismo, as disputas entre comunidades e as promessas por bens materiais.⁹⁰ Este último ponto, de certa maneira, está inserido na maioria das religiões, onde líderes religiosos mal intencionados se beneficiam do que Maria Lúcia Montes caracterizou como “mercado dos bens da salvação”.

Segundo a autora, o conceito exposto faz referência à dinâmica das interações entre líderes religiosos que oferecem bens simbólicos aos seus congregados, nomeados como receptores. As promessas de uma vida próspera, repletas de bens materiais, conquistas e realizações são trocadas pela participação ativa dos fiéis evangélicos em algumas comunidades. Obviamente, tal realidade não pressupõe que todas as comunidades evangélicas façam uso dessa narrativa. Para ela:

Nunca a economia política do simbólico havia parecido mais adequada à explicação do fenômeno religioso no Brasil. Os sinais da transformação? A evidente ampliação e diversificação do “mercado dos bens de salvação” (...) Da mesma forma, à privatização e intimização das crenças e práticas constatadas no universo religioso corresponderia, contraditoriamente, mostrando uma outra face dessa modernidade, um envolvimento cada vez maior e mais complexo por parte das igrejas com o mundo social, sua busca de controle dos instrumentos de riqueza e prestígio, e a disputa aberta de posições de poder na vida pública, graças à participação direta na política⁹¹

As disputas intensas entre grupos religiosos no município, notadas tanto pela evangelização como pela sedução proselitista, culminaram na dominação dos espaços simbólicos do espaço urbano. Desse modo, esses grupos acabam por inserir-se na dinâmica das relações de poder, como participantes ativos do jogo político. Contudo, esse movimento contribui para a repulsa relativa à liturgia de outros grupos religiosos que possam, porventura, se expressar de forma distinta. É então necessário atuar, com frequência, em defesa de políticas de afirmação, pela defesa da liberdade religiosa, pela objeção de consciência e pelo fomento de práticas que viabilizassem a laicidade do Estado.

Como em tantas realidades, São Gonçalo é uma das cidades do país em que o corpo político está fortemente aparelhado com os grupos religiosos, seja na nomeação de cargos

⁹⁰ CAPRILES, Alan. A cidade mais evangélica do mundo... e daí? Alan Capriles. São Gonçalo, 02 de junho de 2011. Disponível em: <https://alancapriles.blogspot.com/2011/06/cidade-mais-evangelica-do-mundo-e-dai.html> Acesso em: 05 de julho de 2024.

⁹¹ MONTES, Maria Lucia. As figuras do Sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012, pp. 13 e 14.

públicos, na alta hierarquia ou na composição das instituições que regem a sociedade. Esse movimento, de acordo com as conclusões de Pierre Bourdieu, se manifesta pela ideia de força legítima, um poder exercido sobre o outro, seja a partir das produções simbólicas, muitas vezes impostas e recebidas de modo inconsciente, ou como expressão de dominação. Segundo ele:

As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes) (...) para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções⁹²

Essas ideologias são fundamentais para o exercício do controle político sobre o corpo social local. Mais uma vez, São Gonçalo é reflexo do contexto mais amplo da sociedade, onde o discurso político está vigorosamente unido a pautas conservadoras, com temáticas que colocam os preceitos religiosos como política de Estado. Essas produções ideológicas, além de expressarem a opinião política de alguns candidatos, são formas de angariar capital social, em virtude do amplo apoio às opiniões de cunho fundamentalista por parte da sociedade em geral.

No entanto, na cidade, a guinada fundamentalista teve seu apogeu com a eleição de Aparecida Panisset (PDT) para o cargo de prefeita, de 2005 a 2012. A chefe do Poder Executivo foi responsável pelo aparelhamento da máquina pública baseada em seus preceitos e ideais religiosos, uma vez que era assumidamente de matriz evangélica. Essas posturas podem ser observadas, entre tantas evidências, a partir da nomeação de cargos comissionados a evangélicos, da adequação da legislação à sua religião, entre outras evidências. Dessa forma, Panisset colocou em xeque a participação de outros grupos religiosos e movimentos sociais no município, principalmente os que eram contrários aos interesses do seu grupo particular. Tais atitudes renderam Aparecida o reconhecimento da alcunha de ser “a prefeita que adora uma guerra santa”, segundo editoriais do *Jornal Extra*⁹³.

Essa postura marcou o perfil dicotômico da Prefeita, que favorecia determinados grupos em detrimento da perseguição a outras. Camila Fogaça explicitou diversas posturas da prefeita:

Aparecida Panisset é acusada de usar argumentos religiosos contra adversários políticos; difamar as religiões afro-brasileiras por se valer de argumentos religiosos

⁹² BOURDIEU, *op.cit*, p. 10.

⁹³ GOMES, Antero. Aparecida Panisset: a prefeita que adora uma guerra santa. *Jornal Extra*. Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2011. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/aparecida-panisset-prefeita-que-adora-uma-guerra-santa-2734123.html>. Acesso em: 09 de julho de 2024.

contra adversários políticos; difamar as religiões afrobrasileiras; fazer leis e decretos a favor das denominações cristãs; decretar instituições religiosas como órgãos de utilidade pública, como o Ministério Nova Vida para as Nações, que se denomina “uma igreja empenhada em ganhar multidões para o reino celestial”; demolir praças para a construção de espaços litúrgicos; desalojar terreiros; dificultar a legalização dos templos afro-brasileiros; não impedir a demolição da antiga casa de Zélio de Moraes, local onde o Caboclo das Sete Encruzilhadas se manifestou pela primeira vez, considerada por alguns religiosos como o espaço de nascimento da umbanda no Brasil; entre outros.⁹⁴

Com base nesses pressupostos, parece-nos viável ilustrar outra situação conflituosa envolvendo a atuação de grupos religiosos no espaço urbano, na cidade de São Gonçalo. Na década de 90, os habitantes da região de Alcântara, primeiro distrito da cidade, puderam observar a construção da Praça Chico Mendes que é caracterizada por vasta infraestrutura, espaços para crianças, academias ao ar livre, entre outras características. A praça foi criada em homenagem a Chico Mendes, um importante ativista político brasileiro, em reconhecimento à sua ampla participação nas práticas de conservação ambiental na região da Floresta Amazônica.

O conflito surgiu no final do mandato da prefeita Aparecida Panisset, que fundamentada nos seus princípios religiosos, decidiu por reformar a praça e rebatizá-la, alterando o nome para Praça da Bíblia. A reconstrução do recinto foi marcada pela criação de estandartes artísticos, ostentando alguns versículos do livro cristão a céu aberto. Ademais, a posse das chaves ficou sob a responsabilidade da igreja evangélica local. Esse procedimento gerou conflitos entre os moradores do município. Posteriormente, um processo de revitalização do espaço possibilitou a retomada do nome original, por solicitação do prefeito Nelson Ruas (PL), em 2023.

A situação exposta não se restringe apenas aos conflitos entre pessoas residentes em uma mesma localidade. Há um evidente choque de identidades e representações. Esse ato expressou as tensões envolvendo um Poder Executivo aparelhado à vínculos institucionais com grupos religiosos, oposto à opinião de alguns moradores locais e outros cidadãos que não se sentiam identificados pelos preceitos religiosos da prefeita. Denota-se, portanto, que é perceptível que o local é, por consequência, o espaço onde os conflitos identitários aparecem.

Em síntese, é possível concluir que os grupos religiosos deixam rastros de suas identidades, liturgias, costumes e culturas no espaço local. No entanto, essas amostras podem ser notadas, principalmente, pelo reconhecimento dos patrimônios materiais e imateriais na cidade, como composição da esfera social. A cultura evangélica, a Folia de Reis, os tapetes de sal e a Procissão Eucarística de *Corpus Christi*, a procissão de São Gonçalo de Amarante, a

⁹⁴ AGUIAR, Camilla Fogaça. “Deus abençoe São Gonçalo!”: uma prefeita na linha de frente da guerra santa. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p. 42

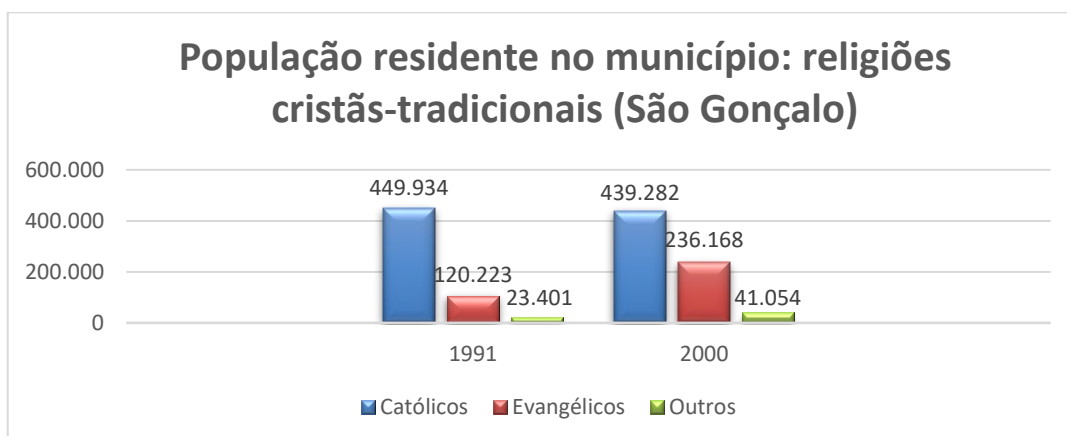
cultura umbanda, são algumas dessas marcas, muitas reconhecidas como patrimônio. O reconhecimento dessas manifestações como fruto identitário, constitui, no entanto, um longo processo de luta, haja vista as já citadas disputas por dominação e pelo poder. A própria umbanda ainda enfrenta um longo caminho buscando conquistar o seu reconhecimento social e político.

Dessa forma, tendo explorado o conceito de local e suas potencialidades, buscamos destacar o papel da religiosidade do município. Esse exercício teve por finalidade observar a atuação dos grupos religiosos na cidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Desse modo, efetivamente, os festejos de *Corpus Christi* assim como outras celebrações religiosas e sociais, são elementos constitutivos da identidade social da cidade e fatores que complementam a História Local do município.

2.4 A emblemática década de 1990 a 2000

A Festa de *Corpus Christi*, em São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, em seus contornos atuais teve início em 1994. Como afirmado anteriormente, o período entre os anos de 1990 e 2000 foi marcado pelo crescimento expressivo de cristãos protestantes na cidade. Para a confirmação dessa hipótese, torna-se necessário a exposição dos números que ilustram tal crescimento, a partir da coleta de informações dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O gráfico seguinte corresponde a dois momentos: o primeiro, datado em 1991, início da década, e o segundo, o ano de 2000, na virada do milênio.

Tabela 1 – População residente no município: religiões cristãs-tradicionais e outras (SG)



Fonte: Censo Demográfico 1991/2000: população residente no município: religiões cristãs-tradicionais

Algumas considerações precisam ser feitas em relação ao gráfico anterior. Em 1991, a população de São Gonçalo contava com cerca de 776.594 habitantes. Quando analisamos esse número em conexão com os números da religião, percebemos uma população de 449.934 que se declarava católica apostólica romana, em comparação com uma população de 120.223 que se declarava evangélica.⁹⁵ Na realidade, o censo de 1990 dividiu a população evangélica em três ramos específicos: havia os evangélicos tradicionais que somavam 44.790 denominados, os evangélicos pentecostais, que somavam 69.990 denominados e os neo-cristãos, que juntos somavam apenas 8.023⁹⁶. Para a construção do gráfico, foram somados ambos os números.

O censo demográfico de 2000 apontou um crescimento exponencial de 125,46% no número de evangélicos. Em contrapartida, houve uma queda de 2,37% no número de munícipes que se declararam católicos apostólicos romanos.⁹⁷ Torna-se necessário, deste modo, trabalhar com as hipóteses que apontam as possíveis razões para as alterações desses números⁹⁸.

Para não estender o recorte, chamamos atenção para a década de 1970. Até aquele momento, a cidade de São Gonçalo era conhecida como a "Manchester Fluminense", em razão das expressivas atividades industriais exercidas na cidade, com um intenso parque fabril. Entretanto, a partir de meados do século XX, a cidade passou a experimentar um acentuado processo de desindustrialização, decorrente da intensidade da industrialização de cidades adjacentes. Esse movimento impactou negativamente o cenário econômico da cidade, aumentando os casos de vulnerabilidade social. Além disso, esse processo permitiu com que a cidade passasse a ser conhecida como “cidade-dormitório” uma vez que seus habitantes passaram a buscar empregos nas regiões adjacentes e retornavam à cidade apenas para o descanso.

É válido ainda destacar outro nível percentual coletado pelo IBGE, o assim chamado Índice de Gini. O mecanismo em questão foi criado por um italiano chamado Conrado Gini, que estabeleceu um coeficiente matemático que possibilitasse relacionar análise da

⁹⁵ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 1991. Características Gerais da População e Instrução, resultado da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

⁹⁶ Em verde, incluímos as seguintes denominações religiosas: Espírita, Candomblé, Umbanda, Judaica e Oriental.

⁹⁷ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001

⁹⁸ Em 2025 foram divulgadas as amostragens do panorama das religiões por ocasião dos resultados do censo de 2022. Segundo os dados do IBGE, São Gonçalo contava com o total de 896.744 habitantes. Conforme as amostragens, os evangélicos já são maioria na cidade, com 35,59%. Já a taxa do número de católicos corresponde a 35,21%. Disponível em: G1. Censo 2022: veja mapa da religião no Brasil por cidade. *G1*, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2025/06/06/mapa-censo-ibge-religiao.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2025.

concentração de renda entre a população de um determinado lugar. Todavia, o índice é medido a partir de uma variável entre 0 a 1. Nas coletas das informações e na realização das médias, quanto mais se chega ao número 1, tanto mais é acentuada a desigualdade social no local. São Gonçalo inaugurou a década de 1990 com um Índice de Gini equivalente a 0.5075, um número bem elevado, que, apesar disso, se encontrava abaixo da média da unidade de federação do Rio de Janeiro, que, naquele ano, foi de 0,6238.⁹⁹

Segundo o já citado Maurício Mendes de Oliveira, a vulnerabilidade social, a falta de escolaridade generalizada, a escassez de qualificação profissional, o consequente despreparo das lideranças comunitárias, as más direções das organizações não governamentais (ONGS), promovem um ambiente de falência constante nas comunidades. Esse ambiente, contudo, é fundamental para a atuação de grupos populistas, muitos dos quais liderados por agentes religiosos que se promovem por meio das promessas de ascensão social e do discurso religioso.¹⁰⁰ Dessa forma, analisa o referido autor:

Toda essa desordem induzida, construída e cultivada por um populismo local de aura vitalícia, tem sido um campo favorável para a expansão das igrejas evangélicas neopentecostais, não só nos movimentos sociais, como também na administração municipal. Não que deixem de reproduzir as mesmas práticas dos partidos políticos, mas com um diferencial: além de prometerem a redenção metafísica e alívio espiritual, prometem também a redenção se apresentando como alternativa às odiosas práticas corruptas terras.¹⁰¹

Nesse sentido, a ausência do Estado no que tange as políticas públicas de combate a vulnerabilidade social, a fome a miséria, possibilita um hiato entre as demandas da população e as respostas efetivas do poder público, perpetuando, dessa forma, os ciclos de exclusão social. Essa lacuna, em muitos casos, é ocupada por grupos religiosos, que na tentativa do suporte a melhoria de vida, na adesão de novos membros e na prática concreta dos ensinamentos da religião, buscam se aproximar da população. Assim, a religião assume uma função protagonista ao se referir a políticas assistencialistas, criando vínculos de pertencimentos.

A Igreja Católica, por exemplo, principalmente na segunda metade do século XX, buscou por diversos mecanismos se reaproximar da população, seja por práticas concretas em torno da caridade cristã ou de mecanismos litúrgicos que favoreçam a adesão de novos

⁹⁹ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice de Gini da renda das pessoas responsáveis pelos domicílios (1991). Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/155#resultado>

¹⁰⁰ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 33

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 33

membros. Nesse ínterim, foram criados diversos grupos de pastorais¹⁰², responsáveis pela promoção da solidariedade e da evangelização, promovendo um ambiente de filantropia.

De forma semelhante, as igrejas protestantes também buscaram estabelecer mecanismos que viabilizassem uma maior participação na vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. Silvio Pedrosa, ao compartilhar suas experiências nas escolas da comunidade do Complexo do Chapadão, potencializou a presença do protestantismo evangélico nas comunidades do Rio de Janeiro. Essa presença foi intensificada a partir da década de 90, em ambientes marcados pela carência. Na visão do autor, a ausência do catolicismo nesses lugares reflete a ineficiência da burocratização da Igreja Católica, altamente vinculada a um ambiente elitista. Desse modo, podemos considerar que a presença de religiosos protestantes em áreas periféricas das cidades (principalmente do Rio de Janeiro), além de endossar o caráter e o discurso conservador das localidades, influenciam os seus *modus vivendis et operandis*, alterando o cotidiano para uma nova configuração social.¹⁰³

A rigidez da estrutura burocrática do catolicismo e maior espontaneidade das igrejas evangélicas, facilitaram o aumento do segundo grupo. A partir da análise do Livro de Atas do Vicariato São Gonçalo (19/04/1995 – 13/08/2003), é possível notar a preocupação dos padres da região com o acentuado crescimento de cristãos protestantes na cidade. Em uma dessas atas há o registro de uma reunião acontecida na Igreja de Nossa Senhora das Graças, no Porto Velho, datada do dia 08 de setembro de 1995. Nela consta o seguinte relato, que refletia um receio por parte do clero local com relação ao crescimento citado:

6º ponto que mais despertou [sic] debate foi o fenômeno do pentecostalismo protestante no Brasil. Surgiram as seguintes sugestões: maior paternidade entre as igrejas para construções de capela; maior participação dos leigos na evangelização; ordenação de diáconos permanentes; incentivo à vocações¹⁰⁴

Entendemos, dessa forma, que dado o crescimento do neopentecostalismo, a reação católica deveria ser pautada por políticas de afirmação. A presença da RCC no município foi uma realidade constante no passado histórico da cidade, cujas marcas ainda podem ser notadas na atualidade. Foi nessa década que foi inaugurado o “Rincão do meu Senhor”, em 1995, pelo

¹⁰² Podemos destacar a criação das seguintes pastorais: da Terra (1970), a Carcerária (1973), do Menor (1977), da Criança (1983), do Povo de Rua (2001), da Obra do Berço, da Sobriedade, entre outras.

¹⁰³ PEDROSA, Silvio. Cristianismo evangélico, sociabilidade violenta e periferia no Rio de Janeiro: algumas considerações. Aisthesis [online]. 2021, n.70, p. 480

¹⁰⁴ VICARIATO EPISCOPAL DE SÃO GONÇALO. Livro de atas do Vicariato Episcopal de São Gonçalo (1995–2003). São Gonçalo: Manuscrito. Arquivo da Igreja Matriz de São Gonçalo.

padre José Osmar de Medeiros, conhecido como padre Dé, um dos expoentes das vivências carismáticas na cidade. Esse templo foi por muitos anos a sede da RCC no município. Aos esforços do padre Dé, somaram-se o fomento ao movimento internacional da “Evangelização 2000”, os acampamentos juvenis, e a criação de novas comunidades de vida. Havia ainda os esforços paroquiais para atrair a juventude por meio de pastorais como a Cruzada Eucarística, a Pastoral da Juventude, o Movimento Eucarístico Juvenil (MEJ), Movimento de Cursilhos de Cristandade (MCC), Toca de Assis e o Encontro de Adolescentes com Cristo (EAC).

Essas iniciativas demonstram que a atuação da Igreja Católica na cidade não se restringiu ao campo estritamente religioso, mas esteve diretamente ligada ao estabelecimento de laços de pertencimento coletivo na sociedade. A análise desses laços conduz à reflexão sobre o conceito de identidade, peça-chave para a compreensão a criação dos processos de construção simbólica das instituições, necessidade de reconhecimento social e dos vínculos de pertencimento, dos quais a Festa de *Corpus Christi* é um exemplo.

2.5 O conceito de “Identidade”

O conceito de Identidade é uma questão empírica que tem sido amplamente discutida nos últimos anos nos campos das ciências humanas e sociais. O próprio significado etimológico da palavra já revela seu sentido e suas implicações. Identidade deriva da palavra latina *Identitate*, soma dos termos *idem* (o mesmo) com o sufixo latino *dade* que é um indicador de estado, isto é, remonta à ideia daquilo que é idêntico. Em outras palavras, podemos destacar que a identidade se define como o conjunto de hábitos, costumes, pensamentos e posturas adotados pelos pares de um determinado grupo e que expressam, de maneiras diversas, o reconhecimento e a pertencimentos desses na sociedade.

De modo específico, a identidade pode ser dividida entre duas dimensões da experiência humana: a identidade individual e a identidade coletiva, realidades que estão profundamente correlacionadas. A identidade individual se insere no agrupamento de hábitos adotados pelo indivíduo, de modo *sui generis*, que integra a constituição do seu “eu pessoal”. No entanto, essa identidade específica se conecta com o mundo social em que o indivíduo está inserido, sendo espaço, desse modo, de alterações que acompanham as vicissitudes desses ambientes. No caso do catolicismo, o ato de persignar-se, ou seja, traçar sobre si o sinal da cruz, corresponde não

apenas a um ato individual de fé, mas a um conjunto de hábitos adotados pelos membros de um determinado grupo.

Sendo assim, ao destacar o caráter coletivo das identidades, Michel Pollak destacou:

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros¹⁰⁵

À vista disso, podemos afirmar que do ponto de vista sociológico, a identidade individual está sujeita, na maior parte dos casos, à identidade coletiva, levando em consideração os padrões comportamentais de determinados grupos. A respeito dos grupos religiosos, conforme relata Mariason de Souza Marques, a identidade é fundada a partir de um conjunto de comportamentos incontestáveis, regras de conduta, doutrinas dogmáticas e ações simbólicas de ordem litúrgica e espiritual¹⁰⁶. Essa teoria analítica levantada pela autora relaciona-se, propriamente, com a etimologia do conceito especificado, ou seja, são as simbologias adotadas em comum por àqueles que estão congregados na mesma fé.

Esse entendimento é correlacional à própria definição de religião. A palavra é derivada do latim *religare*, que significa religar. Religar não apenas com uma divindade teológica, uma entidade cósmica mítica, mas também com aqueles que estão em *communio* (comunhão), em comum união com outros filiados, que são considerados irmãos na fé. Esses laços de afetividade são instituídos como se fossem um ambiente familiar, uma família, a família religiosa. Aqueles que se declaram como participantes deste grupo, retêm para si a adoção simbólica, daqueles que agora são considerados como seus novos irmãos na fé.

Márcia Mello Costa Liberal também relacionou as implicações das vertentes religiosas, quando nos referimos ao conceito de identidade. Ao aludir ao crescimento evangélico do país, sobretudo a partir da década de 1940, não obstante as diversidades de ramificações existentes neste grupo religioso, a autora sustentou como a identidade favorece o aparecimento das éticas, costumes e posturas, que devem ser atendidos por todos os que estão congregados na religião. Essas normas são repassadas de geração em geração, valores que são transmitidos e, possivelmente, alterados por conta das vicissitudes do tempo.

¹⁰⁵ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. Revista Estudos Históricos, v. 5, n.10, 1992, p. 204

¹⁰⁶ SOUSA MARQUES, M. Identidade pessoal e religiosa: sujeito de direito em contexto de pluralismos. Numen, [S. l.], v. 25, n. 2, 2023. DOI: 10.34019/2236-6296.2022.v25.36904. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/36904>. Acesso em: 21 mar. 2025, p. 317

Portanto, o que ocorre nos grupos religiosos é a padronização dos costumes sociais, formando um sistema religioso coeso, com ações sociais já retamente definidas¹⁰⁷. Aquele que não segue tal identidade é o pecador, o pagão e deve ser, ou convertido o quanto antes, ou expurgado do convívio dos eleitos. Estão *excommunicare* (excomungados), fora da comunhão religiosa.

Partindo desse pressuposto, a identidade precisa ser avaliada como um campo em constante construção e mudança, construído a partir do mundo social em que estamos situados. Ela também é um âmbito constituído a partir da diferença, sobretudo no campo da identidade individual. Somos aquilo que o outro não é, e, na maior parte das vezes, ambicionamos propagar essa diferença. Tomaz Tadeu da Silva afirmou esse pressuposto a partir do conceito de representação, afirmando que a representação é a forma pela qual a identidade encontra sentido¹⁰⁸. Tendo esses alinhamentos como referência, os elementos identitários só encontram o seu sentido a partir do seu reconhecimento, sempre associados às relações de poder. Quando não há reconhecimento, ocorre o suicídio social.

A relação dialética entre poder e identidade é uma realidade que precisa ser destacada. As autoridades governamentais, os Estados e suas instituições, também são constituídos por elementos identitários. Ali são colocados os mais variados tipos de representações, dispostas na esfera administrativa e social do governo, os grupos religiosos, os movimentos sociais, a língua, os patrimônios e os símbolos¹⁰⁹. O espaço é um local integrador, como já afirmamos, onde estão inseridos os diversos componentes que representam a sociedade. Pensar o local é reconhecer um meio profícuo para o estabelecimento de tradições, transmissões de valores, de heranças e disputas. Todos esses elementos somados – respeitadas suas especificidades – acabam por compor o todo da identidade social.

Particularmente, em São Gonçalo, é possível notar a variedade de elementos que somam a identidade do município. Nota-se essa riqueza cultural desde as festas religiosas – entre elas, a Festa de São Gonçalo de Amarante, Nossa Senhora Aparecida e das Graças, a Semana da Umbanda – até as rodas de capoeira e de samba, os bailes musicais, as vaquejadas e as festas folclóricas. Outrossim, a cidade conta com um extenso patrimônio cultural, material e natural,

¹⁰⁷ LIBERAL, Márcia Mello Costa. Religião, identidade e sentido de pertencimento. A questão social no novo milênio. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Anais da Coimbra: CES - FEUC, 2004, p. 12

¹⁰⁸ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91

¹⁰⁹ Cf. THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: As identidades nacionais. Anos 90, Porto Alegre, n. 15, pp. 7-23, 2001/2002

como os festejos de *Corpus Christi*, a Fazenda Colubandê e as Cavernas de Santa Izabel. Todos esses elementos, para além de pertencerem ao cartão postal do município, são partes integrantes e agregadoras de sua identidade.

Entre as celebrações que estão inseridas no calendário oficial do município, se encontram os festejos de *Corpus Christi*, uma festa essencialmente religiosa. Contudo, a própria celebração possui diversas identidades, que acabam por compor o seu todo e dar sentido à sua existência. Para relacionar o conceito com o objeto estudado, é possível analisá-lo a partir de suas múltiplas dimensões, das quais podemos destacar a religiosa, política e a gonçalense. Entender os festejos em suas múltiplas vertentes identitárias é afirmar a sua importância para a dinâmica social do município de São Gonçalo, destacando seus aspectos culturais, sociais e religiosos.

À princípio, há uma identidade sumariamente religiosa. A religião, de um modo específico, é um fenômeno social que busca criar, estabilizar e difundir determinadas tipologias de ações comportamentais. Na celebração de *Corpus*, a Igreja Católica está além dos templos, expondo os princípios cruciais da sua fé na urbe, na cidade. Portanto, os elementos canônicos constitutivos da vida religiosa são expostos nas ruas, em meio a uma multidão que, possivelmente, se encontra ali não só por uma atitude fideísta, mas também por uma sedução cultural.

Um dos elementos visíveis e fundamentais da identidade religiosa de *Corpus Christi* é a aparente uniformidade na crença da presença real de Jesus Cristo no pão e no vinho. O catolicismo por meio de sua doutrina, resguarda a crença do *lex orandi et lex credendi*, ou seja, aquilo que se reza é aquilo que se crê. A atitude imediata daqueles que creem são produzidas a partir de uma variabilidade de gestos, como as palmas, o ato de se ajoelhar, o erguimento das mãos e o fechar dos olhos. A música é um fator elementar na celebração, emanados a partir da composição de melodias próprias da liturgia. Há, igualmente, o aparecimento do cantochão – partes musicais cantadas em latim, de entonação medievalesca – os instrumentos musicais e o acompanhamento das vozes dos fiéis.

Atender ao ordenamento litúrgico, conforme é previsto pelos rituais, pelos clérigos e pelo corpo dos fiéis, garante a boa recepção individual da pessoa como membro do grupo. Assim, podemos concluir como Tzvetan Todorov, a necessidade da estrita observância de determinadas leis, para o reconhecimento das pessoas como parte integrante de determinados grupos que compõem a sociedade. Para o referido autor:

A satisfação obtida na conformidade com as normas do grupo explica também, em grande parte, o poder dos sentimentos comunitários, a necessidade do pertencimento a um grupo, a um país, a uma comunidade religiosa. Seguir escrupulosamente os hábitos de seu meio trará a satisfação de sentir-se existir através do grupo. Se nada tenho para orgulhar-me em minha própria vida, procuro, com mais intensidade, provar ou defender o bom nome de minha nação ou de minha família religiosa (...) A aprovação acordada por nossos pares, em certa idade, vale mais do que tudo, certamente mais do que a satisfação obtida através da conformidade com as regras gerais da sociedade ¹¹⁰

Subjacente a essas considerações, delineia-se uma identidade exclusivamente política, ou seja, da relação que a festa de *Corpus* estabelece com o mundo político e suas implicações. É evidente a percepção que a festa é uma possibilidade de enfatizar a presença histórica do catolicismo, gozando a postura de instituição pioneira no processo fundacional da cidade, bem como sua permanência com o passar dos anos.

Outrossim, a festa conta com a presença de uma ampla participação de membros da classe política, antes e durante o evento, sendo notada a partir da circulação de candidatos a cargos públicos e políticos nas celebrações. Sua presença também é notada com destaque locacional na celebração da Santa Missa e dos agradecimentos que são feitos publicamente. Dessa forma, se torna um espaço propício para as aquisições e circulação dos capitais simbólicos¹¹¹, seja por parte do segmento estatal, seja pelo corpo eclesial.

Mediante o exposto, o entrosamento entre poder público e poder religioso é importante para a efetivação das celebrações. O início do processo de patrimonialização foi um acontecimento político. Hoje as confecções dos tapetes de *Corpus Christi* requerem a presença da máquina pública por meio de suas instituições. Essa participação não só garante o reconhecimento da presença católica no município, mas se enquadra como a principal fonte de subsídio, haja visto que a Igreja Católica sozinha, talvez, não conseguisse arcar com os compromissos dos quais a festa exige¹¹².

¹¹⁰ TODOROV, Tzvetan. O reconhecimento e seu destino. A vida em comum: Ensaio de antropologia geral. Campinas: Papyrus, 1996, p. 120

¹¹¹ O conceito de capital simbólico foi desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu, que o relacionou com as relações de poder que são estabelecidas na sociedade. Esse conceito se refere aos valores sociais que são designados a um grupo, instituição ou a indivíduos, que possibilitam a sustentação de uma hierarquia colonizadora na esfera social.

¹¹² Ao ser questionado em entrevista sobre a viabilidade dos festejos sem a presença do Poder Executivo, o Padre André Luís – que ocupou entre os anos de 2014 a 2024 o cargo de Vigário Episcopal da cidade – afirmou que no caso de tal situação hipotética, não seria possível celebrar com a mesma estrutura, haja vista a amplitude do evento. Ref. André Luís Siqueira Bastos. Padre. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ. São Gonçalo. Janeiro de 2025.

A Festa de *Corpus Christi* também é um espaço em que alguns políticos exercem o apostolado do proselitismo. Muitos deles participam diretamente dos festejos, uma vez que essa postura pode garantir o apoio mútuo dos muitos fiéis participantes. Um exemplo significativo e emblemático ocorrido recentemente na cidade, pode ilustrar essa dinâmica. Na eleição de 2008, Graça Mattos (PMDB) ao se candidatar para concorrer à cadeira do executivo da cidade, assumiu como proposta de campanha o compromisso de contribuir com a manutenção dos festejos de *Corpus*. Afirmou, ainda, que ao ser eleita, garantiria a permanência das celebrações no calendário oficial do município¹¹³, em uma visível tentativa de angariar capital simbólico por parte da população católica.

Por fim, a celebração de *Corpus Christi* endossa uma identidade coletiva, a identidade gonçalense, que somada a outras manifestações religiosas, culturais e sociais, compõe o rico corpo identitário do município. Além de projetar positivamente a imagem da cidade à posterior, em razão de seu público extensivo e de seu caráter agregador, os festejos demonstram a riqueza cultural do patrimônio da cidade, exposta nas imprensas locais e regionais, em sites virtuais, dentre outros meios. Outrossim, evidencia a religiosidade como um aspecto elementar da cidade, notada desde o século XVI, pela concessão da sesmária a Gonçalo Gonçalves, fundador da cidade.

Os grupos religiosos, sociais e políticos, ao se estabelecerem em um determinado local, criam raízes, adotam costumes, posturas e crenças. Desta forma, é válido destacar que os grupos sociais que compõem um território, expressam pelas formas mais variáveis possíveis, os preceitos de suas identidades. Estes, por sua vez, proporcionam a criação de malhas territoriais que produzem o local e fazem transformar o espaço, teoricamente neutro, em um espaço produzido. Nota-se, semelhantemente, os esforços desses grupos para a formação de suas identidades, que podem disputar a qualquer momento por novos espaços no território em virtude das buscas constantes por poder simbólico. Todas elas, somadas, compõe o campo identitário e patrimonial de uma localidade.

Além disso, os festejos de *Corpus Christi* evidenciam a cidade de São Gonçalo, tomando como destaque a perspectiva cultural. Comumente, os tapetes confeccionados pelos fiéis são conhecidos por serem os maiores da América Latina. Esse jargão é reproduzido por boa parte dos veículos de imprensa que costumam cobrir a celebração. O próprio fato de se estabelecer esse jargão, também é um elemento que projeta a identidade da cidade.

¹¹³ Atrações ao alcance de todos. O Fluminense. Niterói, 22/09/2008, p. 9. Acervo da Biblioteca Nacional

A Declaração do México, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), assinada em 1982, assumiu a importância do caráter identitário dos bens culturais e patrimoniais das nações. Esse documento foi assinado pelos países membros do grupo e evidenciou o caráter cultural dos fenômenos identitários. Segundo o documento, a identidade cultural se traduz como uma fonte de riqueza que possibilita um maior conhecimento da diversidade humana¹¹⁴.

De acordo com o documento:

A afirmação da identidade cultural contribui, portanto, para a liberação dos povos; ao contrário, qualquer forma de dominação nega ou deteriora essa identidade. A identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação. Todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade. A identidade cultural de um povo se renova e enriquece em contato com as tradições e valores dos demais¹¹⁵

Com base nessas abordagens, é possível destacar que o catolicismo se solidificou na Cidade de São Gonçalo, a partir dos processos de colonização encontrados na gênese da história recente do município. Sendo um instrumento profícuo na empresa colonizadora, a Igreja Católica contribuiu para o processo de territorialização da cidade, a partir da criação de igrejas, na participação na vida política e na dinamização de costumes, doutrinas, bem como nas suas manifestações religiosas. Muitos desses itens compõem a esfera cultural da cidade, que somada às manifestações profanas e religiosas, integram o eixo identitário do município e projetam a imagem da cidade para o Brasil e o mundo.

¹¹⁴ UNESCO. Declaração do México. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. México: UNESCO, 1982, p. 2

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 2

3 ENTRE FÉ E SALVAGUARDA: O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS TAPETES DE SAL E A PROCISSÃO EUCARÍSTICA

Os Tapetes de Sal, bem como a Procissão Eucarística de *Corpus Christi* foram reconhecidos como patrimônio do município de São Gonçalo, por meio da assinatura da Lei 12/2005. Esse reconhecimento jurídico possibilita destacar a importância dos festejos para a cidade, tendo em vista a participação de ampla parcela da sociedade, bem como do incremento que esta celebração gera a cidade, no campo da economia, do emprego e da cultura. Entre as prerrogativas pelas quais esta manifestação foi reconhecida, está o entendimento de que tais festejos contribuem no ponto de vista histórico, cultural e religioso para a cidade. No entanto, tais manifestações religiosas/culturais não são as únicas existentes na cidade, que é caracterizada por um campo patrimonial diversificado.

A cidade de São Gonçalo, situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é um dos principais polos urbanos do estado, destacando-se por um elevado índice populacional e por sua inserção nas dinâmicas territoriais e econômicas da região Sudeste. Seu expressivo complexo populacional evidencia o acentuamento desses processos, revelando implicações nos âmbitos sociais, territoriais e culturais da cidade, influenciando a sua organização geopolítica, urbana e nas políticas de desenvolvimento.

A intensidade desse fluxo urbano e populacional exerceu forte influência na constituição da identidade gonçalense, marcada pela diversidade e pela coexistência - nem sempre pacífica - de distintos grupos sociais, religiosos e tradições que estão na gênese da ocupação do território. À proporção que se nota o crescimento da cidade e sua transformação, o patrimônio - seja ele material ou imaterial - torna-se um elemento constitutivo da sua identidade local, carecendo de preservação e necessitando de políticas de salvaguarda, manutenção e conservação. Eles expressam a memória coletiva que se quer conversar, em meio a uma cidade em rápida transformação.

Historicamente, muitos patrimônios foram sendo construídos a partir das relações sociais marcadas, sobretudo, pela presença e atuação de diferentes grupos sociais na gênese da formação moderna do território. A presença da Igreja Católica, por exemplo, desde as origens dos processos coloniais, foi um fator primordial para a organização do espaço, ao passo que essa presença impulsionou a criação de igrejas, capelas e a formação de tradições religiosas. Nesses exemplos, podemos citar a Igreja Matriz de São Gonçalo de Amarante, que, em 2024, comemorou 380 anos de existência. O templo foi palco de diversos acontecimentos que

marcaram a história da cidade e constitui um dos eixos centrais das políticas de patrimonialização dos bens materiais locais¹¹⁶. Paralelas a ela estão a Capela de Nossa Senhora da Luz (1646), a Capela de Sant’Ana (1618) e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição no Pacheco (1842).

As fazendas Colubandê, no bairro homônimo, e Engenho Novo, em Monjolos, são marcos materiais históricos na região, evidenciando, no presente, as estruturas econômicas e a presença do trabalho escravizado que marcou profundamente o passado do município. Esses locais oferecem oportunidades para análises e para o fomento à educação patrimonial, viabilizando a reflexão da comunidade local sobre os tempos da escravidão e das mudanças sociais ao longo da trajetória da cidade. Vale destacar que a Fazenda Colubandê é um dos poucos patrimônios da cidade tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 1940.

A partir desse panorama, é importante destacar a especificidade do conceito de patrimônio, a partir de uma análise crítica do conceito, que transgride a ideia de simples conservação de materiais antigos ou monumentos históricos. O patrimônio precisa ser compreendido como uma construção social, imbuída de valores constituídos socialmente, a partir de um processo de seleção, lutas políticas e disputas simbólicas.

3.1 O conceito de patrimônio

Mas, afinal, o que é o patrimônio? O significado etimológico desta palavra constitui uma relação tanto da parte conceitual como de sua práxis, propriamente dita. O termo - que se aproxima do conceito de “herança” (*pater – monium*; pai - recebido) - demonstra certa relação entre o ato de transmitir à posteridade aquilo que se quer conservar, expressando as reações de continuidade e preservação, de bens que foram construídos ao longo do tempo. A passagem humana sobre um hipotético território, infringe marcas materiais e imateriais das experiências vividas, sendo muitas delas carregadas de valores, sentimentos e afeições, frutos da construção identitária de gerações que compartilharam o mesmo espaço.

¹¹⁶ Pela Lei 037/2006 a Igreja Matriz foi reconhecida como Cartão Postal Histórico da cidade e pela Lei 850/2018 foi instituída como Patrimônio Histórico e Cultural da cidade. Recentemente, pela Lei 1557/2025, a fachada e o retábulo do século XVIII foram tombados para título de conservação.

À princípio, podemos analisar o campo do patrimônio a partir de vastas possibilidades. Nesse quesito, temos o patrimônio genético, que são os conjuntos de características neurobiológicas que herdamos de nossas gerações e constituem nossa identidade genética. Há o patrimônio material pessoal que se trata dos conjuntos de bens materiais que adquirimos no decorrer de nossa existência, como casas, carros e outras posses. Existe também o patrimônio afetivo que é o conjunto de características emocionais que traduzem os vínculos afetuosos que fomos criando no decorrer do tempo. O patrimônio espiritual, ou seja, o conjunto de crenças espirituais que herdamos com o passar do tempo.

No entanto, tais considerações são legitimadas no ponto de vista individual, traduzindo elementos de foro interno. Assim sendo, devemos considerar que o campo do patrimônio está, na maioria das vezes, ligado à questão coletiva, ou seja, aquilo que é construído, preservado e conservado coletivamente. O patrimônio edifica sua essência quando àqueles que o representam aderem ao fomento de práticas simbólicas, a criação de memórias coletivas e busca pela construção de significados que forneçam a ele valor público.

A noção de patrimônio ganhou espaço entre os séculos XVII e XIX, quando se constituíram os Estados Nacionais Modernos¹¹⁷. *A priori*, o conceito estava ligado a esfera da nacionalidade, onde os Estados buscariam legitimar seu presente, a partir de um passado heroico e memorável, traçado e suportado na história dos grandes personagens. Esse anseio permitiu com que a noção de patrimônio saísse de uma realidade meramente individual, específico de uma herança familiar, para um instrumento que estivesse inserido dentro de uma identidade coletiva, construído na memória nacional.

Nessa perspectiva, Nestor Canclini apontou o antagonismo entre a cultura dominante (nacional) e a cultura popular¹¹⁸. A cultura dominante está associada às instituições que regem a sociedade e que viabilizam a criação de padrões hegemônicas, sendo responsáveis pela orientação de comportamentos e a validação de determinadas identidades. A cultura popular, por sua vez, insere-se na tradição local, nas práticas do cotidiano, nas expressões dos grupos subalternos, criando espaços de invenção e reinvenção. Evidentemente, esses dois campos são espaços que difundem uma relação dialógica: ora em tensão constante, interação e até mesmo

¹¹⁷ FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 28

¹¹⁸ CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 23, 1994, p. 98

hibridização, proporcionando uma combinação de elementos e estabelecendo novas formas de expressão, identidade e de patrimônios dentro da sociedade.

Sobre essa questão, Françoise Choay enfatizou que os bens patrimoniais materiais desempenharam um contundente papel na formação da civilidade, pois são responsáveis por destacar os simbolismos históricos e culturais que modelam e orientam a identidade nacional. Neste aspecto, os acervos patrimoniais seriam considerados como um conjunto de instrumentos capazes de solidificar a construção do tempo histórico, marcado pela necessidade de reafirmação e progressiva necessidade da construção de uma identidade, refletida na retórica da perda¹¹⁹.

É válido, porém, destacar que, na atualidade, que a noção de patrimônio não se ancora em uma realidade puramente material, que por muito tempo foram denominados como bens de "pedra e cal". Atualmente, compreende-se que o campo patrimonial abrange àqueles de dimensão imaterial, expressada por meio de tradições, saberes, culturas, que são responsáveis pela solidificação da identidade, sendo responsáveis pela transmissão de valores simbólicos às gerações futuras. A ampliação deste conceito reivindica a necessidade de políticas de proteção patrimonial que sejam capazes de conservar e preservar os bens materiais, bem como as outras práticas e expressões que estão inseridas na sociedade. Nesse sentido, comentando sobre a mudança do paradigma no campo do patrimônio, Olgário Paulo Vogt sustentou:

Pelo valor histórico que representavam, eram preservados de forma semelhante a uma peça exposta em museu. Evidentemente que, por trás dessa política de preservação de monumentos, havia uma concepção evolucionista da história. Nas últimas décadas, o conceito de patrimônio cultural ganhou um peso extraordinário do mundo ocidental. Não somente os bens tangíveis ou materiais tiveram realçado o seu valor, mas ganhou visibilidade, também, uma nova qualificação de patrimônio: o patrimônio cultural imaterial ou intangível. A valorização desse tipo de patrimônio visa a aspectos da vida social e cultural não contemplados pelas concepções mais tradicionais de patrimônio¹²⁰

No Brasil, alguns fatores foram essenciais para a mudança desse paradigma. Entre eles, podemos destacar promulgação da Constituição de 1930. Elaborada sob a égide do governo de Getúlio Vargas, a carta constitucional se demonstrou como a gênese dos esforços formais para a regulamentação de uma política de proteção ao patrimônio cultural. Por meio dela, o Estado

¹¹⁹ CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006, p. 181

¹²⁰ VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA, [S. l.], v. 7, n. 13, 2011. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/687>. Acesso em: 24 nov. 2025, p. 16

varguista assumiu a tutela e a responsabilidade de preservar os bens nas categorias histórica, artística e cultural, apesar de não contemplar o patrimônio imaterial.

Nesse ínterim, ocorreu em 1937 a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado a partir de um projeto estabelecido por Mário de Andrade, um dos expoentes do movimento modernista da década de 1930. Mario de Andrade foi o precursor dos debates em torno da extensão do campo do patrimônio, pois introduziu a noção de cultura no contexto da identidade nacional, abrangendo a categoria para os bens intangíveis como saberes e modos de vida. No entanto, a vertente nacionalista do governo Vargas focalizou a noção de patrimônio para os bens patrimoniais materiais, dada as tentativas de reconfiguração da memória histórica do Estado Novo.

Sobre esse poder de tutela, Márcia Chuva afirmou:

O poder tutelar instituído desse modo concedeu ao Estado ampla margem de ação, construindo uma visão particular de nação. Pela identificação entre Estado e nação inaugurava-se, oficialmente, a preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil. Ao mesmo tempo que se constrói a história desse Estado Nacional, o Estado se torna tutor exclusivo do patrimônio histórico e artístico nacional e passa atuar como agente da memória da nação¹²¹

A abertura do campo do patrimônio brasileiro para o reconhecimento da imaterialidade, da cultura e dos saberes tradicionais, pode ser justificada a partir de implicações tanto externas, como internas. Em 1945, com o advento do término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil procurou uma maior inserção em um contexto internacional marcado pela celebração dos direitos culturais, das identidades nacionais e a valorização da diversidade humana. O aspecto norteador dessa política se legitima a partir de um contexto ocidental europeu de decadência, no qual muitos países buscaram reconstruir a sua memória, diante da destruição causada pelos conflitos globais. Esse movimento internacional motivou, no campo interno, que a política brasileira fomentasse estratégias de fortalecimento da identidade cultural local, reconhecendo a importância de reconhecer tanto os bens materiais, quanto os imateriais, como elementos essenciais para a preservação da memória coletiva dos países.

Nesse cenário, a questão patrimonial passa a extrapolar os limites da monumentalidade que prevaleceu durante até as primeiras décadas do século XX, com forte ênfase nas edificações, objetos materiais, entre outros. À abrangência conceitual passou adotar o reconhecimento das práticas sociais, os modos de expressar a subjetividade humana, à sabedoria

¹²¹ CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural no Brasil: proteção, salvaguarda e tutela. In: Antonio Carlos de Souza Lima. (Org.). Tutela: formação do Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: e-papers, 2014, p. 206

popular, entre outros. Nesse sentido, a atuação da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - foi primordial para as redefinir o campo do patrimônio, principalmente no pós-guerra. Fomentado a prática do diálogo, da valorização das culturas e dos direitos humanos, a UNESCO potencializou a valorização das manifestações vivas, mecânicas, como partes essenciais das identidades dos povos.

Um desses marcos dessa política foi a já citada “Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular”, como fruto da Conferência Geral da UNESCO, sediada na França, em Paris, a 15 de novembro de 1989. Esse documento representa um avanço em uma nova visão do patrimônio cultural, pois reconheceu, oficialmente, a necessidade de políticas preservacionistas, de valorização e salvaguarda, das expressões tradicionais e populares. Um dos compromissos assumidos é a recomendação, aos países membros da Organização, garantir às comunidades e a população em geral, o acesso a sua própria cultura e a obrigatoriedade da adoção de políticas que viabilizem a salvaguarda da cultura popular e tradicional¹²².

Outro marco histórico celebrado pela UNESCO foi a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT), ocorrida no México, em 1982. Esse encontro reuniu representantes de 126 países, com o objetivo de difundir, no Globo, uma maior compreensão da amplitude conceitual da cultura, como importante canal de desenvolvimento social, marcado pela diversidade e pela preservação das identidades coletivas. Essas políticas estimulam o acesso da sociedade aos bens culturais, reconhecendo as populações como atores ativos nos seus respectivos processos culturais.

Essa compreensão possibilitou uma nova ideia de cultura e do patrimônio cultural, como um conjunto de realidades que dão sentido à vida e a existência das populações. No contexto latino-americano, essa conferência teve uma repercussão forte, pois reforçou a necessidade da validação das culturas nativas, muitas vezes marcadas pelo apagamento histórico. Ao campo do patrimônio cultural, as diretrizes denunciaram uma política propositadamente construída, orientada para a valorização de modelos culturais em hegemonia, em detrimento das frequentes desvalorizações das manifestações culturais populares¹²³. Nesse rol, entram as manifestações indígenas, afrodescendentes que historicamente foram sendo marginalizadas.

¹²² UNESCO. Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Aprovada na 25ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Paris, 15 nov. 1989, p. 4.

¹²³ UNESCO. Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (MONDIACULT), Cidade do México, 26 de julho a 6 de agosto de 1982: relatório final. Paris: UNESCO, 1982.

Nesse ínterim, no contexto brasileiro, as mudanças internacionais no campo do patrimônio dialogam com o cenário político vigente. Embora as políticas de preservação já estivessem presentes no período da Ditadura Militar, a partir de 1980, os movimentos sociais, intelectuais e distintos grupos do tecido civil passaram a exigir uma nova percepção de cidadania, não limitada apenas aos esforços pela manutenção dos direitos políticos, mas também consolidada a partir dos direitos culturais. Esse ambiente de efervescência impulsionou a elaboração de uma nova Constituição Federal, instituída em um país marcado pela forte necessidade de redemocratização, pela fragilidade da Nova República e pela busca de garantias sociais.

As novas diretrizes da Carta Magna de 1988 apontam avanços significativos. Reconheceu que é competências dos Estados "proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos" (Art. 21, § 3), bem como a sua eventual destruição (Art. 21, § 4). À competência da União, dos Estados e do Distrito Federal pousa a "proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico" (Art. 24, § 7); além disso, repousa sob a responsabilidades dos poderes municipais o ato de "promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual" (Art. 30, § 9).

Na esfera do reconhecimento, no artigo 216, a Constituição Federal de 1988 reconheceu, oficialmente, a amplitude o patrimônio cultural brasileiro, abrindo a categoria também a imaterialidade, considerando os seguintes pontos:

I) - as formas de expressão; II) - os modos de criar, fazer e viver; III) - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V) - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico¹²⁴

À luz disso, o protagonismo do Estado em torno da tutela e da preservação dos bens imateriais/materiais foi intensificado. Somados a ele, passaram a atuar como agentes fundamentais na implementação de políticas patrimoniais os grupos sociais, a sociedade civil e as outras instituições públicas. Esse movimento integrador foi fundamental para o estímulo de valorização de uma memória coletiva pautada na democracia, no reconhecimento das distintas formas de se expressar e da diversidade cultural, que compõem a sociedade.

¹²⁴ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 216.

Em consideração à preservação, o patrimônio cultural imaterial dista das políticas de tombamento, uma vez que, a preservação da imaterialidade não está sujeita a proteção física, mas da manutenção da continuidade e transmissão entre os atores sociais. Nesse sentido, o Decreto Nº 3.551/2000 estabeleceu um código jurídico de salvaguarda, impondo um registro aos bens de natureza imaterial, reconhecendo a dinamicidade e orientando as políticas de afirmação. O livro de Registro é dividido em 4 grandes categorias, a saber: o Livro dos Saberes, destinado aos modos de saberes presentes nas comunidades; o Livro de Celebrações, destinado a atender aos rituais que marcam a vivência coletiva; o Livro das Formas de Expressão, voltado ao reconhecimento das manifestações culturais e artísticas; e, por fim, o Livro dos Lugares, reconhecendo os espaços considerados importantes à memória coletiva.¹²⁵

Com base nisso, Marcia Sant'anna defendeu a importância da preservação desses bens, como categoria que ilustra a dinamicidade da vida pública da sociedade:

O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim podemos “preservá-los”. Como processos culturais dinâmicos, as referidas manifestações implicam uma concepção de preservação diversa daquela da prática ocidental, não pode ser fundada em seus conceitos de permanência e autenticidade. Os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não cabe nesses conceitos, sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação do que intervenção, restauração e conservação¹²⁶

Outra importante colocação é a relação dialógica entre os conceitos de Memória e Patrimônio que se configuram como chaves conceituais profundamente interligadas. Em ambos os casos, são formas pelas quais as sociedades se constroem, selecionam e buscam dar sentido ao seu próprio passado e, por consequência, a sua própria existência. A memória é uma realidade que está imbuída em um processo social de lembrança, sobre aquilo que os grupos querem lembrar de si mesmo e que compartilham entre si e com os outros. Esta pode ser definida como individual, ligada em sua maioria à subjetividade dos indivíduos, ou coletiva, inserindo-se no imaginário social, nas identidades construídas socialmente e nas continuidades¹²⁷.

¹²⁵ BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2000.

¹²⁶ SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 55

¹²⁷ Maurice Halbwachs em seu consagrado livro sobre a Memória Coletiva, sustenta a tese que existe uma complexa relação no campo da memória individual e da memória coletiva. Embora muitas vezes colocadas de formas opostas, uma está intrinsecamente ligada a outra, uma vez que ambas compartilham, muitas vezes, do mesmo espaço social. Sendo assim, a memória individual não se distancia da memória coletiva, uma vez que a

Buscando constituir o conceito de memória coletiva, Michael Pollak afirmou que a memória é um fenômeno social que é construído coletivamente, por meio da criação de costumes sociais que deixam na contemporaneidade as marcas do passado. E esse meio está vulnerável às variações e mutações, por meio da atuação dos mais variáveis agentes¹²⁸. Parecidas conclusões foram levantadas por Fernando Catroga. Para Ele, o “Nós” é anterior ao “Eu”, ou seja, aquilo que somos, os nossos valores, nossos sentimentos e ações refletem a nossa relação com a sociedade, com o meio social e espacial em que estamos inseridos. Estamos, dessa maneira, “imerso na placenta de uma memória que o socializa e à luz da qual ele irá definir, quer a sua estratégia de vida, quer os seus sentimentos de pertença e de adesão ao coletivo”.¹²⁹

A seletividade também é uma característica que repousa sobre o campo da memória, como uma peça-chave para compreender os processos de lembrança. Ela faz referência aos mecanismos pelos quais certos acontecimentos, experiências vividas, saberes e até mesmo patrimônios, são escolhidos, enfatizados, valorizados e lembrados. Em discrepância disso, muitos são esquecidos, silenciados e minimizados. Essa seletividade, contudo, é fruto de um processo intencional, ligada a fatores sociais e políticos, que influenciam os processos de lembranças e nas tomadas de decisões.

Sob essa perspectiva, o campo do patrimônio está diretamente relacionado a lembrança do passado, pois funciona como um mecanismo de seleção e valorização de elementos sociais que expressam, de certa forma, a identidade coletiva. Assim como a memória é seletiva, as ações de preservação patrimonial também refletem alternativas sobre o que pode ser lembrado e transmitido. Sendo assim, o campo em questão não é um espaço de neutralidade, mas é caracterizado por um ambiente de escolhas culturais, em meio a alternativas. Portanto, ao analisar o processo de patrimonialização dos Tapetes de Sal e da Procissão Eucarística, buscaremos enfatizar a existência de uma legislação em consolidação, que busca, para muitos, além do reconhecimento do bem patrimonial, fortalecer os laços de representatividade de uma instituição.

relação entre ambas permite que as experiências de foro subjetivo estejam inseridas em narrativas comunitárias. Cf. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Curitiba, Antonio Fantoura, 2024, p. 39.

¹²⁸ POLLAK, *op. cit.*, p. 201

¹²⁹ CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 12

3.2 O processo de patrimonialização e a legislação patrimonial

Os processos de patrimonialização dos bens materiais ou imateriais agregam, antes de tudo, uma fonte de reconhecimento social da memória histórica de determinados grupos. Constitui-se como uma prática que vai além das intenções de preservação e conservação, mas legitima a relevância cultural do bem patrimonial para a sociedade. A partir desse ponto de vista, as práticas sociais são institucionalizadas, o que viabiliza o seu reconhecimento jurídico e oficial como parte integrante da identidade coletiva do local e sua posterior aquisição de recursos que promovam o seu mantimento. Assim sendo, as políticas de patrimonialização possibilitam, de maneira prática, a salvaguarda da representatividade dos grupos sociais, assegurando a esses grupos a legitimidade no espaço social.

Desse modo, as políticas patrimoniais precisam ser compreendidas como um processo de caráter político e social, que atravessa relações de poder, com a constante permanência da presença do poder estatal. O reconhecimento patrimonial se dá, em primeira medida, pelo interesse e adesão da sociedade civil, dos grupos e movimentos sociais, na preservação, no destaque e na conservação do bem cultural. O interesse de tais grupos destacam a importância do bem imaterial/material como expressão da memória e dos valores que são compartilhados coletivamente.

Nesse sentido, José Reginaldo Gonçalves destacou:

Algumas categorias aparecem de modo recorrente nos discursos do patrimônio. Elas mobilizam e dão direção aos empreendimentos de preservação dos diferentes patrimônios. Assim, é comum que se assuma como um dado que os patrimônios materiais ou imateriais expressam ou representam a “identidade” de grupos e segmentos sociais. Um tipo de arquitetura, assim como uma culinária, uma atividade festiva, uma forma de artesanato ou um tipo de música, pode ser identificado como “patrimônio cultural” na medida em que é reconhecido por um grupo (e eventualmente pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua “identidade”. Defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo¹³⁰

A relação dialógica entre os conceitos de patrimônio e identidade é uma realidade fundamental para a compreensão dos processos de reconhecimento. As políticas que envolvem

¹³⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan.-jun. 2015. DOI: 10.1590/S0103-21862015000100012, p. 213

os reconhecimentos jurídicos e administrativos do patrimônio passam pelo princípio da aceitação, pelas relações de poder, pela afirmação de determinados itens identitários. A cultura patrimonial transita em um constante ambiente de escolhas, permeadas por questões políticas e ideológicas¹³¹. Considerando que a patrimonialização permite eternizar – calculadas as proporções que o termo sugere – o passado no presente e transmiti-lo ao futuro, estabelece-se certa relação entre o desejo de conservação e o perfil da cultura da classe dominante: quanto mais semelhante, mais unida a ela.

De certa maneira, o processo de patrimonialização dos Tapetes de *Corpus Christi* e da Procissão Eucarística também segue essa linearidade. Trata-se, sumariamente, de um bem cultural intangível, de natureza religiosa, uma vez que expressam a fé, os valores espirituais e a devoção de uma instituição religiosa. Essa manifestação é materializada nas principais ruas da cidade de São Gonçalo e resultam em práticas de matriz litúrgica que constroem e reafirmam a identidade católica. Embora, no entanto, predomine o caráter religioso dos atos celebrativos, isso não diminui sua relevância cultural, política e social para a cidade.

Embasado nessa perspectiva, o antropólogo francês Joel Candau destacou a relação entre identidade, memória e patrimônio. Com base nas contribuições de outros autores, Candau compreendeu o campo do patrimônio como o espaço de conservação dos vestígios do passado, e, como tal, o espaço onde as ficções da história e as narrativas sobre o passado são construídas e mantidas.¹³² De fato, o campo do patrimônio pode ser considerado como um espaço onde as ideologias que constroem e estruturam a sociedade estão latentes. É nesse passado heroico, muitas vezes romantizado que as narrativas sobre o patrimônio são edificadas, haja vista que as escolhas patrimoniais não são neutras.

Toda ação patrimonial perpassa por uma escolha política. Assim como a memória — também considerada como um local de disputa sobre o que lembrar ou esquecer —, o campo do patrimônio parte do mesmo princípio. Néstor García Canclini, em um artigo consagrado sobre o campo do patrimônio cultural, salientou essa questão. Ao estabelecer um estudo sobre os processos de construção dos bens patrimoniais por meio da memória, o autor afirmou:

O Patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados, mas também dispõem dos meios econômicos e

¹³¹ VOGT, *op.cit.*, p. 29

¹³² CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2023, p. 159

intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a estes bens maior qualidade e refinamento¹³³

Nessa chave interpretativa, é possível destacar que a Igreja Católica, desde o período colonial, está inserida nas relações de poder da cidade de São Gonçalo, mediando a criação de valores religiosos e estruturando a vida social das pessoas. A atuação dos padres, dos religiosos, leigos atuantes, está para além do ponto de vista religioso, estendendo-se para os âmbitos políticos, culturais e sociais. Assim, as celebrações de *Corpus Christi*, bem como outras manifestações da religiosidade católica, como a Procissão de São Gonçalo de Amarante, o Auto da Paixão da Igreja Matriz, entre outros patrimônios, reforçam a relação entre o poder religioso e o poder político, tão presentes no decorrer da trajetória histórica da cidade.

No que tange à análise do processo de patrimonialização dos Tapetes de Sal e da Procissão Eucarística da Festa de Corpus Christi, a História Oral constitui um campo fundamental para a sua compreensão, especialmente face a escassez de fontes escritas. A partir da coleta de informações por meio de entrevistas, é possível destacar a historicidade dos acontecimentos, revelando detalhes precisos dos eventos, que muitas das vezes não estão documentados.

Desse modo, a História Oral, como defende Verena Alberti, se configura como um ambiente privilegiado para a constituição de narrativas sobre o passado, utilizando como fonte histórica, os discursos daqueles que vivenciaram os acontecimentos¹³⁴. Nessa mesma perspectiva, Sônia Freitas destacou a importância dos relatos dos indivíduos, atores muitas vezes pouco reconhecidos dos processos históricos. A autora reconhece a singularidade dos discursos para a compreensão da história, uma vez que, a utilização dessas fontes traz à tona memórias que são muitas vezes silenciadas, contribuindo, desse modo, para o campo da pesquisa histórica¹³⁵.

Outra reflexão contundente sobre os discursos foi estabelecida por Mikhail Bakhtin e por Michel Foucault, acerca da construção das narrativas históricas. Para Bakhtin, o discurso é constituído a partir da construção de um sistema de linguagens, onde o falante, na utilização

¹³³ CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 23, 1994, p. 97

¹³⁴ ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013, p. 31

¹³⁵ FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 50

expressiva da linguagem, estabelece uma narrativa para o ouvinte, esperando dele uma reação responsiva¹³⁶. Sendo assim, Foucault salienta que toda ação discursiva é fruto de um processo de construção simbólica intencionalmente fabricada, que determinam como as palavras são ditas, o que é omitido e quais sentidos se quer estabelecer¹³⁷.

À luz desse arcabouço teórico, o processo de patrimonialização teve seu início em 2005, paralelamente a eleição de Aparecida Panisset (PFL) para o cargo de prefeita da cidade. A prefeita - caracterizada pelo Jornal Extra (2011) como a “prefeita que adora uma guerra santa” em alusão ao caráter religioso e fundamentalista da sua gestão administrativa - Panisset teria demonstrado sinais de um certo desconforto com o financiamento das celebrações de Corpus Christi para a edição de 2005. Essa postura é um sinal evidente da religiosidade pessoal da prefeita, assumidamente protestante, sobre a condução da administração pública do município.

Nessa conjuntura, o ato de não disponibilizar o capital financeiro para a celebração colocaria em xeque que a esta ocorresse com as estruturas habituais. Nesse contexto, a possível inviabilização dos recursos financeiros colocaria em xeque a realização das celebrações nos modelos habituais. Para entender o cenário, entrevistamos o ex-vereador Miguel Moraes (PT). O citado foi vereador do município de São Gonçalo por dois mandatos, sendo considerado o principal articulador no âmbito da Câmara Legislativa, para o processo de patrimonialização da celebração, relatou:

Logo que nós assumimos a câmara dos vereadores, eu como católico e a prefeita como evangélica e naquele primeiro momento, o primeiro sinal que se percebeu foi a ordem para tirar os crucifixos das instituições de governo, dos gabinetes e aquilo causou uma pequena preocupação. Quando foi no período do carnaval, já não teve o carnaval. E o Padre Ademar que era o vigário geral aqui do município, esteve na Prefeitura para conversar, porque naquele primeiro momento já existia um comentário de que também não teríamos o tapete de *Corpus Christi*, nem a procissão, que não teriam apoio da prefeitura. E o Padre Ademar me chamou e disse: “Miguel, você é católico e eu não sei quantos católicos temos na Câmara, mas estamos vivendo uma situação de preocupação e a gente precisa da prefeitura porque há toda uma mobilização”¹³⁸

Em outro momento da entrevista, o ex-vereador levantou o nome de Roberto Ferreira, vereador e membro da Comissão de Justiça e Redação do Legislativo municipal. Este também

¹³⁶ BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 23

¹³⁷ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 9

¹³⁸ Miguel de Moraes Filho. 70 anos, aposentado. Vereador por dois mandatos na cidade de São Gonçalo, pelo Partido dos Trabalhadores. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. São Gonçalo. Julho de 2023.

foi pastor atuante em algumas igrejas evangélicas da cidade. Segundo relato de Miguel Moraes, Roberto Ferreira foi o principal articulador entre os vereadores protestantes para conseguir a margem de votos necessária para a patrimonialização dos tapetes. No entanto, essa prerrogativa surgiu na expectativa da concessão dos votos dos vereadores católicos no processo de patrimonialização da “Marcha para Jesus”, evento realizado pelas igrejas protestantes da cidade:

Mas depois surgiu a ideia, eu comecei a ter uma relação de amizade com o Pastor Roberto Ferreira, por coincidência pastor da Igreja Universal (...) e falei com ele: Pastor, nós usamos toda uma infraestrutura para a festa e vocês também tem uma festa que a Marcha para Jesus. E mostrei a ele o projeto. Ele disse que estava muito bom, que havia gostado e que iria fazer também um (para a Marcha para Jesus). E assim nós combinamos, fizemos apenas igual.

O depoimento do Padre Ademar Hermelindo Pimenta, corroborou essas informações. Na época, o sacerdote exercia a função de Vigário Episcopal do município. Este encargo lhe concedia, entre os tantos privilégios e obrigações, a coordenação de todos os eventos católicos que tivessem determinada amplitude, no âmbito vicarial. O presbítero, ao comentar a situação, corroborou a afirmação feita pelo vereador: a patrimonialização dos tapetes só se tornou viável, a partir do apoio de candidatos católicos ao projeto de lei que viabilizasse o reconhecimento da Marcha para Jesus como patrimônio. As datas de ambos processos são próximos. Afirmou o sacerdote:

Por isso então quando Miguel Moraes viu a questão de ver o documento e aquele negócio todo com a Prefeita, que a gente tinha um bom relacionamento, uma boa conversa, se criou esse diálogo todo até chegar ao ponto de colocar patrimônio cultural e religioso do município sobre a orientação da Igreja Católica. Isso foi um diálogo que a gente teve na Câmara dos Vereadores, com os vereadores que são cristãos (...) para eles votarem esse projeto – Miguel Moraes já falou com você – eles também exigiram o decreto de que a Prefeita colocasse a Marcha para Jesus (...) por isso quando Miguel Moraes trouxe (o documento) achando que eu não iria aprovar – muito pelo contrário – pois era um espaço que a Igreja Católica precisava ter, só que eu não esperava que fizesse um documento (...) eles só votaram o projeto a nossa favor, por conta da Marcha pra Jesus. Foi uma **questão política**¹³⁹

A questão política em torno dos processos de patrimonialização é uma realidade que já afirmamos anteriormente. Esses processos não se limitam aos princípios de valorização da cultura, da religiosidade ou da tradição, mas refletem um ambiente em que circulam interesses

¹³⁹ Ademar Ermelindo Pimenta. 74 anos, padre. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ. Maricá. Setembro de 2024.

políticos, estratégias de apagamento, valorização ou esquecimento. As narrativas coletadas por meio de entrevistas aos atores sociais envolvidos com o evento, sintetizam esse entendimento.

Durante a pesquisa, procuramos Roberto Ferreira para uma entrevista em três ocasiões. Todas as tentativas foram sem sucesso. Entretanto, ao analisar as atas das discussões da Sessão Ordinária do dia 10 de maio de 2005, reunião cujo projeto de lei fora apresentado por Miguel Moraes, é possível destacar a seguinte fala de do pastor vereador:

Em discussão projeto do vereador Miguel Moraes; para discutir Pastor Roberto Ferreira: essa mesa hoje dá um grande exemplo de democracia e o Brasil é um país que dá um grande exemplo de religião e no Brasil temos a oportunidade de viver toda religião, temos 500 denominações diferentes e conseguimos viver em comunhão. Parabenizo o vereador por esse projeto da Igreja Católica e tenho certeza que o projeto Marcha para Jesus também será aprovado por esta casa, onde será feita no dia 14 às 15h e todos estão convidados¹⁴⁰

Àquela altura, alguns jornais publicaram algumas matérias que informavam o fim da polêmica. Dessa forma, a patrimonialização dos festejos, promulgada pela Lei 12/2005, formulou a garantia do financiamento sobre todos os subsídios necessários para a efetivação do evento, além de garantir à Igreja Católica, a tutela sobre essa manifestação imaterial no município. Duas reportagens são destacadas que mencionam o fim das polêmicas. A primeira, uma matéria do *O Nosso Jornal de Notícias*:

FIM DA POLÊMICA - SG terá festa de *Corpus Christi* - Nos Atos Oficiais de hoje, a prefeita está nomeando os membros da Comissão que estão encarregados de coordenar os preparativos que envolvem a Festa de Corpus Christi, uma tradição na cidade. Ao que tudo indica, o tradicional tapete, confeccionado com sal grosso e serragem, está garantido¹⁴¹

A segunda, consta no Jornal *O Fluminense*. Nesse, há um destaque para atitude da prefeita, caracterizada como imparcial:

EDITORIAL - Fiel à tradição - A Prefeitura de São Gonçalo reconheceu no papel uma realidade cada vez mais evidente na cidade: a força da tradição do Corpus Christi. Evangélica declarada, a prefeita Aparecida Panisset soube ser imparcial na questão religiosa e sancionou, na quinta-feira, lei que transforma em patrimônio público, cultural e religioso a confecção dos tapetes de sal e a procissão que percorre, todos os anos, a Rua Doutor Feliciano Sodré, no Centro. Segundo Panisset, a tradicionalidade do Corpus Christi passou a integrar o “calendário turístico da cidade”. Acertou em cheio a prefeita. O turismo religioso movimenta milhares de cidadãos no mundo todo e em São Gonçalo terá vantagem de funcionar também como atividade cultural e

¹⁴⁰ SÃO GONÇALO. Câmara Municipal. *Ata da Sessão Ordinária do dia 10 de maio de 2005*. São Gonçalo, 2005

¹⁴¹ Fim da polêmica. SG terá festa de Corpus Christi. *O Nosso Jornal de Notícias*. São Gonçalo, 18/03/2005, p.1. Acervo do Grupo de Pesquisa “História de São Gonçalo: Memória e Identidade”.

artística. Os tapetes de sal feitos pela população são referência no Estado e servem para revelar um outro lado da cidade que, infelizmente, costuma ter destaque na mídia somente em situações negativas¹⁴²

Nesse sentido, apesar da ausência do relato do vereador Roberto Ferreira, a análise da documentação levantada permite compreender as articulações em torno da patrimonialização. O discurso levantado por Roberto Ferreira destaca a busca por reconhecimento institucional de outra celebração, em detrimento do apoio a uma manifestação distinta da fé católica. Outrossim, a valorização patrimonial não é um campo estático, mas um ambiente que exige práticas constantes e concretas, que, em nosso caso, é expressa por meio de uma vasta legislação patrimonial.

Seguindo essa política de afirmação, tão comum na manutenção do patrimônio, torna-se necessário destacar a presença de outros mecanismos jurídicos que foram sendo criados, no decorrer do tempo, para proteger, conservar e visibilizar esse patrimônio imaterial. Tais práticas jurídicas, porém, não viabilizam, por si só, a celebração dos festejos, mas configuram-se como um instrumento formal de valorização simbólica. Ao mesmo tempo, é primordial que haja a existência de articulação política entre a instituição religiosa e o poder público municipal, de forma que lei e prática estejam alinhadas.

Figura 6 – Assinatura da Lei de Patrimonialização



Fonte: Prefeita assina a Lei de Patrimônio. O Nosso Jornal de Notícias. 27 de maio de 2005

¹⁴² Editorial. Fiel à tradição. O Fluminense. Niterói, 28/05/2005, p. 2. Acervo da Biblioteca Nacional.

A foto destacada registra o momento da assinatura de patrimonialização. Nela, podemos notar a presença do Arcebispo de Niterói, Dom Alano Maria Pena (hoje, Arcebispo Emérito), da ex-prefeita Aparecida Panisset e do Padre Ademar (na época, Vigário Episcopal). A Lei nº 12/2005, instituída a partir dos debates em torno do projeto de lei nº 18/2005, estabeleceu os Tapetes de *Corpus Christi* e a Procissão Eucarística como Patrimônio Público, Cultural e Religioso da cidade de São Gonçalo. Essa legislação, aprovada em totalidade na Câmara dos Vereadores, permitiu a sua permanência em um período de fragilidade e garantiu a sua transmissão independentemente de quem ocupe a cadeira do Executivo. Além disso, consagra o reconhecimento institucional dos festejos como item agregador da identidade local da cidade.

Na sequência, segue o texto transcrito:

Lei Nº 12/2005

Ementa: Esta lei institui como Patrimônio Público Cultural e Religioso a Procissão pelo dia de *Corpus Christi* e a Confecção do Tapete no Município de São Gonçalo.

Faço saber que a Câmara Municipal de São Gonçalo aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Esta lei estabelece que ficam instituídos como patrimônio público cultural e religioso do Município de São Gonçalo, a Procissão e o Tapete de *Corpus Christi*:

Art. 2º – Esta lei garante que a comemoração de *Corpus Christi* continuará ocorrendo de acordo com os costumes da Igreja Católica Apostólica Romana e deverá ter o apoio do Poder Executivo quando for necessário.

Art. 3º – Esta lei estabelece que os órgãos competentes do Poder Municipal deverão elaborar medidas que permitam aos cristãos o direito de:

Parágrafo Único – Confeccionar o tapete todos os anos, com o apoio da Guarda Municipal.

Art. 4º – A Guarda Municipal poderá intervir, para o bom andamento dessa festa religiosa, nas ações que forem necessárias à realização do evento e deverá garantir a segurança dos visitantes.

Art. 5º – A Coordenação responsável pela elaboração do Tema do Tapete de *Corpus Christi* será escolhida pela Igreja Católica Apostólica Romana.

Art. 6º – O Poder Executivo poderá subvencionar a festa de *Corpus Christi* toda vez que for solicitado pela coordenação do evento.

Art. 7º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Gonçalo, 24 de maio de 2005. Aparecida Panisset (Prefeita)¹⁴³

Ela, revela-se como um instrumento jurídico que reconhece uma manifestação religiosa, que está inserida no cotidiano e na história da cidade, como Patrimônio Público, Cultural e Religioso. Com esse reconhecimento, a Procissão de Corpus Christi e o Tapete de Sal são colocados nas políticas culturais do município e permanecem imbuídos de legitimidade jurídica e simbólica, realidade já inserida no escopo do artigo 1º. O artigo 2º garante que a celebração continuará ocorrendo conforme os costumes católicos (e com a coordenação da própria instituição, conforme o artº 5), possibilitando, se necessário, a assistência do Executivo municipal, com aquilo que for necessário. O artigo 3º prevê que o Executivo está imbuído da obrigação de assegurar a boa participação dos participantes, reforçando a segurança com a guarda municipal (art. 4º). Além disso, pelo que se prevê no artigo 6º, o poder público deve subsidiar o que for necessário e solicitado para o bom funcionamento do evento.

Sobre os efeitos da lei, é possível enfatizar a questão da inclusão das celebrações na provisão orçamentária da cidade, uma vez que se torna prerrogativa da Igreja Católica, a solicitação de subvenção do evento, destinada a aprovação do poder público administrativo. A partir de dados levantados do portal de transparência da Prefeitura, é possível ter uma dimensão dos investimentos realizados. Na edição de julho de 2023, foram gastos os valores de R\$ 70.624,60 com as estruturas de palcos, grades e iluminações, subvencionados pelo poder público. Se comparados ao ano anterior, o orçamento utilizado para os mesmos itens foi de R\$ 52.439,24, com uma diferença quantitativa de R\$ 18.203,36¹⁴⁴.

Além da lei anterior, outro marco legal foi a aprovação do Projeto de Lei nº 079/2005 que resultou na Lei nº 036/2005 de autoria do vereador Miguel Moraes. O projeto ambicionava instituir o Tapete de *Corpus Christi* como Cartão Postal Histórico da cidade de São Gonçalo, assim como instituía outras providências:

Projeto de Lei nº 05.

Ementa: Esta Lei institui como Cartão Postal Histórico do Município de São Gonçalo o Tapete de Corpus Christi e dá outras providências.

¹⁴³ SÃO GONÇALO. Lei nº 012, de 31 de maio de 2005. Esta Lei institui como patrimônio público, cultural e religioso a procissão pelo dia de Corpus Christi e a confecção do tapete do município de São Gonçalo. Diário Oficial da Câmara Municipal, 31 de maio de 2005. Autor: Vereador Miguel Moraes

¹⁴⁴ SÃO GONÇALO. Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Portal de transparência. Acesso em 09 dez. 2025. Disponível em: <https://transparencia.pmsg.rj.gov.br/execucao/despesas-paga-periodo>

Apresento à apreciação desta egrégia casa legislativa o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º – Esta Lei institui como Cartão Postal Histórico do Município de São Gonçalo, o Tapete de Corpus Christi.

Art. 2º – Esta Lei estabelece que em todos os lugares do Município onde se vincule ao turismo deverá conter como forma de Cartão Postal Histórico do Município de São Gonçalo, o Tapete de Corpus Christi.

Art. 3º – Esta Lei estabelece que no site oficial da Prefeitura na página de referência ao turismo, também deverá conter a foto do Tapete de Corpus Christi, com sua história resumida e a foto colorida do Cartão Postal Histórico.

Art. 4º – O Poder Executivo poderá dar Subvenção, toda vez que for solicitado para melhor divulgação do Cartão Postal Histórico.

Art. 5º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando disposições em contrário.

Miguel Moraes (Autor do Projeto de Lei)¹⁴⁵

O projeto foi aprovado por maioria simples na Câmara e foi submetido à apreciação da prefeita Aparecida Panisset. Entre as prerrogativas do projeto, estava o financiamento da prefeitura municipal no que concerne a promoção do evento no Cartão Postal Histórico. Entretanto, a prefeita decidiu vetar os três itens apresentados abaixo, alegando que tais prerrogativas invadem a autonomia do Poder Executivo, não respeitando a igualdade e independência dos poderes constituídos:

Ocorre que os artigos 2º e 3º da proposição em exame impõe ao Poder Executivo a adoção de medidas administrativas da sua competência privativa, motivo pelo qual extrapola os limites de competência do legislativo, posto que estabelecem, para o poder executivo, postura impositiva (...) invadiu, assim, órbita de competência do Executivo (art. 33, II, da Lei Orgânica do Município de São Gonçalo), imiscuindo-se em área tipicamente de função administrativa da Prefeita, o que implica em afronta clara ao princípio constitucional da independência e da harmonia dos Poderes, contemplado no artigo 5º da Constituição Federal (...) Outrossim, convém salientar, que a viabilização dos indigitados dispositivos demandaria gastos substanciais. Trata-se de investimentos específicos que, naturalmente, gerariam aumento de despesa

Nessa seara, há um claro limite entre as políticas de valorização do patrimônio cultural e os limites da autonomia na administração pública. De fato, a análise da Lei Orgânica do Município de São Gonçalo menciona a ênfase na independência dos poderes, bem como a sua harmonia. Desse modo, as políticas patrimoniais, para serem bem recebidas, requerem que estejam dentro dos limites legais que lhes são impostas.

¹⁴⁵ SÃO GONÇALO (RJ). Câmara Municipal. Projeto de Lei nº 079/2005. Institui como cartão-postal histórico do Município de São Gonçalo o Tapete de Corpus Christi. São Gonçalo, 2005. Autor: Vereador Miguel Moraes

Posteriormente, outros dois projetos de lei foram criados na esfera estadual e que ainda estão em trâmites. O primeiro é de autoria do Deputado Estadual Douglas Ruas (PL) que declara os tapetes de sal produzidos em virtude da festa litúrgica, como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado¹⁴⁶. Tendo por base as novas prerrogativas da Constituição Federal de 1988, o projeto de fornece como justificativa a valorização dos festejos por integrarem uma extensa mobilização estrutural, criando um espaço de visibilidade e de reconhecimento social e cultural.

O segundo foi de autoria do Professor Josemar (PSOL) que transfere de forma simbólica a capital do Rio de Janeiro para São Gonçalo, no dia de *Corpus Christi*¹⁴⁷. Essa proposta é fundamentada a partir da contribuição que os festejos fornecem, tanto para a cultura local, tanto para o Estado do Rio de Janeiro. Ambos os projetos buscam valorizar o *Corpus Christi*, patrimônio de São Gonçalo, como um fator identitário e de relevância social. Além disso, é válido destacar que a proposição desses dois últimos projetos é de autorias de políticos com alinhamentos ideológicos distintos.

3.3 Os usos do patrimônio na construção de sentidos

Em janeiro de 2003 foi lançado no Brasil o filme *Narradores de Javé*, uma produção cinematográfica dirigida por Eliane Caffé. A trama se passa no pequeno vilarejo de Javé, uma vila fictícia criada aos moldes dos povoados dos sertões nordestinos. Certa vez, o pequeno vilarejo – marcado pela simplicidade, pela pobreza e pela forte cultura popular – viu-se diante da sua destruição, ameaçados de inundação pela construção de uma represa. A destruição do povoado, além de representar a perda do território, manifestava o apagamento simbólico da identidade da própria comunidade.

Os moradores, movidos pelo interesse da preservação da vila e da identidade local, uniram-se na tentativa de constituir a história do local, de maneira a comprovar os valores histórico, social, político e religioso do vilarejo. Para a realização dessa empreitada, os habitantes recorreram a um carteiro chamado Antônio Biá (interpretado por José Dumont), que,

¹⁴⁶ RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Projeto de Lei 1282/2023, de 13 de junho de 2023. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro o tapete de sal de São Gonçalo. Autor: Douglas Ruas.

¹⁴⁷ RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Projeto de Lei 4406/2024, de 07 de novembro de 2024. Transfere de forma simbólica a capital do Estado do Rio de Janeiro para o Município de São Gonçalo no dia de Corpus Christi. Autor: Professor Josemar.

por ser o único alfabetizado, foi convocado a escrever a história do lugar. A partir da coleta de discursos e entrevistas, Biá recorre a um trabalho que viabilize a reconstrução da memória coletiva a partir das narrativas constituídas pelos habitantes.

No entanto, tendo como foco a criação de uma narrativa coerente, Antonio Biá se deparou com um desafio constante: a multiplicidade de valores e as divergências de informações. As narrativas constituídas por cada habitante entrevistado era fruto da sua subjetividade, marcada por seus conflitos internos, desavenças pessoais, por seus elementos míticos e por visões repletas de exageros. Ao final, Biá não conseguiu constituir a história escrita e coerente sobre o vilarejo, dado que os relatos recolhidos na pesquisa se mostraram conflituosos e repletos de divergências. Assim sendo, trabalho instigador, porém, não foi suficiente para manter o vilarejo de Javé de pé, embora continuasse preservado na memória coletiva dos moradores.

A experiência do vilarejo retratada no filme serve de introito para analisar os usos do patrimônio. As comunidades locais são espaços onde as identidades nascem e se constituem, onde a vida comum é manifesta por meio de práticas simbólicas, memórias e saberes. Nessa perspectiva, em nosso caso, a análise das fontes histórias, sejam elas emanadas das entrevistas realizadas, dos editoriais da imprensa, da legislação constituída, são elementos eficazes para uma política de legitimação e valorização patrimonial. Tais meios garantem a preservação do bem patrimonial material/imaterial na memória coletiva, levando em consideração as diversas possibilidades de experiências, sejam elas positivas ou negativas.

Existem diversas possibilidades em que podemos atribuir sentidos ao patrimônio. Os discursos que são produzidos pelos membros da comunidade, por aqueles que estão não pertencem, mas estão nas mediações ou até mesmo aqueles que se omitem, possibilitam a construção do patrimônio enquanto categoria de pensamento¹⁴⁸. Essa alcunha, levantada no texto de José Gonçalves, permite interpretar o patrimônio para além de uma construção à pedra e cal ou uma manifestação imaterial, mas como uma estrutura imbuída de significados e considerações, construídas socialmente, a partir do mundo que o indivíduo está inserido.

As atribuições de sentido são permeadas por diversos pontos de vistas, pois refletem experiências e memórias individuais e coletivas. Tais contribuições digerem a construção social do bem patrimonial. Nesse sentido, as reflexões de Maria Cecília Londres Fonseca se dirigem

¹⁴⁸ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2003.

para fortalecer essa ideia. A autora defende a multiplicidade de significados que podemos encontrar em um patrimônio e que tais sentidos conferem vida ao bem material ou imaterial. Esses valores não são imutáveis, mas transformam-se ao longo do tempo, acompanhando sempre as mudanças históricas e sociais da sociedade:

O que quero dizer é que, por mais regulamentado e controlado que pretenda ser o processo de construção dos patrimônios, e por mais fixos que possam aparecer os efeitos de um tombamento, tanto materiais como simbólicos, a recepção dos bens tombados tem uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro, no da mutabilidade de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos – mudança que diz respeito inclusive às próprias concepções do que seja histórico, artístico, etc.; segundo, o da multiplicidade de significações e de valores atribuídos, em um mesmo momento e em um mesmo contexto, a um mesmo bem, por grupos econômica, social e culturalmente diferenciados¹⁴⁹

A tais pressupostos, somam-se a questão identitária, no levante ao reconhecimento patrimonial. A identidade, entre tantas possibilidades, é construída a partir da memória e do patrimônio. O reconhecimento de uma manifestação cultural à categoria de patrimônio, legitima os *modus operandis* de um determinado grupo, atribuindo sentido a sua própria existência. No patrimônio, as experiências individuais e coletivas se materializam de forma concreta, impulsionando dois tipos de reconhecimento: o primeiro é a valorização de um bem patrimonial e o segundo é o reconhecimento e validação da representatividade de um grupo.

Em outro trabalho, José Gonçalves indagou acerca da subjetividade dos bens patrimoniais, enfatizando como as sensibilidades individuais e coletivas influenciam na edificação simbólica do patrimônio. Os sentimentos, sejam eles positivos ou negativos, contribuem para a projeção da imagem do patrimônio para a já afirmada categoria de pensamento. Ao eleger como patrimônio uma manifestação de categoria religiosa, como é o caso do *Corpus Christi*, reconhecemos que o patrimônio, como tal, expressa a “alma e a o corpo do indivíduo, sendo eles simultaneamente condição e produto de sua criatividade.¹⁵⁰” Nesse sentido, a Festa de *Corpus Christi* é construída a partir de inúmeros agentes sociais que moldam o patrimônio, no ponto de vista simbólico.

A emoção e a comoção dos fiéis, como se pronunciam sobre as celebrações, a transmissão das técnicas de elaboração dos tapetes, tudo se constitui como elementos sociais

¹⁴⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1997, p. 44

¹⁵⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva. In: TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (org.). Antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 40

que transformam e edificam o patrimônio. No entanto, essa construção não se limita apenas aqueles que participam devotamente dos festejos. A imprensa local e regional, por exemplo, é um fator primordial na constituição de significados, bem como na difusão, no meio digital, do transcorrer das celebrações.

Em oposição à Historiografia Tradicional, marcada por forte viés positivista, centrada na passividade do papel do historiador, as grandes narrativas, a neutralidade do conhecimento histórico, da linearidade do processo histórico entre outros, surgiu a chamada Nova História no século XX¹⁵¹. Esse movimento, impulsionado pelos trabalhos pioneiros de Marc Bloch e Lucien Febvre – expoentes da Escola dos *Annales* – propôs um novo modo de interpretar o passado, marcado pela subjetividade, no reconhecimento das pessoas simples como agentes ativos dos processos históricos e nas experiências cotidianas, valendo-se de novos métodos e novas abordagens.

Essa virada historiográfica viabilizou um movimento de análise crítica das fontes, uma vez que se deixou de analisar meramente o seu conteúdo descritivo, mas também o seu contexto de criação, os interesses e as formações dos discursos. Nesse sentido, abriu-se o leque para outras possibilidades de fontes históricas, além da tradicional documentação oficial, admitindo a possibilidade da análise de jornais, revistas, elementos do cotidiano, fontes orais, entre outros, ao passo que contribuem para criticidade do processo histórico. Sendo assim, Jacques Le Goff afirmou que:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recupera-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa¹⁵²

Assim, as fontes utilizadas para a dissertação – sejam elas os discursos orais, a legislação patrimonial ou os jornais – podem ser compreendidas para além dos seus registros históricos. São construções sociais, imbuídas de diversas influências internas e externas. Estão inseridas no contexto histórico que foram construídas ou selecionadas, substanciadas pela memória – que, na maioria das vezes, carrega a seletividade – e fortalecem, de alguma forma, as relações

¹⁵¹ LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 112

¹⁵² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 495

de poder vigentes. No caso dos periódicos, sua relação com os poderes políticos é primordial para entender porque determinadas narrativas são selecionadas ou a razão pela qual algumas manifestações culturais são mais privilegiadas do que as outras.

Comumente, a imprensa local e regional dedica espaço para as celebrações de *Corpus Christi* em suas matérias. Esse destaque pode ser ilustrado a partir de múltiplos fatores. Em primeiro lugar, a festa traduz uma dimensão religiosa, já previamente destacada, mobilizando fiéis católicas de inúmeras paróquias para as celebrações. Segundo, como se trata de um dia de ponto facultativo federal¹⁵³ e, como tal, um momento em que parte da população se desloca de suas atividades de trabalho, há uma clara movimentação nas dinâmicas do trânsito, exigindo um planejamento do poder público e despertando o interesse da imprensa. Por fim, possíveis conflitos entre poderes civil e religioso, conflitos internos nas celebrações, entre outras potenciais tensões no espaço público, também colaboram para transformar o evento em um palco noticioso.

Para evidenciar esse aspecto, destacamos a figura do Padre José Osmar de Medeiros, Padre Dé, já mencionado anteriormente. Em 2008, por alguns motivos, deu-se um conflito interno entre a Prefeita Aparecida Panisset e o presbítero. Essa situação teria sido fundamental para a transferência do Padre Dé para outra paróquia, deixando o seu paroquiato frente a Igreja de São Judas Tadeu, no bairro do Rocha. Nesse ínterim, houve uma manifestação em plena celebração de *Corpus Christi*, espaço propício, segundo os fiéis, para protestar contra a transferência. O Jornal *O Fluminense* veiculou a notícia, em edição do dia 22 de maio de 2008:

Por aí. Católicos de várias igrejas de São Gonçalo prometem uma manifestação contra a saída do Padre Dé da Paróquia São Judas Tadeu. O ato deve acontecer hoje, após a celebração da Missa de Corpus Christi¹⁵⁴

Em outra edição, o Jornal *O Fluminense* notificou que os fiéis de algumas paróquias estariam se negando a participar da procissão, por conta do afastamento do sacerdote. Atitudes como esse evidenciam a construção de um sentido político para o patrimônio, uma vez que revelam que as manifestações religiosas não se limitam à esfera espiritual, mas se projetam também no campo político, revelando um espaço de tensões e conflitos.

¹⁵³ Em outubro de 2025, pela assinatura da Lei Nº 11.002/2025, o dia de *Corpus Christi* foi instituído como feriado no Estado do Rio de Janeiro, se tornando o primeiro Estado da Federação a fazê-lo. (Cf. RIO DE JANEIRO. Lei Ordinária n.º 11.002, de 22 de outubro de 2025. Institui, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o dia de Corpus Christi como feriado estadual — primeira quinta-feira após decorridos sessenta dias do Domingo de Páscoa. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2025)

¹⁵⁴ Por aí. *O Fluminense*. Niterói, 22/05/2008, p. 6. Acervo da Biblioteca Nacional.

MANIFESTAÇÃO – Membros de várias igrejas católicas de São Gonçalo garantem que não vão participar da confecção do tradicional tapete de Corpus Christi este ano. A manifestação é por conta do afastamento do Padre Dé da Paróquia de São Judas Tadeu após se envolver num incidente com a prefeita Aparecida Panisset. Vale lembrar que o município tem o segundo maior tapete do Estado¹⁵⁵

Não raramente, a imprensa local e regional reitera que os tapetes são considerados "os maiores da América Latina". Esse jargão é cotidianamente reproduzido pelos membros da própria instituição (a Igreja Católica), sendo difundida tanto internamente - entre os fiéis - quanto externamente - nas mídias, sites, na sociedade civil, pelo próprio poder público, entre outros. O *Nosso Jornal de Notícias* divulgou, em 15 de junho de 2009, que os tapetes de Corpus Christi de São Gonçalo eram os “maiores que se tem notícias”¹⁵⁶ Três dias depois, o mesmo jornal destacou que os tapetes seriam, provavelmente, os maiores do Estado e do Brasil. Em 12 de junho de 2009, o jornal *O Fluminense* destacou a fala de Dom Roberto Ferrería Paz – naquela época bispo auxiliar da Arquidiocese de Niterói – que declarou que a cidade de São Gonçalo estava se tornando a “capital eucarística” por ter o “maior tapete de sal da América Latina”¹⁵⁷

Trata-se, entretanto, de uma construção discursiva que impulsiona um caráter reforçador das identidades locais, uma vez que tal informação não é respaldada por medições oficiais. Sendo assim, a narrativa jornalística se insere em um campo de produção simbólica, reforçando o prestígio social da manifestação, bem como reforçando o imaginário coletivo.

Para além das questões jornalísticas e mediáticas, a Festa de Corpus Christi também tem sido constantemente mobilizada para os usos políticos. No decorrer das celebrações é possível ver, de forma ampla, a participação de diversos candidatos, que, contribuindo com os esforços à edificação da festa, a utilizam posteriormente para conseguir prestígio social e a visibilidade. Sendo assim, é possível notar que a celebração também é utilizada para fins de autopromoção e de legitimidade política. Uma vez que, tendo os políticos contribuído com a manutenção da festa com ações de benfeitorias, sempre relacionados à organização e apoio, posteriormente exigem para si o reconhecimento.

Na corrida eleitoral de 2024, por exemplo, o candidato à uma cadeira na Câmara Legislativa de São Gonçalo, Miguel Moraes, utilizou da celebração de *Corpus Christi* para o incremento de sua campanha e como estratégia de visibilidade.

¹⁵⁵ Manifestação. O Fluminense. Niterói, 07/05/2008, p. 6. Acervo da Biblioteca Nacional.

¹⁵⁶ 40 mil na procissão dos tapetes. O Nosso Jornal de Notícias. São Gonçalo, 15/06/2001, p.1. Acervo do Grupo de Pesquisa "História de São Gonçalo: Memória e Identidade

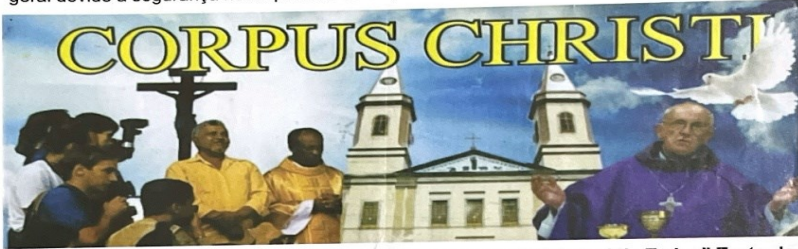
¹⁵⁷ Avenidas ficam lotadas em São Gonçalo. O Fluminense. Niterói, 12/06/2001, p.1. Acervo da Biblioteca Nacional.

Figura 7 – Cartilha do Miguel Moraes

A HISTÓRIA DO TAPETE DE CORPUS CHRISTI NO BRASIL

No Brasil, a festa passou a integrar o calendário religioso, em 1961, quando uma pequena procissão saiu da **Igreja de madeira de Santo Antônio** e seguiu até a **Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima**, em Brasília. A tradição de enfeitar as ruas surgiu em **Ouro Preto, em Minas Gerais** durante o período colonial.

A confecção do **tapete de Corpus Christi**, no município de **São Gonçalo**, é realizada desde 1995. Atualmente, o tapete da cidade é o maior da **América Latina** e são utilizados cerca de **50 toneladas de sal**. A preparação de mais de 200 tapetes, antes feitos na madrugada, agora começa pela manhã, possibilitando a participação de crianças e uma maior adesão do público em geral devido a segurança neste período do dia, além do transporte ser mais acessível aos fiéis.



CORPUS CHRISTI

“Devemos fazer da Política, um serviço a Vida e a Libertação Integral de Todos” Texto de Orientação do Cristão na Política - Orientação da CNBB nº 01.”

A LUTA PELA MANUTENÇÃO DO TAPETE DE CORPUS CHRISTI EM SÃO GONÇALO



Com a eleição de uma **Prefeita evangélica**, existia no meio católico a preocupação de não se ter, por parte da **Prefeitura**, o apoio e a garantia da realização da **procissão** e da **confecção do tapete de Corpus Christi**. Diante dos fatos, o então vereador católico **Miguel Moraes** foi chamado pelo **Padre Ademar Pimenta** para saber o que poderia ser feito diante dessa situação. A partir desse questionamento, decidiu-se pela produção de um **Projeto de Lei** que transformasse em patrimônio público, cultural e religioso, a **procissão** e a **confecção do tapete de Corpus Christi**.

A Lei nº 12, foi aprovada no ano de 2005, de autoria do então **Vereador Miguel Moraes**, foi sancionada no dia da festa de **Corpus Christi** pela **Prefeita Aparecida Panisset**, na presença do **Arcebispo Dom Alano Maria Pena**, do **Padre Ademar Pimenta**, dos **Párocos**, de **Coordenadores de Pastorais** e de todo povo católico da cidade presente. Através desta Lei, o **Maior Tapete de Sal da América Latina** foi protegido e o **direito dos católicos** em realizar a sua **comemoração** pelas ruas da cidade foi garantido!

Fonte: Cartilha distribuída em 2024, por ocasião da 24ª edição dos festejos de *Corpus Christi*.

Em 2023, Miguel Moraes utilizou a cartilha anterior como material de campanha, distribuída ao final das missas dominicais das paróquias do Vicariato. Filiado, historicamente, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e católico, Miguel Moraes foi um dos principais articuladores para a efetivação e conclusão do processo de patrimonialização dos festejos, gerado pela Lei Nº12/2005. Além das articulações no âmbito dos debates legislativos, Moraes corroborou para a articulação interna dentro da Igreja Católica, mobilizando padres, membros de pastorais e fiéis leigos em geral.

O texto, igualmente, especifica a intensa participação do candidato no processo de patrimonialização dos festejos de *Corpus Christi*, acrescentando uma foto que católicos agradeciam a sua participação no projeto que tornou o Tapete de Sal e a Procissão Eucarística como patrimônio imaterial. Destarte, podemos considerar que o incentivo à participação política dos fiéis por parte do candidato, inclui-se a necessidade da votação, em pleito, de candidatos exclusivamente católicos, como forma de garantia de direitos e de reconhecimento

da representatividade religiosa. Aproximar os preceitos religiosos, opinião pública e eleição, é uma das estratégias possíveis de conquistar e manter o eleitorado.

No âmbito das entrevistas, elas foram programadas para abranger um vasto público: políticos, padres e leigos. Esse movimento proporciona uma leitura multifocal dos festejos, pois permite a análise das narrativas movidas por diferentes atores sociais, pertencentes a distintas camadas sociais, sejam dos setores dominantes ou das camadas populares. Além disso, ao analisar as narrativas desses distintos atores, podemos destacar como a percepção sobre os festejos podem se alterar e como a própria celebração é apropriada de modos distintos.

Cabe, contudo, destacar que a relação entre o entrevistador e o entrevistado não é marcado pela neutralidade. Ambos são atores ativos no processo de construção da narrativa histórica. Sendo assim, Verena Alberti destacou esse ponto de vista, ao afirmar que o entrevistador também é um ser social e que construirá sua narrativa a partir do depoimento do entrevistado. O último, porém, na função de depoente, transporá seu mundo social a partir da tentativa da construção de uma narrativa coerente:

Sua peculiaridade (da História Oral) decorre de toda uma postura com relação à história e as configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (...) assim, as duas partes (entrevistado e entrevistadores) constroem, num momento sincrônico de suas vidas, uma abordagem sobre o passado, condicionada pela relação de entrevistas, que se estabelece em função das peculiaridades de cada uma delas¹⁵⁸

Considerando esses pressupostos, a autora também esclarece a necessidade – aqui já levantada – da quantidade de entrevistas para o trabalho da História Oral. Trabalhar com uma multiplicidade de narrativas, construídas em um trabalho coletivo entre entrevistador e entrevistado, viabiliza a comparação dos depoimentos, bem como seu confronto com as fontes já existentes¹⁵⁹. Dessa forma, o quantitativo de entrevistas possibilita a ampliação da compreensão sobre o objeto estudado, como proporciona a análise das divergências e convergências.

As seguintes entrevistas se sucederam no dia 30 de maio de 2024, no horário da manhã, quando católicos e artesões se dedicavam à confecção dos Tapetes de Sal, que seriam utilizados para, mais tarde, o Santíssimo Sacramento passar sobre eles em procissão. Elas se passaram em meio ao transportar dos sacos de sal, aos louvores que estavam sendo entoados no palco

¹⁵⁸ ALBERTI, *op. cit.*, p. 31

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 45

principal, à correria própria do ambiente festivo e a concentração dos grupos em cada tapete. Todo esse cenário corrobora para a criação de laços de afetividades e pertencimentos, tão caros a uma manifestação de cunho religioso.

André Araújo – professor de biologia e acólito¹⁶⁰ – foi um dos que foram selecionados para a entrevista. André trabalha confecção dos tapetes desde os 15 anos de idade, em sua paróquia. Hoje, com 53 anos, André continua a contribuir com os festejos, atuando diretamente na produção dos tapetes, na organização da Missa e na participação no ofício litúrgico. Além disso, aproveita do ambiente para trazer sua esposa e seu filho, que desde recém-nascido, já marcava presença nas edições de *Corpus Christi*.

Ao ser questionado sobre a importância dos tapetes para a cidade de São Gonçalo, André sustentou a tese da visibilidade. Para ele, o fato de ser considerado o “Maior Tapete de Sal da América Latina” projeta positivamente a imagem da cidade para o Brasil e para o Mundo. Por se tratar de uma cidade periférica, marcada pela vulnerabilidade social, André afirmou que essa projeção caminha na contramão da afirmação que São Gonçalo possa ser considerada apenas como uma “Cidade Dormitório”, onde as pessoas viriam apenas para dormir, uma vez que trabalhavam em cidades adjacentes. Assim, o depoente defende que a cidade também tem cultura e esta, por sua vez, deve ser amplamente conhecida:

A cidade de São Gonçalo ganha uma grande visibilidade né, com esse tapete, por ser o maior da América Latina, então é algo que aparece no mundo todo, levando o nome de São Gonçalo para ser conhecido, pois é uma cidade pouco conhecida pelas pessoas, é uma cidade mais dormitório¹⁶¹

A entrevista com Selma Alvim, contadora e catequista há mais de 20 anos no Vicariato de São Gonçalo também foi registrada. Seu depoimento teve destaque para o caráter turístico e comercial, embora abordasse também a questão religiosa. Tendo coordenado a Pastoral Catequética por muitos anos, Selma assumiu a importância dos festejos para o ensino da religião, uma vez que essa manifestação agrega mecanismos que corroboram com formação e iniciação à fé das crianças, pois reúne elementos religiosos de forma didática. Ademais, Selma destacou a importância da festa para os comércios locais, que se mantêm funcionando em dia de feriado:

¹⁶⁰ Acólitos são aqueles responsáveis por prestarem auxílios aos padres na celebração da Missa. É um cargo destinado aos homens, embora o Papa Francisco, em 2024, tenha aberto o ministério também a mulheres.

¹⁶¹ André Silva de Araujo. 52 anos, professor. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Junho de 2024.

Não é só pra gente que a festa é tem sua importância, mas para toda a São Gonçalo. Fico muito feliz em ver tanta gente celebrando, se alegrando e dividindo o mesmo espaço. Precisamos de mais iniciativas como essa. E a festa em si vai muito além de uma ideia religiosa, pois vemos pessoas aqui de todas as religiões, o comércio funcionando. Os comerciantes conseguem levar um dinheiro para ajudar a manter suas famílias e a pagar suas contas. Isso tudo graças a Festa do Corpo de Cristo. Esse ambiente de paz é muito importante, principalmente diante de uma sociedade cada vez mais violenta e egoísta¹⁶²

Outra entrevistada se trata de Carmen Santanna Campos, professora de Artes Plásticas e catequista há mais de 20 anos. Considerando a sua função de professora, Carmen destacou o uso cultural e artístico da celebração, relacionando com a sua missão catequética. Nas gradações da entrevista, a entrevistada afirmou a sua felicidade em ver a sua fé religiosa colaborar com a cultura da cidade. Há um contundente destaque, novamente frisado, para a importância da visibilidade como forma de reconhecimento identitário. Comenta a artista:

Eu estava vindo lá do início da Matriz e estava vendo a alegria das pessoas confraternizando, a gente encontra outras pastorais. E no meu caso, como artista plástica é assim incrível, você ampliar uma imagem religiosa, que ficava no passado fechada só mesmo para a Igreja, e agora é uma coisa mais pública, as pessoas tem mais acesso. E a arte quando sai dos museus, das galerias e vão para as ruas, as pessoas interagem mais¹⁶³

Se para Carmen, um dos pontos altos da festa é seu valor cultural, para Ana Leda Vergetti, próxima entrevistada, a fé é expressão primordial da celebração. Advogada por profissão e integrante da Pastoral da Liturgia em sua paróquia, Ana Leda destacou o caráter religioso da celebração. Em sua fala, a entrevistada destacou que é a festa mais importante da cidade, pois expõe o Corpo de Cristo para a adoração dos fiéis. Além disso, outro dado importante do seu relato é que a entrevistada sustenta como deve ser a atuação do poder público:

A importância dessa festa se dá pelo verdadeiro sentido da Festa de Corpus Christi, que é a festa do Corpo e do Sangue do Nosso Senhor Jesus Cristo. Uma importância para que as pessoas se movimentem no sentido de adorar e de vivificar essa fé na Sagrada Eucaristia (...) para que ela ocorra, o poder público deve atuar de forma imparcial, pensando no bem-comum de ajuda para que a festa ocorra da melhor forma possível, mas sem nenhum vínculo político e sim por um interesse coletivo¹⁶⁴

¹⁶² Selma de Almeida Alvim dos Santos. 55 anos, contadora. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Junho de 2024.

¹⁶³ Carmen Santanna Campos. Catequista e Professora. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Maio de 2024.

¹⁶⁴ Ana Leda Vergetti de Oliveira. 58 anos, advogada. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Junho de 2024.

Na percepção de Ana Leda, deve haver uma fronteira simbólica que reconheça os limites de cada instituição. O ex-vereador Miguel Moraes, ao ser questionado sobre essas articulações, afirmou “Eu sou a favor da fé e da política, mas com autonomia e independência¹⁶⁵”. O Padre Ademar Ermelindo também comentou sob a relação entre a Igreja Católica e o poder público, levando em conta a sua chefia do Vicariato São Gonçalo (2004 – 2014). O padre, que esteve à frente do processo de patrimonialização, afirmou que nutria apreço pela proximidade entre os poderes secular e religioso. Sabe-se, porém, que conforme outra parte do seu relato, a sua gestão também foi marcada por conflitos com a classe política¹⁶⁶:

Nos 10 anos que passei em São Gonçalo, a minha relação com a prefeitura sempre foi muito amistosa, muito agradável. E foi tanto que depois que passava Corpus Christi a gente fazia um momento de confraternização na paróquia com todos os coordenadores de pastorais das paróquias do Vicariato São Gonçalo, essa confraternização extensiva a equipe da prefeitura que vinha (...) ¹⁶⁷

De igual percepção, o Padre José Osmar também comentou sobre as articulações políticas da festa:

Na verdade, é, a utilização política da festa é uma coisa preocupante, sempre foi uma preocupação muito grande. Pois é um movimento eminentemente católico, não é um movimento político e como lidar com as autoridades é uma questão delicada. Você tem que trabalhar com o poder público, mas não essencialmente. Na verdade, a essência de Corpus Christi não é o material que é cedido - pois o material que é cedido é barato, é sal, xadrez... - a grande mão de obra é o público. Onde você vai achar 10 mil pessoas para trabalhar? Essa parte, que é a essencial, não precisa de política. A preocupação maior é essa: não deixar se manipular pelo poder público¹⁶⁸

Desse modo, a análise das fontes orais e dos impressos permitem a compreensão de que o patrimônio é uma categoria imbuída de significados, construídos do ponto de vista social e simbólico. Os sujeitos - sejam os que trabalham na imprensa ou os que foram entrevistados - dão sentido e ressignificam, de modos distintos, o patrimônio imaterial, pela narração de suas vivências. Assim como ocorreu na experiência de Javé, onde os habitantes do vilarejo recorreram a narrativas para a construção e preservação da sua história, as narrativas dos atores

¹⁶⁵ Miguel de Moraes Filho. 70 anos, aposentado. Vereador por dois mandatos na cidade de São Gonçalo, pelo Partido dos Trabalhadores. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. São Gonçalo. Julho de 2023.

¹⁶⁶ (Cf. pág. 55)

¹⁶⁷ Ademar Ermelindo Pimenta. 74 anos, padre. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ. Maricá. Setembro de 2024.

¹⁶⁸ José Osmar de Medeiros. 63 anos, padre. Fundador do Rincão do Senhor. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. São Gonçalo. 31 de julho de 2025.

sintagmáticos proporcionam a criação de sentidos que muitas vezes ultrapassam a dimensão do sagrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a celebração de Corpus Christi, no município de São Gonçalo, entre 1994 e 2024. As análises realizadas demonstram uma manifestação complexa, imbuída de múltiplos sentidos sociais. No decorrer da pesquisa, foi possível notar que tal celebração foi sendo progressivamente dotada de significados se tornando um símbolo da memória e identidade coletiva, e, destarte, um espaço de disputas, negociações e estratégias de visibilidade no território, ultrapassando as condições de elementos meramente devocionais. Considerando o isolamento da principal via-pública da cidade, a celebração redefine o espaço urbano, mesmo que de forma temporária. Em *Corpus*, a festa converte-se em expressão viva da fé, da memória e de relações históricas construídas.

Motivado pela importância histórica dos festejos, haja vista sua elevada relevância para a cidade, este trabalho propôs igualmente analisá-los como um fenômeno social e religioso complexo. Essa característica pode ser notada, principalmente, com o crescimento do evento ao longo do tempo, que permitiram consolidar-se com uma atividade central no calendário da cidade, adquirindo visibilidade no cotidiano do município. Ademais, esse processo valoriza a Igreja Católica enquanto instituição histórica ligada ao passado da própria cidade, afirmando a celebração como um marco contundente na identidade do catolicismo gonçalense. Nele, fortalece-se a capacidade da Igreja Católica de mobilizar os congregados em espaços públicos, reafirmando sua presença no território, em uma cidade cada dia mais marcada pela pluralidade de grupos religiosos.

Adotamos como marco temporal o ano de 1994 – momento em que a celebração foi unificada entre todas as paróquias do Vicariato, no território paroquial que compreende a Igreja Matriz de São Gonçalo de Amarante – até o ano de 2024, quando esta celebração, por sua vez, celebrou seus 30 anos. Com esse marco, foi possível notar a consolidação da celebração no território gonçalense, a partir do fortalecimento dos laços simbólicos, religiosos e identitários, promovidos por meio de interesses de distintos grupos sociais. Além disso, notamos a capacidade de transformações e permanências na festa, sem perder de vista os instrumentos que sustentam sua continuidade.

As articulações entre o poder público e a Igreja Católica - demonstrada a partir da participação na organização dos festejos - também está de encontro com essa interpretação. O apoio institucional da prefeitura municipal, manifesto por meio da mobilização da infraestrutura, dos agentes e do apoio irrestrito, demonstram a importância da participação

política na celebração. Esse apoio, porém, não promove a ausência de situações conflituosas, demonstrando que a Festa de *Corpus Christi* é constituída como um espaço em que os interesses e opiniões antagônicas estão postos à mesa. Assim, defendemos a ideia que a neutralidade ou ausência de conflitos internos/externos não se sustentam na celebração, dada as negociações e articulações necessárias para a festa, bem como os conflitos manifestos pelos diferentes usos e sentidos que lhes são atribuídos.

Nesse sentido, houve o diálogo estabelecido com o conceito de espaço local, compreendido à luz de uma perspectiva histórica e social, delimitado a partir de práticas sociais, apropriações e disputas de poder, entre os grupos sociais a ele pertencente. O local é um espaço de vivacidade - produzido no ponto de vista físico e simbólico - onde os grupos sociais estão inseridos e, de formas distintas, compartilham as suas experiências, edificam sentidos e delimitam os laços de pertencimento. É o lugar do dinamismo, da pluralidade, das memórias e dos conflitos. As reflexões, à luz dos autores mobilizados, permitiram a compreensão teórica desse conceito, mediante a mobilização de autores de diversos campos de saber. Essa abordagem conduz a reflexão que enfatiza o *Corpus Christi* como uma prática social capaz de ressignificar o espaço local.

Para além das dimensões territoriais e simbólicas já abordadas, fez-se necessário relacionar o objeto estudado com o campo da história local. Assim, a presente dissertação buscou contribuir, no campo acadêmico, para a valorização da memória e do patrimônio da cidade, destacando a importância e a relevância de uma manifestação cultural e religiosa ainda pouco explorada pela historiografia local. Nesse sentido, o estudo permitiu considerar que práticas religiosas podem atuar como marcas centrais da história de uma localidade, estruturar profundamente a identidade coletiva, articulando tradição, presente e fé. A história local, assim, permite um estudo histórico sobre as especificidades do objeto selecionado, que pode muitas vezes ser apagado ou estar à margem de narrativas mais hegemônicas.

Em relação às chaves teóricas mobilizadas, a relação dialógica entre os conceitos de patrimônio, memória e identidade demonstrou-se primordial ao entendimento do processo de reconhecimento patrimonial, que não se trata apenas de procedimentos administrativos ou jurídicos, mas se enquadram como um campo de negociações e articulações políticas. As três chaves conceituais estão articuladas, dado que o patrimônio se constitui como um mecanismo de reconhecimento da memória coletiva, da valorização da identidade, produzindo visibilidade e alguns casos, apagamentos. Pela legislação levantada sobre *Corpus*, foi possível notar o crescimento de políticas que visam valorizar o patrimônio imaterial.

Nessa perspectiva, os festejos de *Corpus Christi*, ao serem tratados como patrimônio histórico, cultural e religioso, são inseridos nos atuais debates em torno da memória e da cultura e foram analisados à luz dos marcos difusos na Constituição Federal de 1988, nas diretrizes internacionais para o patrimônio cultural, voltadas à sua salvaguarda e a valorização. Assim, considerando os instrumentos jurídicos que foram apreendidos e que orientam as políticas de proteção e valorização do patrimônio, a pesquisa enfatizou o papel dos diferentes atores sintagmáticos - religiosos, políticos, e a sociedade civil em geral - na atribuição de sentidos à festa.

Outro fator importante da pesquisa foi a articulação de diferentes tipos de fontes documentais, como os jornais locais, a legislação patrimonial e os depoimentos. Essas seleções permitiram um trabalho analítico pautado na pluralidade, na compreensão de narrativas múltiplas e no cruzamento dos dados coletados. A seleção dos entrevistados, por sua vez, procurou considerar diferentes tipos de sujeitos, interpretando suas formas distintas de experienciar e vivenciar a festa: padres, políticos, membros das pastorais, todos contribuíram de forma singular para a compreensão das dinâmicas que atravessam a celebração. Além disso, as entrevistas possibilitaram registrar um histórico do processo de patrimonialização, a partir das narrativas produzidas pelos atores envolvidos.

Pelo uso dos jornais da região - *O Fluminense*, *O São Gonçalo* e *O Nosso Jornal de Notícias* - como fontes históricas, foi possível considerá-los como mecanismos de construção e difusão de discursos e da opinião pública. Um exemplo disso é constante ênfase referida aos tapetes como os "maiores da América Latina", recurso que contribui para a valorização simbólica do objeto e sua projeção na esfera pública. Em complemento, a investigação dos jornais proporcionou o acesso a fotografias das primeiras edições, especialmente em matérias publicadas em "*O Nosso Jornal de Notícias*", disponíveis no acervo do Grupo de Pesquisa "História de São Gonçalo: Memória e Identidade".

Em síntese, cabe destacar que essa pesquisa não esgotou as possibilidades de análise sobre a temática. Espera-se que ela possa caminhar na direção de suscitar novos questionamentos nos mais variados campos de investigação, como a História, Antropologia e no campo do Patrimônio Cultural. Sendo assim, ao analisar as celebrações de *Corpus Christi*, este trabalho reafirmou a importância da compreensão das manifestações religiosas como fenômenos dinâmicos e complexos, traçados a partir de múltiplas dimensões. Mais que uma celebração de matriz religiosa, o *Corpus Christi* gonçalense é um espaço de cultura, de memória, de identidade, fé e poder, expressando um patrimônio vivo da cidade de São Gonçalo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Camilla Fogaça. **“Deus abençoe São Gonçalo!”: uma prefeita na linha de frente da guerra santa**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.
- AZZI, Riolando. O Padroado Portugues. In: HOONAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Brenno. **História da Igreja no Brasil**. Tomo 2/1. Petropolis: Edições Paulinas e Vozes, 1977.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARROS, Amândio Jorge Morais. **A procissão do Corpo de Deus do Porto nos séculos XV e XVI: a participação de uma confraria**. História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [S. l.], v. 10, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5680>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. [Trad.]. Lisboa, DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRAGA, Maria Nelma Carvalho. **O município de São Gonçalo e sua história**. 4º ed. São Gonçalo: Apologia Brasil, 2023.
- CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. 3a ed. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto Camões.
- CANCLINI, Néstor García. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 23, 1994.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2023.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, formas, figuras, cores, números**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural no Brasil: proteção, salvaguarda e tutela.** In: Antonio Carlos de Souza Lima. (Org.). *Tutela: formação do Estado e tradições de gestão no Brasil.* Rio de Janeiro: e-papers, 2014.

CORRIGAN, Vicent; RICKETTS, Peter T.; WALTERS, Barbara R. **The Feats of Corpus Christi.** The Pennsylvania State University Press: Pennsylvania, 2006.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Um ilustre desconhecido. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabarinhas e identidade local.** 1. ed. Cabo Frio: Visão Editora, 2020.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; SIQUEIRA, André Luis Bastos. **Igreja Matriz de São Gonçalo. História e ações de recuperação.** 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ/FFP, 2016.

FILHO, Mello Moraes. **Festas e Tradições Populares do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução de Laura Fraga de Almeida. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRANCO, Jr., Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos.** 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos.** Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2003.

_____. Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva. In: TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (org.). **Antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus.** Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

_____. **O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan.–jun. 2015. DOI: 10.1590/S0103-21862015000100012. Acesso em: 25 nov. 2025.

GOUBERT, Pierre. **História Local.** História & Perspectivas. Uberlândia, nº 6, jan/jun, 1992.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOBSBAWM, Eric; RAGER, Terence (Eds.). **La Invención de la Tradición**. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIBERAL, Márcia Mello Costa. **Religião, identidade e sentido de pertencimento. A questão social no novo milênio**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Anais da Coimbra: CES - FEUC, 2004.

LOPES, Adriana da Silva. **O Corpus Christi na bula *transisturus de hoc mundo*: A relação entre o sagrado e o profano e sua Tradução Cultural nas imagens dos tapetes da procissão em Capanema-PA BRAGANÇA**. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, São Paulo, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTÍN, Julián López. **A liturgia da Igreja: Teologia, história, espiritualidade e pastoral**. Trad. Gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2022.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

MONTES, Maria Lucia. **As figuras do Sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

NÓBREGA, Manoel. **Cartas do Brasil, do padre Manoel da Nobrega (1549-1560)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

OLIVEIRA, Mauricio Mendes. **A república abençoada de São Gonçalo**. 2º ed. São Gonçalo: Apologia Brasil, 2023.

PEDROSA, Silvio. **Cristianismo evangélico, sociabilidade violenta e periferia no Rio de Janeiro: algumas considerações**. Aisthesis [online]. nº 70, 2021.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Revista Estudos Históricos, v. 5, n.10, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. A procissão de Corpus Christi no império português: discursos sobre as "faltas" e o tempo (século XVIII). In: HERMANN, Jacqueline; MARTINS, William (Org.). **Poderes do Sagrado: Europa Católica, América ibérica, África e Oriente portugueses (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016. v. 1

_____. O Corpo de Deus na América. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Os ofícios mecânicos e a procissão de Corpus Christi no Arquivo Municipal de Lisboa – séculos XVII e XVIII. Locus: Revista de História, [S. l.], v. 21, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20807>. Acesso em: 6 jul. 2025.

SANTOS, João Henrique dos. **Da conciliação possível à ruptura: uma análise dos documentos de 1520 de Martinho Lutero**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, Márcio P.; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói: PPGeo/UFF, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUSA MARQUES, M. **Identidade pessoal e religiosa: sujeito de direito em contexto de pluralismos**. Numen, [S. l.], v. 25, n. 2, 2023. DOI: 10.34019/2236-6296.2022.v25.36904. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/36904>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Procissões: ritos religiosos, expressões de poder, discursos sociais. In: _____. **Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular**. Natal: IFRN, 2013.

THIESSE, Anne-Marie. **Ficções criadoras: As identidades nacionais**. Anos 90, Porto Alegre, n. 15, pp. 7-23, 2001/2002.

TODOROV, Tzvetan. O reconhecimento e seu destino. **A vida em comum: Ensaio de antropologia geral**. Campinas: Papirus, 1996.

VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio cultural: um conceito em construção**. MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA, [S. l.], v. 7, n. 13, 2011. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/687>. Acesso em: 24 nov. 2025.

FONTES DOCUMENTAIS

1) Entrevistas

Ademar Ermelindo Pimenta. 74 anos, padre. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ. Maricá. Setembro de 2024.

Ana Lêda Vergetti de Oliveira. 58 anos, advogada. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Junho de 2024.

André Silva de Araujo. 52 anos, professor. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Junho de 2024.

André Luis Siqueira Bastos. 46 anos, padre. Vigário Episcopal do Vicariato de São Gonçalo entre 2014 a 2024. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Janeiro de 2025.

Carmen Santanna Campos. Catequista e Professora. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ. São Gonçalo. Maio de 2024.

José Osmar de Medeiros. 63 anos, padre. Fundador do Rincão do Senhor. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. São Gonçalo. 31 de julho de 2025

Miguel de Moraes Filho. 70 anos, aposentado. Vereador por dois mandatos na cidade de São Gonçalo, pelo Partido dos Trabalhadores. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Julho de 2023.

Selma de Almeida Alvim dos Santos. 55 anos, contadora. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Junho de 2024.

2) Jornais consultados

O Fluminense. Niterói. Diversos. Disponível em: Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (1980 – 2009)

O Nosso Jornal de Notícias. São Gonçalo. Diversos. Disponível em: Acervo do Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade

O São Gonçalo. São Gonçalo. Diversos. Disponível em: Acervo da Universidade Salgado de Oliveira (1994 – 2010)

3) Dados censitários

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 1991. Características Gerais da População e Instrução, resultado da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

_____. Censo Brasileiro de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. Síntese de Indicadores Sociais 2000. IBGE: Rio de Janeiro, 2000.

4) Legislação civil

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/72010>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 jul. 2025.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Projeto de Lei 1282/2023**, de 13 de junho de 2023. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro o tapete de sal de São Gonçalo. Autor: Douglas Ruas

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Projeto de Lei 4406/2024**, de 07 de novembro de 2024. Transfere de forma simbólica a capital do Estado do Rio de Janeiro para o Município de São Gonçalo no dia de Corpus Christi. Autor: Professor Josemar.

SÃO GONÇALO. **Lei nº 012/2005**, de 31 de maio de 2005. Esta Lei institui como patrimônio público, cultural e religioso a procissão pelo dia de Corpus Christi e a confecção do tapete do município de São Gonçalo. Diário Oficial da Câmara Municipal, 31 de maio de 2005.

SÃO GONÇALO. **Lei nº 029/2005**, de 14 de junho de 2005. Esta Lei institui como patrimônio público, cultural e religioso a Marcha para Jesus no Município de São Gonçalo. Diário Oficial da Câmara Municipal, 14 de junho de 2005.

SÃO GONÇALO. **Lei nº 036/2006**, de 29 de março de 2006. Esta Lei institui como cartão postal histórico do Município de São Gonçalo o tapete de *Corpus Christi* e dá outras providências. Diário Oficial da Câmara Municipal, 29 de março de 2006

UNESCO. **Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular**. França: UNESCO, 1989

5) Legislação eclesiástica

CÓDIGO de Direito Canônico. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

CATECISMO da Igreja Católica. Vaticano: 1992. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html. Acesso em: 5 fev. 2025.

URBANO IV, Papa. Bula Transitorius de hoc mundo. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/urbanus-iv/es/documents/bulla-transitorius-de-mundo-11-aug-1264.html>.

VIDE, Sebastião Monteiro da (1853). Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707.